

Sabemos que este trabalho não é o primeiro, nem tão pouco será o último, não é o mais completo e nem a última manifestação de repúdio à escravização de um ser humano por outro, mas será sem dúvida alguma um espinho na garganta dos hipócritas intransigentes que embora apregoem a igualdade de direitos, outra coisa não fazem senão custear a escravidão por diferentes meios de manipulação e sujeição do ser humano. Até hoje ouvimos aquela vós característica de uma criança desentendida com o mundo, lá no fundo da Senzala: “Deus, Se todo mundo é igual, então por que a escravidão?”



A MEMÓRIA NEGRA NOS TAMBORES DE TAMANDUÁ

A ANTIGA

A MEMÓRIA NEGRA NOS TAMBORES DE TAMANDUÁ A ANTIGA



“A Memória Negra nos Tambores de Tamanduá A Antiga” tema de um estudo que apresentamos neste trabalho, levou-nos ao enfoque de dois acontecimentos históricos, no Brasil colônia; “A revolta de Palmares” em Pernambuco, e a “Sedição Negra no Centro Oeste de Minas, no quilombo de Campo Grande, na Serra dos Cristais” que embora separados no tempo e no espaço têm tudo a ver com o nosso propósito que é a importância e influência das Irmandades Negras, como braço não armado da revolta incessante, no processo da formação de uma consciência negra livre e disposta a lutar por todos os meios por uma liberdade que lhe foi tomada ainda na África, fato que nunca foi aceito, mesmo após gerações de escravidão. Por que nos Tambores de Tamanduá? Porque o Reinado de N. S. do Rosário de ItapetERICA-MG, é a única herança que restou da “Irmandade de N. S. do Rosário dos homens Pretos de Tamanduá”, que nos propomos aqui, resgatar a memória.

A MEMÓRIA NEGRA NOS TAMBORES DE TAMANDUÁ

A ANTIGA



Copyright © Carlos Antônio Gondim, 2018
Todos os direitos reservados

Coordenadora de projeto:
Simone Cleice Vieira

Coordenação editorial:
Rafael Petry Trapp

Redator:
Carlos Antônio Gondim

Revisão de texto:
José Augusto Ribas Miranda

Projeto Gráfico:
Cíntia Faria de Araújo

Fotógrafo:
Alisson Prodick

V657 Vieira, Simone Cleice.
A memória negra dos tambores de Tamanduá – a antiga/
Simone Cleice Vieira; Carlos Antonio Gondim – Rio de Janeiro: [s.n.], 2018.
110 p.: il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-907342-1-5

1. Irmandades (negros). 2. Tamanduá – Minas Gerais. 3.
Movimentos libertários. I. Gondim, Carlos Antonio. II. Título.

CDD 326.8098151

CDU 326.4(=414)(815.1Tamanduá)

Apoio



Patrocínio

NACIONAL DE GRAFITE
Desde 1939

Realização

MINISTÉRIO DA
CULTURA



**Simone Cleice Vieira
Carlos Antônio Gondim**

**“A MEMÓRIA NEGRA NOS TAMBORES
DE TAMANDUÁ: A ANTIGA”**

1ª Edição

**Rio de Janeiro
Simone Cleice Vieira
2018**

REFERÊNCIAS DE MEMÓRIA

Dom Gil Antônio Moreira, Mestre em História Eclesiástica, referência obrigatória pelos seus escritos e ensinamentos. Silvério Cerqueira, pelas memórias ainda que em fragmentos do rico passado de Tamanduá. Os autores desse trabalho dedicam ao Professor Vicente Paulo Diniz, seu respeito e gratidão por tudo que ele fez pelo ensino em nossa cidade, e também pela pesquisa histórica entre nós. Dr. Constantino Barbosa, pela paciência, tolerância e orientação às nossas argumentações. Nathaniel José Oliveira, Frei Nat – peregrino da verdade, da justiça social, da coragem de assumir posições contrárias aos preconceitos, enfim de levar uma vida de escolhas a serviço de Deus. Padre João Luiz Moreira, pela preservação, conservação e valorização de nossas tradições religiosas, que os adeptos reconhecem. A Todos aqueles que se dedicam à gratificante, mas penosa arte de compilar história, nossa lembrança e o desejo de compartilhar conosco este trabalho. À Matriarca Dona Bernardina Augusta de Assis Teixeira, mãe de Batistina Assis Teixeira de Moraes, que foi mãe de Maria da Conceição Moraes Gondim, que me deu a vida. Ao Patriarca Francisco Eutáquio Rodrigues Gondim, pai de Eleutério Francisco Rodrigues Gondim, pai de Geraldo Basílio Gondim, que foi meu pai, meus agradecimentos pela vida que me deram.

IN MEMORIAM

Dr. Jefferson Ribeiro Filho, professor, jurista, exemplo de vida. Dr. José Geraldo Araújo, professor, educador, orientador, memória nunca esquecida. Dr. Levy Antônio Beirigo Malaquias, jurista, humanitário, uma vida dedicada a serviço de Deus e da sociedade. Dr. José Rocha Filho “Zezito”, uma infância vivida juntos no velho “Arranca-Tôco”. Saudade e... só. Hélio Gondim, agradeço a vida o presente que me foi dado de ser seu primo e companheiro, pelo muito que fez pelas pessoas e pelo esporte. Francisco Barbosa Malaquias, “Tito Lívio”, Verlaine o define assim “os lamentos longos dos violinos de outono, ferem meu coração de um langor monótono”. Músico, poeta e memorialista, a velha Tamanduá lhe é agradecida.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 9

APRESENTAÇÃO 10

INTRODUÇÃO 12

PARTE I

O LAMENTO DAS SENZALAS 15

Resistência de Palmares 17

Zumbi 18

O sangue negro inunda a serra 21

Finda o guerreiro, surge o mito 22

Dia da Consciência Negra 24

Minas Gerais, foco de rebelião 24

Minas na África 25

Quanto valia um escravo para os garimpos 27

A África em Minas 27

A Rebelião de Campo Grande 28

3.900 Pares de Orelhas 31

A Contestação 35

O Manifesto da Câmara de Tamanduá 36

Um Intervalo na História - Chico Rei 37

PARTE II

AS IRMANDADES NEGRAS	39
Irmandades em Portugal	42
Irmandades no Brasil	42
As Irmandades Negras em Minas Gerais	44
Imandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da vila São Bento do Tamanduá, capitania de Minas Gerais (Itapecerica)	43

PARTE III

TAMBORES DE TAMANDUÁ,

A ANTIGA	52
O Reinado do Rosário	52
A Coroa Conga de São Benedito - A Rainha das Coroas	58

MEMÓRIAS DO REINADO	63
Zé Gominho	63
Antônio “Patrocínio”	65
Oliveira	70
Zé Anibal	73
Altamiro Lima	74
Valdevino	75
Cezar D’Alessandro	76
Aniello D’Alessandro	79
Uma lembrança - “Geralda Pio”	85
“O Terno Da Saudade”	86
Um Conto Reinadeiro – “Tipo De Rua”	88

ANEXOS

Fac-Símile dos documentos originais da irmandade	91
---	----

AGRADECIMENTOS

À Cúria Diocesana de Divinópolis, em especial ao Bispo Diocesano Dom José Carlos de Souza Campos, pela gentileza em nos permitir acesso aos documentos originais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Tamanduá, como também fotografá-los e reproduzi-los neste trabalho. À Erivelta, Secretária da Cúria, pela cordialidade em nos atender e acompanhar. Ao Reinado do Rosário de Itapecerica, na pessoa do Capitão Mor Anielo D'Alessandro. À Dra. Heloisa Afonso Rios, pela gentileza concedida em pesquisar livros cartoriais, ainda do sec. XIX - Registro de Compra e Venda de Escravos na Vila de Tamanduá. Ao Albertino, funcionário do cartório em nos orientar e acompanhar. A José Magela de Oliveira, referência obrigatória em acervo cultural, que sempre se dispôs a ajudar os peregrinos da história em suas buscas pela verdade. A todos que colaboraram na construção deste trabalho, com informações, fotografias e indicações diversas.

Agradecemos em especial ao historiador Dr. Rafael Petry Trapp, pela orientação, acompanhamento, correções e sugestões extremamente valiosas, na realização deste trabalho.

APRESENTAÇÃO

A “MEMÓRIA NEGRA NOS TAMBORES DE TAMANDUÁ” se impõe como dever de nossa Administração a devolver ao povo e principalmente aos Afro-descendentes parte da história que até então estava lhes sendo negada. A importância das Irmandades Negras no contexto da luta cruenta e incruenta pela libertação do jugo escravizador, fez com que as Irmandades se tornassem referência de estudo obrigatória para qualquer trabalho que se proponha a focar com responsabilidade e imparcialidade o estudo desse período mais obscuro, mais escondido e mais sonegado da história do Brasil colonial e imperial.

Na execução desse trabalho, para que fosse levada a bom termo, foi montada uma equipe com esta finalidade. Instituiu-se um projeto que, entre preparação, pesquisa, execução e conclusão somou seis meses de busca de informações, montagem textual e conclusão de projeto entregue aos editores para extração do produto final, que demandou também tempo de preparo e conclusão.

O conteúdo imaterial do trabalho contou com a consulta de memorialistas, historiadores, concludentes de teses de mestrado e doutorado pertinentes ao assunto com citações recorrentes ao tema para melhor localizar as ideias e conteúdo do texto.

O preâmbulo “Lamento das Senzalas” traz a lume informações sobre duas revoltas armadas de escravos contra seus dominadores. A primeira dessas ocorrências aconteceu no Nordeste brasileiro, especificamente em Alagoas, na época ainda pertencente à capitania de Pernambuco no já bastante conhecido e pouco historiado Quilombo dos Palmares, exterminado de forma cruel e sistemática em finais do século XVII.

A segunda ocorrência aconteceu justamente em Minas Gerais e precisamente no Centro Oeste de Minas, ocorrência esta em que a Vila de Tamanduá, por seus domínios, fazia parte diretamente do território conflagrado. A luta e extermínio do Quilombo do Ambrósio na Serra de Cristais veio originar uma luta sangrenta e um genocídio jamais visto até então contra o Povo Negro. No livro, é proposto um estudo crítico e um entendimento sobre o episódio, baseando-se em narrativa contundente de Xavier da Veiga e outros estudiosos do assunto.

Mas qual seria a relação entre as revoltas e as Irmandades? Ambas eram

direcionadas para o mesmo objetivo: liberdade, extinção da escravidão; de um lado pela luta armada, do outro pela resistência pacífica, mas pertinente das associações negras. É a razão desse preâmbulo.

A segunda parte é das Irmandades que se trata. A origem das Irmandades ainda na África, da devoção à Senhora do Rosário, São Benedito, Senhora das Mercês, Santa Efigênia.

As Irmandades em Portugal, onde e como surgiram. As Irmandades no Brasil, a primeira Irmandade no ciclo canavieiro, que abriu o caminho para Minas Gerais.

A primeira Irmandade mineira na Vila de São João D' El Rei, até que finalmente chegamos à Vila de Tamanduá, em 1818, com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A reprodução em fac-símile dos documentos originais constituintes da Irmandade com a devida transcrição da escrita paleográfica para a linguagem de época. Sendo este um dos principais objetivos deste trabalho já que neste ano de 2018, comemoramos duzentos anos da Irmandade do Rosário, predecessora do Grande Reinado do Rosário em Itapecerica.

Finalmente um estudo mais acurado do Reinado em Itapecerica, na palavra dos Capitães sobreviventes do antigo Reinado, como também dos Capitães mais antigos, através de depoimentos deixados por escrito e também pela descrição de memorialistas que com eles tiveram convivência.

Esta é a intenção do Projeto, resgatar a memória da Irmandade dos Homens Pretos e com ela trazer à tona um debate mais amplo sobre as origens do nosso Reinado.

Grande parte de sua história se perdeu por não ter sido documentada. O que se conhece é pela tradição oral, mesmo assim às vezes convergentes, às vezes divergentes, mas nunca conflitantes, porque o Reinado é o ponto comum. Resgatando a memória da Irmandade, esperamos resgatar também a memória do Reinado ou pelo menos boa parte dela.

Este não é um trabalho definitivo. Não existe nenhuma pretensão neste sentido. O grande objetivo é despertar o interesse para o grande discurso intitulado “Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Tamanduá - a Antiga”, e com ela a memorização do que foi, do que é e do que poderá ser “O Grande Reinado do Rosário de Itapecerica - a Sucessora”.

Wirley Rodrigues Reis
Prefeito municipal
Administração 2017/ 2020

INTRODUÇÃO

Pequeno ensaio sobre a criação, uma poética da história

A relação entre o artista e seu público é subjetiva em texto, objetiva em contexto. É amável, idólatra, tirânica, egoísta. É ferina, mordaz, terna e sensual; eleva e destrói a um só tempo.

O Artista põe-se, opõe-se e expõe-se em cena. Desnuda-se aos olhos críticos e ávidos de elevação e destruição, satisfaz e ofende os mais variados conceitos éticos e estéticos. Não faz do palco um aplainador de arestas, tampouco um acomodador de opiniões. É contrário, contraditório, provocador. Suspeita-se que seja o inventor da suspeita...

O artista faz despertar adormecidos sentimentos de acomodadas ideias, transformando a plateia numa arena, às vezes muda, outras tantas horrorosamente barulhenta, mas dinâmica de pensamentos, que se arrebatam em busca de conceitos menos ortodoxos e verdades menos fabricadas.

O artista é, em todos os sentidos, um provocador de revoluções. Levar ao extremo, o paradoxo da inteligência renovadora: destruir para criar; sem medo de sepultar sobre os escombros, velhas idolatrias cujo destino é a extinção, teimosamente tentando sobreviver e resistir ao poder da criação, sempre atrevidamente renovadora.

É preciso atingir o êxtase, este caótico estado de exaltação, pulverizando a indiferença do público assistente. A contradição do gênio mistificador transforma-o de criatura em criador. O palco não é suficiente para conter a grandeza daquele momento único, o artista agiganta-se, e, como uma névoa vai envolvendo a plateia, prendendo-a naquele envoltório ectoplasmático, onde a única voz que se faz ouvir, a única ideia que se faz sentir é daquele ser transfigurado que flutua no tablado. Finalmente, aquela alma torturada pelo receio da imperfeição, sente todo o prazer e a agonia de ter-se libertado do corpo rústico que a envolve, e, por um momento, ainda que seja finito, sente todo o prazer e a grandeza do instante zero da gênese criadora. O artista transcendeu a cena, a arte, ainda que por um instante, atingiu a perfeição.

Corpo e espírito se unem, degenerando em uma singularidade volátil, fonte primordial da vida onde não se distingue a matéria imperfeita de que é feito o hospedeiro, daquela essência incorpórea que o habita, tornando-o fonte da criação. Criador e criatura, ínfimo momento onde a arte coabita o ator.

Próximo daquele sonho sempre sonhado de um dia viver Otelo ou Hamlet; é a realidade de um fantasista da aldeia, mantendo sempre, após cada atuação, uma renovada esperança: quem sabe se aquela ribalta que um dia abrigou Carlitos, possa um dia, abrigá-lo também. Não sabe e nem nunca saberá que a transcendência já ocorreu, e ele, transfigurado, não percebe. Quando a criação explode, levando seu criador aos limites mais extremos, o que mais pode importar? – Nada, apenas a criação.

Que desça sobre todos a grande noite do esquecimento, que sobrevivam apenas as sombras, as luzes, o artista e sua arte.

Vai, pois, pensador, semeie sua arte que como o trigo doce em terra adubada, certamente fará germinar novas searas... Que venha então...

O Lamento das Senzalas

**Da mortalha de seus bravos,
Fez bandeira a tirania!
Oh, armas talvez o povo,
De seus ossos faça um dia.
(José Bonifácio de Andrada e Silva)**

A escravidão é um processo de degradação moral, tolerada por uma sociedade sem princípios, incentivada por grupos colonialistas dependentes de uma fonte inesgotável de mão de obra escrava, tolerada por segmentos parasitas dependentes de uma estrutura social feudal e decadente.

Muito já foi escrito sobre a lei e o comportamento criminoso. Há também estudos individuais sobre muitos dos crimes coletivos praticados pela humanidade como a escravidão e a tortura, mas são poucas as tentativas de alcançar uma ampla visão histórica dos altos e baixos dos costumes morais. A grande obra pioneira foi a História dos costumes morais europeu de Augusto a Carlos Magno, de E. H. Lecky, publicada pela primeira vez em 1906. Desde então, a maioria dos autores evita esse enfoque, talvez com exceção dos franceses, particularmente Philippe Ariès e Georges Duby, com os quatro volumes da História da Vida Privada. Histórias constitucionais e econômicas

são mais seguras porque lidam com provas concretas. Investigações políticas, externas, administrações, operações militares ou da vida material que se baseiam em documentos oficiais ou provas arqueológicas. A história da moral depende de fontes menos consistentes. Corre-se o risco de fazer interpretações errôneas e julgamentos até certo ponto precipitados.

A escravidão não é uma invenção europeia, asiática, africana, ou de qualquer outra parte do mundo conhecido e habitado. A escravidão sempre foi parte das guerras de conquista, a imposição do poder conquistador sobre os povos conquistados. Os relatos históricos provam isto, em se tratando de conquista territorial para expansão comercial ou simplesmente para garantia de fronteiras.

Os portugueses, por exemplo, quando avançaram sobre a África, iniciando a expansão do Império comercial na época das grandes navegações, já encontraram etnias negras em adiantado estágio de utilização de mão de obra escrava em proveito próprio, oriundas da dominação de outras etnias tribais.

A história da escravidão negra no Brasil começou na África, antes dos descobrimentos de terras nas Américas. As constantes lutas entre as etnias negras, numa constante necessidade de afirmação de poder, significativo de sobrevivência, impunham aos derrotados o ônus da escravidão. Nada foi inventado no Brasil. Considerando que esta era uma prática antiga, era parte do jugo dos conquistados.

Fato é que existiram e ainda existem distintas formas de escravidão. Aquela nos moldes egípcios em relação aos hebreus, a escravidão nos moldes romanos em relação aos povos conquistados, e a escravidão negra na África, que já existia em função das guerras étnicas, sofrendo outra modalidade de escravidão imposta nos moldes das nações mercantilistas europeias, na qual salientamos Portugal, por nos interessar de forma específica e na sua necessidade de mão de obra escrava para exploração das potencialidades de sua grande colônia no recém-emergido continente americano.

Seguindo o enfoque informativo e tendo como objetivo a notícia da resistência negra à escravidão manifesta em várias revoltas armadas, este estudo apresenta dois desses atos de resistência como referências necessárias ao objetivo principal pretendido. A revolta do Quilombo dos Palmares em Alagoas, no século XVII, e a do Quilombo do Campo Grande, Serra de Cristais, centro-oeste de Minas Gerais, no século XVIII. Também podemos acrescentar na lista de rebeliões, a de Salvador (BA) e a primeira urbana, conhecida como Revolta dos Malês, onde a mãe do abolicionista Luís Gama desempenhou função importante.

A ideia central deste trabalho é o enfoque da resistência não armada,

mas obstinada, que a consciência coletiva negra fazia e que tem como centro irradiador o movimento libertário das Irmandades Negras no Brasil, especialmente em Minas Gerais e, ainda mais especificamente, na cidade de Itapece-rica, antiga Tamanduá.

É importante que para atingirmos às Irmandades, passemos em revista dois episódios da luta armada contra a escravidão, começando então por Palmares.

Resistência de Palmares

**Palmares, a ti, meu grito
A ti, barca de granito,
Que no soçobro infinito
Abriste a vela ao trovão.
E provocaste a rajada,
Solta a flâmula agitada
Aos uivos da marujada
Nas ondas a escravidão!
(Castro Alves)**

Informa Joan Nieuhof, historiador holandês e adido à corte do Príncipe de Nassau, no governo das terras do nordeste brasileiro ocupadas pelos holandeses ao longo do século XVII, período na história do Brasil conhecido como Invasão Holandesa.

A Aldeia de Porto Calvo, a 25 milhas do Recife possui 7 a 8 usinas de açúcar. Ali se encontra o Forte “Povoação”, que só viemos a conquistar sob o governo do Conde Maurício [de Nassau], as cidades de Alagoas do Norte e Alagoas do Sul, que estão a 40 milhas do Recife.

Na Capitania de Pernambuco há duas florestas, que os portugueses chamam Palmares, tanto a maior como a menor.

Os Palmares pequenos que são habitados por 6.000 negros, encontram-se a 20 milhas além de Alagoas, rodeados de matas nas margens do pequeno Gungoui, que aflui para o grande rio Paraíba, 6 milhas mais ao norte e acerca de 4 milhas do rio Mondaí, ao sul da Alagoas do Norte.

Os Palmares grandes encontram-se a 20 e 30 milhas da aldeia de Santo Amaro, junto a montanha de Behe, que está cercada com uma dupla estacada. Conta-se que cerca de

5000 negros habitam os vales contíguos às montanhas, além de outros muitos que vivem em grupos menores de 50 ou 100, por outros lugares e habitações. (IEUHOF, 1942 [1. ed. 1682])

O autor viveu no nordeste brasileiro entre 1640 e 1649, cinquenta anos antes da destruição de Palmares pelo paulista Domingos Jorge Velho. Esta é uma das primeiras notícias sobre o quilombo dos Palmares, portanto muito provavelmente antes do nascimento de Zumbi.

Zumbi

**Trezentos anos depois de sua morte,
Zumbi de Palmares entra para a Galeria dos Heróis Oficiais.
O líder da resistência dos escravos sempre foi e
deve continuar envolto em mistério,
mas pode revelar muito sobre a nossa história.
(Vilma Gryzinski)**

Pouco se sabe sobre Zumbi e o que se sabe bastou para criar o mito, sob o ponto de vista histórico, ainda que ele esteja “na penumbra”, como diz o sociólogo Clovis Moura, um estudioso da escravidão no Brasil. Zumbi foi o último, o mais conhecido e o mais intransigente líder dos Palmares.

À medida que o tempo se consome, Zumbi vai ficando mais firme no pedestal em que o colocaram: menos sombra e mais luz, menos vilão e mais herói. Uma visão contendo algum toque romântico, já que Zumbi é quase uma lenda.

O que foi Zumbi para seu povo? Quem foi o povo de Zumbi?

Os primeiros fugitivos a chegarem lá teriam sido um grupo de quarenta escravos, provavelmente em 1647, que abandonaram um engenho ao sul de Pernambuco. Escondidos nesses Palmares, deram origem aos assentamentos que depois seriam chamados de Angola Janga, ou Angola Pequena – um atestado da raiz banto da maioria dos quilombos de então.

A ocupação holandesa abriu uma brecha no sistema dominante, embora criando algumas situações de desequilíbrio contra si mesma, com o surgimento dos comandos negros mesclados, como Henrique Dias e Felipe Camarão, que se notabilizaram na resistência ao invasor. Em contrapartida, ganharam adeptos como o negro Domingos Fernandes Calabar, em cima do qual Jorge de Lima esbanjou poesia:

Domingos Fernandes Calabar / Eu te perdoo! / Tu não sabias / Decerto o que fazias, / Filho cafuz / De Sinhá do arraial do bom Jesus / Se tu vencesse, Calabar! / Se em vez de Portugueses, / Holandeses! / Ai de nós! / Ai de nós sem as coisas deliciosas / Que, em nós moram: / Redes, rezas, novenas, procissões / E essa tristeza Calabar, / E essa alegria danada, que se sente / Subindo, balançando a alma da gente / Calabar... tu não sentiste... / Essa alegria gostosa de tristel?

Quantos eram os amotinados de Palmares? Não existem fontes confiáveis, suposições sem nenhuma convicção. Falou-se até em 30.000 negros aquilombados, valor questionado por alguns pesquisadores do assunto.

Em um artigo publicado na revista *Veja* de 22 de novembro de 1995 com o título “O mais novo herói do Brasil”, Vilma Grysinski discorda deste número:

Se tivesse 30.000 pessoas, a história teria sido outra. Com esse número Palmares seria maior que o Rio de Janeiro da época, teria o tamanho de Olinda, citando o historiador americano John Manuel Monteiro, autor de “Negros da terra”. (Grysinski, 1995, p. 69)

O povo de Palmares se defendia com a melhor arma que possuía: o conhecimento absoluto da terra. Cada trilha, atalho, cada pedra no caminho tinha para eles um significado de orientação. Três gerações coletando conhecimento dia a dia e transferindo-os para gerações seguintes criou um guerrilheiro atípico, pobre em armas, rico em informações. Atacavam e fugiam. Fugiam e sumiam. Ressurgiam e atacavam. Fugiam, sumiam, ressurgiam... atacavam. Isto foi criando um pavor entre os colonizadores, pois um simples capão de mato poderia ser uma armadilha mortal. As mulheres participavam das emboscadas e escaramuças, relatou um espião infiltrado por um proprietário rural chamado Manuel Spinoza a João Fernandes Vieira, potentado de engenho. Ele fez da situação um comentário próximo do pânico.

João Fernandes Vieira tinha experiência de sobra para uma apreciação bastante profissional e isenta de orgulho colonial. Analisem o que segue:

Prática militar aguerrida na disciplina do seu Capitão e General Zumbi, que os fez destruíssimos no uso de todas as armas de que tem muitas em quantidade de fogo como de espadas, lanças e flechas. (Grysinski, 1995, p. 76).

Quem foi ele, afinal? Como teria surgido? A única informação credenciada é a de um padre português, Antônio Melo, que paroquiou em Porto Calvo, vila próxima de Palmares e com quem Zumbi conviveu até abandonar tudo pela liberdade em Palmares, aos quinze anos de idade.

Em cartas escritas entre 1696 e 1697 quando estava muito recente a morte de Zumbi e voltando a Portugal, portanto ainda na motivação da morte e no nascer da lenda, o padre Antônio Melo escrevia:

Ainda pároco em Porto Calvo em 1655, quando de uma investida do capitão Brás da Rocha Cardoso, fez surpresa aos negros que trabalhavam em suas roças, os quais na fuga extraviaram uma cria recém-nascida de escassos dias de existência. O Capitão presenteou o recém-nascido como se fora um cachorrinho ao padre, em paga de favor de pequena monta que lhe fizera. Batizado Francisco, o menino caiu nas graças do Padre. Demonstrava conduta perfeitamente cristã e engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrou em brancos. Com o tempo tornou-se coroinha da igreja, já que aprendeu a ler e escrever como parte dos privilégios de ser criado do Padre. Quando cumpriu dez anos já conhecia o latim que há mister, e crescia em português e latim a contento, ajudando-me na Santa Missa. (Grysisnki, 1995, p. 77)

O padre em lamento: "Aos quinze anos aconteceu a reviravolta. Grande foi minha surpresa quando em manhã do ano de 1670, tomei ciência por escrito que me deixou, que fugira para a companhia dos negros levantados de Palmares". Finaliza o Padre em lamentos: "Acabei de persuadir-me que todos os negros, antes preferem viver como bárbaros que como cristãos, mas confesso que recebi com grande pena a notícia da morte que se lhe deu". (Grysisnki, 1995, p. 77)

À frente relata o Padre que

Francisco não romperá de todo os laços que o uniam à sociedade branca, tanto que: depois que foi rei dos Palmares, em três ocasiões, veio Francisco visitar-me em Porto Calvo, em prova de filial afeição, levar-me presentes, por saber da muita miséria em que me encontrava, mas só na segunda visita inteirou-me que trocara o nome Francisco pelo nome africano Zumbi que conservou até o seu lastimável fim. (Grysisnki, 1995, p. 77)

Francisco foi Zumbi, um misto de lenda e realidade. Francisco também foi “Chico rei”, outro misto de lenda e realidade como veremos depois.

Enquanto Palmares florescia e se firmava militarmente, a repressão multiplicou suas ações de combate aos palmarinos. Mas Palmares estava lá e Zumbi também. De longe, muito longe, soprado pelo vento da morte, chegou o algoz de Palmares: Domingos Jorge Velho. E com ele a solução. “Este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado. Dom Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, referindo-se a Domingos Jorge velho”. (Grysinski, 1995, p. 77)

Escravizar, combater, aliciar, comandar e exterminar eram suas especialidades favoritas. Queixando-se dele e de sua malta, assim se expressou o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro. “O Conselho Ultramarino fechou a agenda com a seguinte nota: os paulistas são piores que os mesmos negros dos Palmares”. (Grysinski, 1995, p. 79)

Estabelecidas as bases da guerra aos Palmares, Jorge Velho foi buscar combatentes onde mais conhecia e confiava: São Paulo. No retorno ao teatro de guerra, comandava em torno de 1000 homens de arco e flecha, 200 de espingarda, e 84 comandantes de setores.

O primeiro choque terminou em derrota para as forças coloniais, agravada pelo fato da iniciativa ter sido dos defensores de Palmares. O fato foi avaliado pelos paulistas como tendo sido provocada a derrota pela covardia das tropas de Alagoas e Porto Calvo, a dos senhores de engenho, pela pouca experiência que tinham no ofício da guerra.

O paulista Manuel Navarro apareceu com cem homens de reforços, e nesse meio tempo Jorge Velho planejou sua primeira investida séria contra os negros livres defensores do quilombo do Macaco. Os atacantes foram derrotados em dois ataques. Foi obrigado a uma retirada estratégica, montando acampamento em Paratagi, onde durante dez meses, segundo ele mesmo, foi hostilizado e mal recebido pelos moradores da região. É possível supor o que ele, Jorge Velho, deve ter praticado algum inconveniente para merecer tal tratamento.

O sangue negro inunda a serra

Mas a sorte não favoreceu Zumbi. A tropa colonial combatente, incluindo os paulistas, seriam assim distribuídas, em cálculos aproximados: Capitão Bernardo Vieira de Melo comandava 3.000 combatentes; o sargento-mor Se-

bastião Dias 1.500; Domingos Jorge Velho, 600 índios, comandados por 45 oficiais. Contando com um reforço de 200 combatentes vindos do litoral e somados a seis canhões de curto alcance. O contingente do ataque final estava entre 5.300 e 5.500 combatentes.

Observa Martins de Freitas que “pela primeira vez organizou-se uma verdadeira base de operações, contando com uma logística de abastecimento, serviço médico, religioso, remuniciamento, embarque e desembarque com ordem e disciplina”. (Grysiniski, 1995, p. 79)

O tempo passava e Palmares continuava inexpugnável, até que houve uma mudança de tática. Combater fogo com fogo foi a solução apresentada pelas forças coloniais. Já que os estacados da defesa eram imbatíveis, a abordagem mais segura e eficiente era construir também estacados oblíquos à principal linha de defesa dos aquilombados, paliçada contra paliçada. Um trabalho árduo, quase impossível de ser realizado, mas ainda assim o foi.

O elemento surpresa foi fundamental. O próprio Jorge Velho relata a perplexidade de Zumbi. O que fazer mediante uma situação de catástrofe irreversível? Jorge Velho assim relatou o ataque final:

O chefe negro, oprimido no dito cerco, se resolveu a romper com todo o risco, abalroando por suas partes, aquela em que estava o Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo, que os rechaçou e que os fez a despenharempor um rochedo tão inopinável que os mais deles pereceram e se despedaçaram. Duzentos foram os mortos calculados na queda e num balanço resumido relatou o massacre ocorrido no dia seguinte: mataram-se outros tantos e aprisionaram-se quinhentos e dezenove de todos os sexos e idades. (Grysiniski, 1995, p. 79)

A avalanche de negros tombados no precipício deu origem à lenda do suicídio coletivo cometido pelos defensores de Palmares. Fizeram correr um boato, endossado pelo governador Melo e Castro, de que Zumbi também havia morrido no penhasco, desmentido logo a seguir, pois Zumbi morreria somente vinte e dois dias após a tragédia final.

Finda o guerreiro, surge o mito

Palmares não caiu sem luta.

O cabo Manuel Godói é tido como o combatente colonial que numa refrega aprisionou a mulher principal de Zumbi que se supõe chamar-se Maria Paim, juntamente com mais quarenta prisioneiros, que segundo uma descrição:

Era uma mulher branca que tinha Zumbi como seu marido e pai de seus filhos e que depois como medida de proteção foi feito um pedido a seu favor alegando que ela foi forçada e levada contra a vontade de seu tutor, porquanto não deveria sofrer punição. (Grysinski, 1995, p. 79)

Antônio Soares, mulato que chefiava um dos cortes de Zumbi, foi emboscado em setembro de 1695, aprisionado e mandado para Recife. No caminho, por falta de sorte, encontraram-se com um destacamento de paulistas comandado por André Furtado de Mendonça, capitão colonial, que exigiu para si a posse do prisioneiro. Observa-se que o intuito era obter informações sobre Zumbi e seus companheiros.

Arrancados pelos meios mais cruéis de tortura física, o ex-comandante de Zumbi acabou cedendo em guiar a tropa até o mocambo central, embora mais tarde fosse dito pelo governador Caetano de Melo e Castro que foi apenas uma leve pressão psicológica. (Grysinski, 1995, p. 79)

Era o dia 20 de novembro de 1695. Zumbi não se entregou e nem fugiu à luta. Ninguém caiu sem luta e apenas um foi capturado vivo. Contou o governador que “[...]foi preciso matá-los, se salvando apenas um”. O líder das forças coloniais Jorge Velho depõe: “A força e o covil dos negros dos Palmares, no Barriga tão afamado, está conquistado, seu líder morto”. (Grysinski, 1995, p. 80)

O corpo de Zumbi foi mandado para Porto Calvo, com “quinze ferimentos a bala e alguns outros de lança. Seu corpo foi mutilado, cortaram-lhe o órgão genital e o enfiaram em sua própria boca. Não havia mais respeito, trataram-no como a um animal qualquer”.

A descrição é feita publicamente no Auto de reconhecimento do negro Zumbi, “[...] lavrado para não deixar dúvidas sobre sua identidade, onde testemunharam o único sobrevivente do massacre, Bunga, juntamente com soldados coloniais, de Furtado de Mendonça”. (Grysinski, 1995, p. 68)

O antigo tutor de Zumbi, o Padre Antônio Melo, assim se manifesta a respeito do reconhecimento:

O auto de reconhecimento do cadáver, me parece em tudo verdadeiro, na parte em que diz que era pequeno de estatura e magro de corpo e também que era coxo da perna esquerda por causa de uma pelourada adquirida em combate, o que vi na última vez que me visitou. (Grysinski, 1995, p. 80)

O corpo do guerrilheiro sofreu ainda outras mutilações, entre elas a decapitação post mortem, como sofreram posteriormente Tiradentes e Lampião, sendo sua cabeça enviada a Recife, onde foi espetada em um pau e exposta em lugar público para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam-no imortal. (Grynski, 1995, p. 80)

Dia da Consciência Negra

Atualmente, o dia 20 de novembro é celebrado como Dia da Consciência Negra. O dia tem um significado especial para a Raça Negra, que reverencia Zumbi como símbolo de luta pela liberdade.

Palmares não foi a primeira resistência, nem seria a última.

Minas Gerais, foco de rebelião

Segundo o mestre Diogo de Vasconcelos, “O primeiro ouro descoberto nas Minas Gerais dos Cataguases (ainda pertencente à Capitania de São Paulo) deu-se com Antônio Rodrigues Arzão, no serro do Tripuí, Ouro Preto”. Diogo reporta a Antonil (Antônio Andreoni), relator do acontecimento. (Vasconcelos, 1974, p. 141)

Esta primeira descoberta, ocorrida na última década do século XVII, aproximadamente um ano antes da destruição do Quilombo de Palmares, mudou os rumos da economia do Brasil colonial e a destinação dos escravos vindos da África para as terras do Brasil.

O final do século XVII protagonizou três acontecimentos importantes, que alteraram o curso da história de um país em formação. Embora ainda colônia portuguesa, já mostrava rumos de autogestão em alguns setores mais ambiciosos.

A decadência da indústria açucareira, a descoberta do ouro em Minas Gerais e a convergência da mão de obra escrava para o epicentro minerador protagonizaram o início de um novo ciclo econômico no Brasil colônia: o ciclo do ouro. Em pouco tempo, as minerações estavam saturadas de escravos negros vindos da África.

O agravamento das tensões entre uma sociedade extrativista escravocrata e seu oposto na ordem social, os escravizados, fatalmente iria levar, como levou, a uma situação de confronto, onde a classe dominante usou e abusou do poder de extermínio contra os quilombos revoltados, como já o havia feito contra Palmares.

A revolta nas minas ocorreu na região do centro-oeste de Minas Gerais

já como capitania independente (Capitania das Minas Gerais dos Cataguazes) nas terras da Conquista do Campo Grande da Picada de Goiás, de onde vem o nome “Quilombo do Campo Grande”, localizado no Município de Cristais.

Usamos a publicação das Efemérides Mineiras, de José Pedro Xavier da Veiga (1998), para reconhecimento e apreciação desse capítulo nefasto da história de Minas Gerais, que tanto representa na luta e resistência dos escravos ao sistema escravagista, deixando claro que a capacidade de aglutinação negra era muito forte, a qual ficou evidenciada também nas Irmandades Negras, que é o objeto principal deste trabalho.

Mas antes, vamos analisar dois lados da mesma questão: Minas na África e a África em Minas.

Minas na África

O impacto da corrida do ouro em Minas Gerais não se fez sentir apenas nas joias da corte europeia, nas negociações portuguesas e no desenvolvimento do Brasil. O fenômeno também teve seus efeitos na África, que marcaram o passado e pautaram o presente da nossa união federativa.

A África na época já tão maltratada pelas lutas internas das etnias, que ainda hoje acontecem em menor escala, sofreu mais uma agressão violenta em seu sistema social em evolução como também no embrionário sistema político com tribos disputando para si mesmas a hegemonia do poder local e futuramente constituir-se em Estado nacional independente, ainda inexistente no continente africano.

As potências europeias leiloaram a África, dividindo-a em várias porções de terra nem sempre dominadas por uma mesma etnia, fato que refletiria muito mais tarde por ocasião da independência das diversas colônias, em massacres de aldeias inteiras no processo de limpeza étnica. Ruanda é o exemplo mais contundente, juntamente com a Nigéria, Sudão, e mais outros.

O continente africano ficou propositadamente isolado do resto do mundo, enquanto países europeus esbanjavam dinheiro com a exploração desenfreada da enorme riqueza mineral do continente.

A África foi aviltada não somente em valores materiais, mas sofreu, principalmente entre os séculos XVI até XIX, enorme perda de representatividade humana com a exportação de centenas de milhares de escravos que iriam fornecer mão de obra em países europeus e em suas colônias ultramarinas, principalmente nas Américas, sobressaindo Inglaterra com suas colônias na América do Norte, a França e Holanda na Central e Portugal no Brasil, que é o que mais nos interessa.

Em princípio, o grande contingente escravo vindo para o Brasil, oriun-

do da África, por intermediação do reino de Portugal, teve seu maior foco no Nordeste brasileiro, justamente nos estados canavieiros na sustentação da mão de obra dos engenhos açucareiros. No final do século XVII, início do século XVIII, a atividade econômica colonial para o polo minerador com a descoberta das abundantes jazidas auríferas em Minas Gerais. Então, a região passou a ser a grande acolhedora da mão de obra escrava vinda da África.

As marcas da presença mineira na África podem ser vistas na cidade de Ajudá, no Benin, oeste do continente. Ali, em 1721, foi fundado o primeiro entreposto de escravos administrado por brasileiros, a Fortaleza de São João Batista de Ajudá. O motivo era a exploração do ouro e do diamante em Minas Gerais que exigia centenas de milhares de braços, e para garantir a mão de obra do garimpo era preciso “profissionalizar” o tráfico dos negros. Assim, com a fortaleza, o Brasil deixou de depender exclusivamente dos contrabandistas africanos, passando a deter maior controle sobre o mercado de escravos.

Aproximando-se de três séculos de existência, a fortaleza continua de pé. O edifício, considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, abriga o Museu de História de Ajudá, que denuncia os horrores vividos pelos escravos e expõe os laços culturais que unem o Brasil e Benin: “Precisamos preservar nossa memória para que o mundo não se esqueça do que aconteceu aqui”, afirma o administrador do museu, Honfo Damiem, em Ajudá no Benin.

A história da fortaleza, assim como da própria escravidão, teve um importante ponto de inflexão na descoberta do ouro em Minas Gerais no final de século XVII. Em apenas 100 anos, a busca das riquezas minerais fez o número de escravos nas Gerais passar praticamente de zero para 300 mil, um contingente que representa 17% de todos os negros traficados da África para o Brasil no século XVIII. Essa migração forçada para os garimpos de Minas significou uma importante transferência populacional do continente africano para o americano. Dentro de um contexto geopolítico maior, também representou uma parte considerável do movimento de ocupação das Américas, movimento este que contribuiu para o renascimento da escravidão no mundo, que andava em declínio desde o fim do Império Romano.

A Fortaleza de São João Batista de Ajudá nasceu dessa tragédia. A construção original fora erguida pelos portugueses no ano de 1680, e logo depois abandonada. Em 1721, comerciantes lusos com interesses no Brasil, retomaram o edifício, transformando-o em um entreposto de escravos voltado sobretudo para o fornecimento de mão de obra para Minas Gerais. Até então, os comerciantes dependiam de traficantes africanos, que dominavam todas as

fases do processo, da caça humana ao embarque dos escravos nos navios que se destinavam ao Brasil. (Jornal O Estado de Minas, 5 jun. 2005).

Quanto valia um escravo para os garimpos

Segundo o jesuíta André João Antonil (início do século XVIII), era esta a cotação: “Um negro {bem feito}, valente e ladino: 1 kg de ouro; Um molecão: 900g de ouro; Um moleque: 430g e ouro; Um crioulo, bom oficial: 1.8kg de ouro; Um bom “trombeteiro, {chamador de cães}, 1.8kg de ouro; Uma mulata {“de partes”} 2.1kg de ouro; Uma negra cozinheira 1.2 kg de ouro” (Jornal O Estado de Minas, 5 jun. 2005).

A África em Minas

A presença da África em Minas Gerais é marcante e visível em todas as atividades do gênero humano. Nas artes, no esporte, nas ciências, é possível nomear não poucos representantes da raça negra em situações de destaque. Sempre foi assim? Não! O negro conquistou aos poucos e com grande esforço o espaço que lhe era devido por justiça, mas que lhe era negado por preconceitos raciais. Sempre foi elegante ter uma babá negra para os filhos brancos, desde que ela reconhecesse que jamais teria os mesmos direitos e privilégios da senhora branca. O fato era tão natural que era aceito não como imposição social, mas como obrigação de submissão. Para o negro, ser submisso em relação ao branco era uma demonstração de respeito pela suposta superioridade racial branca. Por mais absurdo que isto possa parecer nos dias de hoje, até meados do século XX esta era uma situação normal, e podem acreditar, para ambos os lados em diversos casos onde, a submissão por gerações, funcionava como uma espécie de lavagem cerebral, onde o negro ia perdendo aos poucos sua própria identidade sem se dar conta da própria aceitação.

A África em Minas está na marca indelével do nosso sangue mesclado, naquela porcentagem de nós mesmos que conscientemente reconhece o fatalismo de um povo que, nascendo livre como nos consideramos, tornou-se escravo por conveniência do colonizador imperialista que, ainda hoje sob outras siglas, continua negando seus direitos. Vejamos uma curiosidade interessante, a situação de miscigenação e proporcionalidade de mistura sanguínea em termos mineiros. Em pesquisa publicada pelo jornal O Estado de Minas em 5 de junho de 2005, com dados do IBGE (2003), portanto há quatorze anos de nossa publicação, mas que pela seriedade do trabalho reflete por estimativa, uma realidade percentual atual, embora os valores sejam correspondentes à

época da publicação meio século antes daqueles números demonstrados —, diz o seguinte: “47,3% da população brasileira é de pretos e pardos, e 50,6% da população de Minas Gerais é composta de pretos e pardos”.

A concentração de uma considerável população escrava nas regiões mineradoras motivou o seguinte comentário de Caio Prado Junior:

É somente em Minas Gerais que a extração do ouro conserva alguma importância, relativamente, bem entendido, ao que se passa nas demais capitânicas. Possuímos para esta circunscrição dados estatísticos pormenorizados colididos por Eschwege relativos a 1814. Segundo os quadros por ele publicados no *Plutus Brasiliensis*, havia em Minas Gerais 555 lavras em que trabalhavam 6.662 pessoas, sendo 6.493 escravos (Prado Jr., 1965, p. 168-169).

Esta é uma informação para ilustrar a importância da atividade mineradora na capitania, frente ao fato que será abordado, ocorrido no Centro-oeste de Minas, que fez surgir naturalmente uma reação contrária e perigosa contra o sistema escravocrata, criando condições para revoltas armadas contra o sistema dominante.

Vamos a um estudo íntegro de José Pedro Xavier da Veiga nas *Efemérides Mineiras (1664-1897)* (1998).

A Rebelião de Campo Grande

15 de abril de 1756. Insurreição malograda. Esta da qual nos recorda uma das mais lúgubres páginas do nosso passado colonial, uma horrenda hecatombe de escravos: 3.900 vítimas.

O negro sofria o que não sofria o cão, escreveu o eminente Oliveira Martins, dissertando sobre o cativo nas antigas capitânicas do Brasil.

Há 141 anos, no desespero extremo do seu miserando destino, os escravos da Capitania Mineira, a exemplo dos de outras partes da América Portuguesa, planejaram rebelar-se, reivindicando de vez a liberdade total, liberdade esta que mal podia ser-lhes assegurada nas grutas escondidas dos recônditos quilombos, onde às mais vezes morriam, tentando fugir aos horrores de sua sorte e desgraça.

Quantas não foram as dificuldades que tiveram que vencer para generalizar um acordo. Combinaram que se efetuariam no mesmo dia o levante nas quatro Comarcas mineiras, e designaram a quinta feira santa, 15 de abril de 1756.

Propunham-se ousadamente os chefes da revolta a governar o país. Quem eram eles? Nem os documentos do tempo, nem a tradição guardaram os nomes dos modernos e obscuros Spartacus. Se triunfasse a conspiração, ter-se-ia, em vastíssimas proporções, uma nova e singular República dos Palmares, transplantada para as montanhas de Minas Gerais. Havia 70 anos estabelecera-se a primeira, com o famoso Zumbi e suas rústicas trincheiras, nos sertões de Alagoas, tanto sangue custando sua destruição, com os seus heroicos defensores, que inflexíveis preferiram a morte à capitulação.

Mas houve um delator também não registrado pela crônica, antepassado espiritual de Joaquim Silvério dos Reis. A insurreição frustrou-se, subsistindo soberano o regime do látego, com todas as suas torturas e ignomínias, regime ignóbil que só 132 anos mais tarde derrocou-se para sempre em terras do Brasil, no glorioso 13 de Maio de 1888.

Sobre esse acontecimento da história mineira têm sido até hoje muito omissos os historiadores. Apenas R. Southey, repetindo um cronista, consagra-lhe vagamente seis linhas, viciadas de anacronismo. Nos outros não encontramos nenhuma notícia do fato ou sequer a alusão. Dos cronistas também nada mais se colhe a respeito. Somente em um, intitulado *Compêndio da época da Capitania de Minas Gerais de 1694 a 1780*, escrito deficientíssimo, mesquinho, sem crítica ou sequer coordenação histórica e tão minguido em matéria e que ocupa apenas 11 páginas. Exclusivamente nesse compêndio, dizíamos, se encontram, subordinadas a data de 15 de abril de 1756, as palavras: "Descobriu-se a tentativa de insurreição, a qual foi prevenida!" Isto só.

Na introdução do seu *Florilégio da poesia brasileira*, o ilustre Sr. Varnhagen (depois Visconde de Porto Seguro) refere-se em nota à revolta, que ele qualifica de quarta sedição formal havida em Minas Gerais no século XVIII; mas nada adianta no assunto, enviando o leitor para a *Revista do Instituto Histórico* (v. 1, 1846), isto é, para o tal pretenso *Compêndio das épocas da Capitania de Minas Gerais*, que, vimos já, só duas linhas consagrou, não explicadas, e menos ainda justificadas daquele acontecimento. Em semelhantes termos, quase que a menção ou referência foi como se não a fizessem. Mas valeu ainda bem para estimular-nos às mais pacientes indagações. De feito, procuramos informações visando esclarecimentos nesse ponto obscuríssimo, da história mineira, acontecimento só conhecido na sua denominação, o que é singular, e, no entanto, apesar disso, mais tarde qualificado de sedição formal por um dos primeiros historiadores brasileiros, o que não é menos singular.

Averiguamos em anotações oficiais a espécie de insurreição planeada ocasião e modo de sua pretendida execução, porque se frustrou, e qual o alcance que então lhe deram alguns representantes do poder público. Consta

isso de dois documentos em seguida trasladados, na íntegra, do Livro de Registros do Senado da Câmara de Villa Rica, relativo aos anos de 1754 a 1756, folhas 236 a 239:

Registro de três cartas que este Senado escreveu, digo senado mandaram escrever às citadas Vila Real, de S. João d'EI-Rey do Rio das Mortes, e Câmara de Sabará e à Câmara da cidade de Mariana, e são do teor e forma seguinte: - “Senhores do nobilíssimo Senado da Villa de Sabará: - A boa harmonia que devemos procurar com tão nobre Senado nos põe na precisão de participarmos a vv. Mercês, a notícia que temos de se haverem confederado os negros aquilombados com os que assistem nesta e nessa vila e nas mais de toda a Capitania, para na noite do dia quinze do corrente darem um geral assalto em todas as povoações, privando da vida a tudo o que forem homens [sic], assim brancos como mulattos determinando morte a seu senhor cada um dos escravos que lhe for mais familiar[...]

E a ordem desta execrável determinação “acometerem aos brancos ao tempo em que dispersos se ocuparem em correr as Igrejas, sem perdoarem a pessoa de qualquer qualidade que seja, não sendo mulher”. Esta notícia, que só como voz vaga, foi ao princípio atendida, tem chegado a manifestar indícios que requerem se sinalarem escravos; que se dizem propostos para regerem as Minas, resolutos, além de patentear em parte muitas práticas tendentes à tal conspiração e ser certo que em anos, deve que se tenham percebido andar de semelhantes intentos sem que se chegasse a experimentar os seus cruéis efeitos; não parece desacerto acautelar uma mina que pode com lastimoso sucesso enganar da sua possibilidade. A grande capacidade de VV. Mercê compete dar a providência necessária em um tão factível acontecimento, comunicando também aos Senados mais distantes ajunto recurso de um golpe que a todos ameaça, ao que nós ficamos aplicando nosso cuidado pela obrigação que nos corre e serviço de Sua Magestade, dando juntamente conta ao Illm. Sr. Governador e à S. Excia. Revma. para que naquela noite determinem-se não abram as Igrejas, por melhor se evitarem os grandes concursos de negros, que todos os anos se observam. Afeitosamente oferecemos as nossas vontades à disposição de

VV. Mercês a quem desejamos toda a felicidade. Deus guarde a VV. Mercês muitos anos. Villa Rica, em Câmara de três de abril de mil setecentos e cinqüenta e seis anos.

O desbotado do escrito e a sua original ortografia nos induzirão talvez no equívoco da decifração de alguma palavra, mas nunca em prejuízo do pensamento que ditou as cartas transcritas. Demonstram estas o que já dissemos. Omitem, entretanto, notícia sobre o modo por que foi dado a conhecer, malogrando o plano pela insurreição, e o que se seguiu ou provavelmente havia de seguir para castigo dos infelizes insurrectos, de exemplo e intimidação à escravaria de Minas, mísero rebanho humano, opressão de trabalho, crueza e privações indizíveis, mas habitualmente tão sofredor e submisso que no projetado levante oferecia por certo a medida da própria angústia e desesperação. Qual seria o castigo?

3.900 Pares de Orelhas

É do instruído e estimado cronista Pedro Taques de Almeida Paes Leme, autor da Nobiliarquia Paulistana (1980), o seguinte trecho:

[...] de sorte que, para se evitar um futuro levantamento de pretos contra os brancos, se empenhou a atividade, ardor, zelo e desembaraço do coronel José Antonio Freire de Andrada (hoje Conde de Bobadela), governador da Capitania de Minas Gerais, a vencer a Bartolomeu Bueno do Prado, natural de São Paulo, por si e seus avós, para capitão-mor e conquistador de um quase reino de pretos foragidos que ocupavam a campanha desde o Rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de S. Paulo para Goyazes.

Bartolomeu Bueno desempenhou tanto o conceito que se formava de seu valor e disciplina da guerra contra esta canalha, que se recolheu vitorioso apresentado: 3.900 (TRES MIL E NOVECENTOS) pares de orelhas dos negros que destruiu em quilombos, sem mais prêmio que a honra despreocupada no real serviço, como consta dos acórdãos tomados em Câmara de Villa Rica sobre esta expedição e o efeito dela para total segurança dos moradores daquela grande capitania.

Em nossas pesquisas nos livros velhos do Arquivo Municipal de Ouro

Preto, não se nos deparou ainda o aludido acórdão, cuja existência, tão categoricamente afirmada pelo exímio genealogista paulistano, comprovará a denunciada e pavorosa hecatombe humana. É bem possível que o mesmo heroico capitão-general fizesse desaparecer o registro para sonegar à posteridade a notícia do monstruoso sucesso. O fato continua sem prova documental.

Mas o próprio governo português, muitos anos depois, ministrou documento confirmativo da asseveração do cronista Pedro Taques, embora omitisse hediondo pormenor assinalado.

Este documento é a instrução para D. Antonio de Noronha, Governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, para o célebre Martinho de Mello, ministro de D. Maria I. Aí se lê o seguinte a propósito das vantagens da tropa irregular ou de paisanos armado:

E havendo em Minas Gerais as milícias e além delas muitos outros habitantes, e grande quantidade de homens pardos e negros, de uns e outros se tem formado em algumas ocasiões corpos semelhantes, como foi o de sete companhias que o governador interino José Antonio Freire de Andrade mandou levantar de gente escolhida para irem destruir os quilombos do Campo Grande. Compunham-se estes quilombos de várias habitações de negros fugidos e rebeldes, que depois de muitos anos se tinham refugiado no sertão, e, servindo-lhes o mato de fortaleza, infestavam todos aqueles distritos. Marcharam as sete companhias, abrindo caminhos e picadas que não havia por serras e sertões, navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas.

E depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim ao quilombos... e os destruíram todos, voltando, passados seis meses que tanto durou a expedição. (Revista do Instituto Histórico Brasileiro, v. VI)

Há no Arquivo Público Mineiro documentos que de certo modo confirmam o morticínio de pretos, de que tratamos. São, entre outros, um aviso régio (de 10 de Janeiro de 1801) mandando o governador da capitania informar sobre o documento de Vicente Ferreira de Paiva Boeno, capitão de cavalaria de milícias da Villa da Campanha tia Princesa, no qual (o requerimento está junto ao aviso) pede e promoção ou acesso ao posto de sargento-mor, alegando serviços e benemerência de seus antepassados, a começar pelos do lendário Amador Boeno da Ribeira, 4º avô do suplicante, e em seguida o de

Domingos Rodrigues do Prado, seu bisavô, e Bartolomeu Bueno do Prado, seu avô. A respeito deste, alega o suplicante, referindo-se a documentos, que foi Bartolomeu o chefe da expedição que destruiu uma nação de pretos, formando muitas povoações ou quilombos, nação numerosa em que havia rei, rainha, etc.

À diligência do avô do suplicante, escreveu este capitão Vicente Ferreira de Paiva Boeno, se deve serem presos ou mortos em porfiosos combates aqueles levantados, e o ter hoje a Coroa de Portugal povoado tão vastíssimo sertão. E de haver nele o grande arraial de Nossa Senhora da Conceição, Pedro de Alcântara e Alva de Jacuy.

Três mil e novecentos pares de orelhas, três mil e novecentos negros vitimados, sem comiseração e sem dó, nas solidões da floresta da formosa Terra Mineira, virgem ainda e onde de balde os míseros buscariam asilo fugindo aos tormentos quotidianos do cativo! Foi assim muito excedido em ferocidade o atroz e infame alvará régio de 3 de Março de 1711.

Todavia, o cronista Pedro Taques só achou sem semelhante canibalismo que relembra as guerras de extermínio espanholas no Peru e no México.

Desta vez a nova página sombria da história mineira no período colonial não foi escrita somente pelo despotismo desalmado da metrópole, representado na pessoa do capitão-general José Antônio Freire de Andrade, irmão do primeiro e egrégio Bobadela, cujo nome maculou, e que teve, com a iniciativa, imensa responsabilidade na sangrenta expedição.

Dá o hediondo e assombro episódio a medida do que era, naquela época sobretudo, a escravidão dos infelizes negros, seres humanos procurados e mantidos, quando eram mantidos, como animais de trabalho e, mais que estes, acabrunhados de fadigas, cortados pelo açoite, exterminados como cães hidrófobos!

Já um século antes, o padre Antônio Vieira comparava a vida dos escravos, sem se referir a índios ou negros, aos sofrimentos do Redentor, de quem os exortava a esperar conforto: cordas, açoites, feridas e afrontas, não ter jamais descanso, nem de dia, nem de noite. Ser vilipendiado, surrado, morto à fome. Tal, exclamava o flagrante orador, era a sorte dessa gente miserável. Que legislação! Que tempo!

Em outro admirável sermão, o seu gênio lampejava assim:

Que teologia há, ou pode haver que justifique a desumani-

dade e sevícia dos exorbitantes castigos com que os escravos são maltratados? Maltratados, disse, mas é muito curta a palavra para a significação do que encerra ou encobre! Tiranizados, deveria dizer, ou martirizados, porque eram os miseráveis pingados, lacerados, retalhados e outros excessos maiores, que calo, mas merecem nome de martírios mais do que castigos.

A escravidão! Que página horrenda e torpe a enxovalhar nossa história! Em momento de delírio homicida, um maníaco colonialista inventa uma expedição exterminadora de infelizes e acha para dirigi-la carrasco incomparável, que regressa trazendo-lhe como oferenda e troféu 7.800 orelhas humanas.

É preciso, no entanto, proclamar bem alto, em homenagem à verdade e a estes inumeráveis mártires anônimos: Minas Gerais – o Brasil inteiro – deve-lhes a máxima parte de sua vitalidade, dos seus recursos materiais e de seu progresso.

Em ligeiros traços, aí fica referido o que foi a malograda insurreição africana na capitania de Minas Gerais e o horroroso fim desse quase reino de pretos foragidos, situado entre Rio das Mortes e o Rio Grande, cenário silencioso da bárbara perseguição contra os míseros escravos trucidados aos milhares em nome e para glória do governo metropolitano.

Por mais que pretendêssemos, não nos foi possível encontrar documentos contundentes e comprobatórios desse massacre, entretanto os mesmos podem simplesmente terem sido destruídos, como podem nunca terem existido, contudo se existem algumas dúvidas, nesse caso as dúvidas favorecem as vítimas e não aos possíveis réus.

São dois acontecimentos distintos, mas que estreitamente se prendem e se completam: um traduzindo a alucinação angustiosa da raça martirizada, e o outro simbolizando a onipotência crudelíssima dos dominadores.

José Pedro Xavier da Veiga, que colheu estas informações e as deu forma impressa, mencionou o fato macabro dos 3.900 pares de orelhas colhidos na guerra de extermínio contra os revoltosos do rei Ambrósio nome e título do chefe do Quilombo do Campo Grande.

Entretanto, houve contestação à existência real desse genocídio, praticado com planejamento e requintes de crueldade, barbarismo realizado por prepostos da Coroa portuguesa, com o endosso e aval dessa.

A Contestação

Para melhor compreensão do texto de contestação, informamos que al-

guns autores, sem pôr em dúvida a revolta, seus objetivos e as atrocidades cometidas pelas tropas de repressão colonial, contestam a existência dos 3.900 pares de orelhas. Entre eles, um dos mais qualificados é o Prof. Waldemar de Almeida Barbosa, no livro História de Minas, onde coloca o seguinte:

José Antônio Freire de Andrade, irmão de Gomes Freire de Andrade, tomou posse como governador interino (Capitania de Minas Gerais) em 17 de fevereiro de 1752, depois que Gomes Freire se apresentou de regresso de sua missão no Sul, em 28 de abril de 1758, o irmão continuou a substituí-lo.

A Jose Antônio Freire de Andrade deve ser creditado o trabalho desenvolvido para a destruição do Quilombo Grande, antigo Quilombo do Ambrósio. Este já havia sido destruído em 1746, por ordem e iniciativa de Gomes Freire, com a cooperação de todas as Câmaras da Capitania. Mas, o Quilombo renasceu das cinzas, mais forte do que antes, provocando séria preocupação em toda a Capitania [...]. Pedro Taques foi o responsável pela divulgação da lenda dos 3.900 pares de orelhas de negros, além de difundir a lenda, acrescentou outra inverdade: “Como consta dos acórdãos tomados em Câmara de Vila Rica”. Nos anais da Câmara de Vila Rica, nada existe a respeito, nem poderia existir, mesmo por uma razão muito simples: O Governador José Antônio Freire de Andrade, delegou poderes à Câmara de São João D’El Rei para organizar e orientar a expedição, cujos preparativos em 1756, mas que só foi levada a efeito em 1759 [...]. Foi a 18 de janeiro de 1759 que Bartholomeu Bueno do Prado partiu, à frente de suas tropas, 400 homens, levando capelão, cirurgião, botica, tropa de índios, negros como guias, vários capitães experimentados, cada um à frente de sua Companhia, constituída de homens convocados de toda à Capitania. O Título que solenemente recebeu, antes da partida foi o de Governador–Comandante. Esse título, “Governador-Comandante”, figurou em todos os documentos inclusive nos autos de posse lavrados em nome da Câmara de São João [...].

A Expedição comandada por Bartholomeu Bueno arrasou o Quilombo Grande, o Quilombo de Bambuí e outros como do Careca, do Morro da Ângela, da Serra da Marcela, do

Andaial (Araxá) etc. A guerra contra os quilombos terminou no fim de dezembro de 1759 (Barbosa, 1979, p. 606-607)

O Manifesto da Câmara de Tamanduá

A Câmara de Tamanduá, atual cidade de Itapeçerica (MG), remeteu à rainha D. Maria I uma carta referência sobre as fronteiras da capitania de Minas, respondendo um pedido de informações do Conselho Ultramarino de Sua Majestade, onde, para cientificar à corte de algumas situações, descreveu o episódio do morticínio efetuado pelos comandados de Bartolomeu Bueno do Prado na Revista do Arquivo Público Mineiro – dirigido por José Pedro Xavier da Veiga, em 1897. As referências são as seguintes:

Em vinte e hum de maio de mil setecentos e cincoenta e oito, mandou passar o excelentíssimo José Antônio Freire de Andrade, portaria ao Capitão Diogo Bueno para entrar no Campo Grande e destruir as relíquias do Quilombo do Ambrósio que ia principiando a engrossar-se e a fazer-se temido, e a oito de junho de mil setecentos e cincoenta e nove, mandou passar outra a Bartholomeu Bueno do Prado, os quais, indo em sete de agosto de mil setecentos e sessenta, abrindo estradas, fazendo pontes, picadas, até abaixo da serra das Vertentes do Rio Sapucahy, defronte o destruído Quilombo do Ambrósio e formando um corpo de quarenta homens armados, os ditos chefes mandaram acometer o Quilombo do “Canalho”, o qual ficou reduzido a cinzas com mortandade de negros e destroços graves dos combatentes (Veiga, 1897, p. 386).

Prossegue com mudança de assunto: A falta de registros e guardas nos lugares competentes que os Generais de V. M. tem procurado acautelar por parte da Capitania de Minas e dos Goiazys tem mandado demolir e transcalar tem dada inconsiderada liberdade ao extraviadores e garimpeiros de Diamantes e Ouro. Por este e muitos outros funestos acontecimentos, desamparavam as conquistas, até que o excelentíssimo José Antônio Freire de Andrade, Governador interino, fez expedir uma escolta de 400 homens com portarias e poderes amplos a Bartolomeu Bueno do Prado e a Salvador Jorge, seu primo, os quais a sete de agosto de mil setecentos e sessenta entrando as ditas campanhas abrasou e destruiu toda a multidão de negros aquilombados pelo Andaia, Bambuí, Corumbá, Santa Fé, Jacuí e Rio das Abelhas, Rio Grande e Paranaíba... Desinfestada a campanha de semelhante qualidade de inimigos,

princípios a entrarem algumas bandeiras particulares a afazendar-se (Veiga, 1897, p. 386).

Termina por aí o comentário sobre o episódio que teria originado a amputação de 3.800 pares de orelhas, contudo, embora mencione possíveis “atrocidades”, não comenta nada sobre números.

Da vila de Pitangui Thomaz de Aquino Calassa, depois Manuel José Torres da Silva Cordeiro. Do Novo Termo [designação dada à Vila de Tamanduá, que na época dos acontecimentos, década de 1760, ainda era jurisdição de São José do Rio das Mortes, sendo elevada a vila em 20 de novembro de 1789 e instalada em 18 de janeiro de 1790] o Sargento Mor Manuel Alves Gondim, presentemente o Juiz de Órfãos, o Guarda Mor Manuel Rodrigues Gondim [o missivista trocou o primeiro nome, o verdadeiro é Francisco Rodrigues Gondim] e por guia o referido Agostinho Nunes de Abreu, edificaram o Arraial do Rio das Abelhas [hoje Desemboque], abriram regos até hoje chamados pelo povo e permaneceram até o ano de mil setecentos e sessenta e três. (Carta da Vila de Tamanduá à D. Maria I, em 20 de julho de 1793. Arquivo Público Mineiro – Revista do APM, 1897, ano II, p. 372-388; Códice 1.115-VIII).

Um Intervalo na História - Chico Rei

Entre as mais conhecidas e estudadas revoltas de escravos no Brasil colônia, aconteceu em Vila Rica (atual Ouro Preto, segundo quartel século XVIII) um movimento de libertação de escravos a partir dos movimentos libertários que até então envolviam uma resistência armada, a exemplo de Palmares, e também de movimentos posteriores semelhantes ao do Quilombo de Campo Grande.

O que aconteceu em Vila Rica foi inédito na história da escravidão. Diz Diogo de Vasconcelos em *História Antiga de Minas Gerais* (1974), numa análise pessoal:

Francisco foi aprisionado com toda sua tribo, e vendido com ela, incluindo sua mulher, filhos e súditos. A mulher e todos os filhos morreram no mar, menos um. Vieram os restantes para as minas de Ouro Preto. Resignados à sorte, tida por costume na África, homem inteligente, trabalhou e forrou (libertou) o filho; ambos trabalharam e forraram um compatriota; os três, um quarto, e assim por diante até que, liberta a tribo, passaram a forrar outros vizinhos da mesma

nação. Formaram assim em Vila Rica um Estado no estado; Francisco era o rei, seu filho o príncipe, a nora a princesa, e uma segunda mulher, a rainha.

Possuía o rei para a sua coletividade a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho. Antecipou-se este negro a era das cooperativas, e procurou o socialismo cristão. Como naquele tempo toda a Irmandade estava unida à ideia religiosa de um santo patrono, tomou esta o patronato de santa Efigênia, cuja intercessão foi-lhes tão útil; e deste exemplo nasceu o culto ardente, que se vota ainda à milagrosa imagem do alto da cruz. Os irmãos erigiram o belo templo que existe sob a invocação do Rosário. No dia 06 de janeiro o rei, a rainha, e os príncipes vestidos como tais eram conduzidos em ruidosas festas africanas à igreja para assistirem à missa cantada e depois percorriam em danças características, tocando instrumentos musicais indígenas da África, pelas ruas. Era o REINADO DO ROSÁRIO, festas que se imitaram em todos os povoados de Minas. Vem também daí a nomenclatura de todos os mesários do Rosário em todas as Irmandades de Pretos entre nós. No Alto da Cruz ainda se vê a pia de pedra na qual as negras empoadas de ouro lavavam a cabeça para deixá-lo naquele dia por esmola, ou donativo (Vasconcelos, 1974, p. 163).

Chico Rei é um personagem lendário da tradição oral de Minas Gerais. Segundo esta tradição, Chico era o rei de uma tribo no reino do Congo, trazido como escravo para o Brasil. Conseguiu comprar sua alforria e de outros conterrâneos com seu trabalho e tornou-se “rei” em Ouro Preto.

As Irmandades Negras

Nação colonialista cuja política era exaurir as riquezas de suas colônias para manter o alto padrão de luxo da corte europeia, Portugal teve nesse século a palma do martírio ou o martírio de Palmares, assombramento que transcendeu o século XVII e pulou para o XVIII, com toda uma carga de ódio do oprimido pelo opressor e que, plantando suas raízes no Brasil, veio encontrar em Minas Gerais terreno fértil para o exercício da revolta armada em Campo Grande.

O abolicionista Luiz Gama afirmou: “O escravo que matar seu senhor, não importando o motivo, ele o faz em legítima defesa”.

Se isto só não bastasse, a dor de cabeça do Império Português era constantemente agravada com os movimentos de insatisfação obrigando a Coroa a endurecer o regime e com isso provocar mais descontentamentos, o que provocava mais endurecimento. No início da segunda metade do século XVIII, a natureza deu sua colaboração para o caos insustentável do Império que foi o terremoto de Lisboa (1755), justo no momento em que a efervescência “iluminista” tomava conta da Europa com ideias novas de governo, propagadas por pensadores com Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros, que avisavam a todos os reinantes opressores que colocassem suas “barbas de

molho”. No terceiro quartel desse século, o Marquês de Pombal (1699-1782), Secretário de Estado no reinado de D. José I (1750-1777), acabou com a escravidão negra em Portugal (1761), mas a manteve nas colônias portuguesas.

Considerado um dos “déspotas esclarecidos” daquele século, ele ainda tentou com suas “Ordenações pombalinas” colocar alguma ordem na casa.

No fim dos anos oitenta desse século, o povo em Paris, na Revolução Francesa, pôs seu rei na carruagem e o defenestrou – e por pouco não o mandou para a guilhotina.

A revolta popular e a tomada da Bastilha criaram condições para o surgimento de um salvador da Pátria, que para Portugal antes nunca tivesse aparecido, pois foi esse salvador da França que colocou a bota na garganta do Império Português e decretou seu fim: Napoleão Bonaparte. Ruim para Portugal, bom para o Brasil, pois obrigou o traslado da família real para o Brasil, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, com as regalias de sede do reino e as melhorias que se seguiram, o que criou boas condições para o processo de independência.

O Império Português estava claudicante, mas ainda era um Império. Detinha o poder organizado contra uma massa escrava, superior em número aos escravizadores, mas desorganizada. O momento não era para revoluções, mas para congraçamento, união e organização. Ninguém grita por liberdade sem conhecê-la, é preciso definir este princípio, unir forças e exigí-la com consciência política de saber o que se vai fazer com ela, após conseguí-la.

Entretanto, antes de pleiteá-la era preciso criar condições de aglutinação dos interessados, planejar a atuação dos grupos organizados a expansão e manutenção desses grupos em função de um objetivo maior a ser buscado e alcançado. A comunidade negra como um todo já possuía alguma experiência trazida para o Brasil por filhos da África exportados como escravos para diferentes frentes de trabalho. Este elo de união e também de luta e esperança eram as Irmandades Negras.

As Irmandades Negras não eram uma novidade. Portugal já as possuía desde o último quartel do século XVI, herança da África. Mas, o que seria uma Irmandade?

Cláudia Mortari Malavota, em seu artigo intitulado “A Irmandade do Rosário, e seus Irmãos Africanos, Crioulos e Pretos”, assim define o que é uma Irmandade:

As Irmandades eram organizações que surgiram na Europa durante a Idade Média, em torno da devoção a um santo, agregando, em sua grande maioria, membros leigos.

Seu objetivo era realizar atividades assistenciais aos pobres e doentes, sendo geralmente apoiados pela Igreja e pelos monarcas. No Brasil, a constituição de Irmandades e Ordens Terceiras ocorreu com base na organização das Santas Casas de Misericórdia de Portugal, cujos deveres iam desde dar de comer a quem tem fome, de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar doentes e presos, dar abrigo aos viajantes, resgatar os cativos, até enterrar os mortos. Mesmo com esses deveres como princípios norteadores para organização, as Irmandades no Brasil acabaram tendo suas características próprias, constituindo-se como associações corporativas que, através da devoção a um santo em particular, possibilitavam o estabelecimento de laços de solidariedade entre seus membros, os chamados irmãos, ao mesmo tempo em que lhes serviam como canal de ascensão social e representatividade. Dessa forma, era comum encontrar as Irmandades dos poderosos, cujos membros faziam parteda “elite branca”; as dos “homens de cor”, estas se dividindo tradicionalmente em crioulos, mulatos e africanos, ou ainda, as que agregavam indivíduos da mesma profissão.

(Malavota, 2000, p. 3)

Acrescentando mais notícias sobre as origens das irmandades como associação de ajuda mútua, encontramos em “Um olhar sobre as Irmandades do Rosário dos homens pretos nas terras sergipanas, período 1750 – 1835”, dissertação de mestrado de Joceneide Cunha dos Santos, a seguinte definição:

As irmandades eram associações de leigos que possuíam uma devoção comum e cuja finalidade era a ajuda mútua, socialização e diversão. Para João José Reis, as irmandades funcionaram como um espaço para a construção da identidade e de alteridade. Para Mintz e Price, as instituições criadas por africanos no Novo Mundo ou que eles participavam com interação com seus senhores, foram criadas nos primeiros anos após a chegada dos mesmos à América. As irmandades são exemplos das instituições criadas pelos africanos dentro das possibilidades do Novo Mundo, e que permitiu os africanos se relacionarem com pessoas livres, pobres ou não, em uma esfera que não era o da intimidade nem o do trabalho. Utilizo aqui a ideia de instituição de Mintz e Price: “qualquer interação social regular ou ordeira que adquira um caráter normativo e, por conseguinte, possa ser empregada

para atender a necessidades reiteradas”. (Santos, 2011, p 12)

Irmandades em Portugal

Encontramos um relato sobre as irmandades em Portugal em um trabalho publicado pela historiadora Luciene Reginaldo:

A primeira irmandade de negros de Lisboa nasceu na Igreja do Convento de São Domingos. Neste convento havia uma irmandade de N. S. do Rosário instituída por pessoas brancas, provavelmente no final do século XV, mas a partir do século XVI, paulatinamente, os negros foram ocupando espaço na instituição. Em 1551, a Confraria do Rosário do Convento de São Domingos estava “repartida em duas, uma de pessoas honradas, e outra dos pretos forros e escravos de Lisboa”. Uma série de conflitos entre “os irmãos pretos” e as “pessoas honradas” levou à cisão definitiva do grupo. Em 1565, os irmãos negros tiveram seu primeiro compromisso aprovado pela autoridade régia [...] Em Portugal, a primeira irmandade dedicada a São Benedito foi instituída no ano de 1609 no Mosteiro de Santana, em Lisboa. Não consta que esta tenha sido uma irmandade preferencialmente de negros, como a que se formou no convento de São Francisco, na mesma cidade de Lisboa. (Reginaldo, 2009, p. 296)

Em Portugal assim como no Brasil, adverte a autora, as irmandades não deixaram documentação vasta que ateste sua origem e duração. Poucas são as que, mesmo desativadas, possuem documentos institucionais. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Itapecerica (MG), os possui.

Irmandades no Brasil

As irmandades no Brasil, por deficiência de documentação, pouco conhecidas em detalhes, não diferem muito em seus objetivos, bastando para isto uma comparação de seus “Termos de Compromisso” que pouco se diferenciam uns dos outros, e quando se nota diferenças são em detalhes de menor importância.

O “Termo de Compromisso” define o que é a Irmandade, a que veio esta Irmandade, quem pode participar dessa Irmandade, como pode participar, como é gerida, quais são seus cargos de gestão, suas responsabilidades religio-

sas, sociais e econômicas.

A sede da Irmandade que normalmente era uma capela construída pela própria Irmandade, funcionava com as licenças necessárias e exigidas tanto pelo poder laico quanto pelo religioso.

As Irmandades Negras em Minas Gerais

O nosso trabalho sobre as irmandades está se aproximando de seu objetivo principal, razão do nosso projeto e empenho. Foi de nossa escolha estender a busca até às raízes africanas, onde tudo realmente começou, seguindo os passos até o Velho Mundo, a travessia do Atlântico, em direção a Portugal, um dos principais países importadores de escravos da costa da Guiné, Congo, Angola, Moçambique e demais etnias do continente africano. Portugal entrou no comércio escravo como país consumidor de mão de obra escrava já no final século XV, vindo a abolir o uso do trabalho escravo na metrópole só no século XVIII, mantendo-o, entretanto, na sua força de trabalho do sistema colonial. O Brasil colônia foi o maior consumidor de mão de obra escrava do Império Português.

O escravizado africano continha em sua bagagem usos, costumes e religiões nativas. Os cultos cristãos foram impostos pelo opressor, mas foram ao longo do tempo objeto de sincretismo pelos oprimidos.

As irmandades, como já vimos, vieram com os africanos, que, chegando às longínquas terras do sacrifício, tratavam de se organizar em grupos étnicos homogêneos, quando isto era possível. Quando não, em grupos que congregavam diferentes etnias, unidos pelo menos temporariamente por uma necessidade de proteção e um ideal de liberdade. Isto aconteceu em todas as regiões brasileiras onde o trabalho escravo negro foi utilizado como mão de obra fundamental à produção exigida pela Metrópole portuguesa.

Em Minas não foi diferente. Temos notícia de irmandades organizadas já em inícios do século XVIII, caso documentado da Irmandade do Rosário dos Pretos de São João del-Rei, como veremos na decorrência desse trabalho.

Primeiro de junho de 1708. Nesta data foi fundada, em São João del-Rei, a mais antiga irmandade dos negros de Minas Gerais, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ela é, também, a mais antiga irmandade religiosa desta cidade. Exatamente em 1708, começava na região a sangrenta Guerra dos Emboabas. O Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, com apenas quatro ou cinco anos de existência, sequer havia sido ele-

vado à categoria de vila. Foi a primeira irmandade negra conhecida nas terras de Minas.

Ainda hoje, no calendário religioso de SJR, a Irmandade do Rosário é responsável pelo Natal, com novena, intenções, Te Deum e Menino Jesus. Também é em sua igreja que começam as comemorações da mais tradicional Semana Santa são-joanense, no Domingo de Ramos, com cânticos barrocos e saída de procissão para o Ofício de Ramos e Canto da Paixão, na Matriz do Pilar. (Castro, 2004, p. 133)

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da vila São Bento do Tamanduá, capitania de Minas Gerais (Itapecerica)

A Irmandade da Vila de Tamanduá já surgiu um pouco tardia em comparação com a instituição das primeiras irmandades em território mineiro. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São João Del Rei é de 1708, antecedendo a de Tamanduá em noventa anos. A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José do Rio das Mortes data de 1796, bem próxima da instituição da Irmandade de Tamanduá, e como Tamanduá foi um arraial subordinado à Vila de São José até 1789, é possível, e apenas possível, que as duas irmandades tivessem alguma ligação, pois um estudo comparativo entre o “Termo de Compromisso” de ambas nos revela uma semelhança muito grande, tanto no conteúdo como na forma de expressão. Ressaltando que isso não aconteceu apenas com esta Irmandade, como também com outras, objeto de um estudo comparativo, tendo como fonte de pesquisa a publicação *Compromissos de Irmandades Mineiras do Século XVIII*, organizada por Amilcar Viana Martins Filho (2007).

Integrar os quadros sociais das irmandades se constituía numa condição essencial para os habitantes da região. Nas Minas Gerais do sec. XVIII, filiar-se a uma ou mais irmandades não era tão somente questão de assegurar sepultamento digno (ou até mesmo pomposo) e celebração de missas pela salvação da alma do irmão. A filiação se tornava imprescindível, também como fator de integração social e de obtenção de benefícios diretos e indiretos. (Boschi, 2007, p. 277)

O capítulo IX da Irmandade de Tamanduá prescreve a existência de um irmão “Andador”, cuja função era manter-se em contato permanente com os outros irmãos, em uma atividade que pode ser considerada como uma

“assistência social”, pessoa que também era “os olhos e os ouvidos” da mesa diretora da Irmandade, reportando a esta as condições socioeconômicas dos irmãos, e porque não levar também informações sobre acontecimentos diversos. Era a informação passada “boca a boca”, sobre tudo que poderia interessar os irmãos, inclusive situações insurgentes dentro ou fora da área de influência da Irmandade.

Capítulo IX - Deve haver nesta Irmandade um Andador, o qual será eleito pela Mesa, para fazer tudo quanto ela lhe ordenar em serviço da Mãe de Deus. Ele procurará saber quando adoecer algum irmão para dar parte à Mesa esta examinará se o irmão doente é pobre desvalido para o socorro com alguma esmola, a fim de não padecer necessidade, e elegendo ele entre os irmãos duas desconhecidas caridades para o tratar o tempo que for justo e, falecendo, se não ti ver com que se amortilhar, a nossa Mesa lhe mandará dar: o que se fará com aqueles irmãos que empregarão seu zelo no serviço e culto de Nossa Santíssima Mãe e benefício da Irmandade, e assim não pagará nada ao Andador no ano que servir, mas antes a Mesa lhe dará quatro mil e quatrocentos réis, para seu trabalho, ou aquilo que se ajustar.

O capítulo V do estatuto da Irmandade prevê um escrivão e um livro de escritas para se relatar não apenas as contas de tesouraria, como também todos os acontecimentos importantes da Irmandade.

Infelizmente, não chegou até nós nenhum livro tampouco nenhuma informação escrita em que pudéssemos nos basear para historiar a Irmandade.

A função das irmandades era também a assistência social irrestrita não só aos irmãos, mas também às famílias em caso de perda do chefe da casa, filhos menores de quatorze anos, legítimos ou não eram assistidos pelos irmãos como especifica o artigo XVII do estatuto, extensivo até a filhos de conhecidos dos irmãos, ainda que não fossem agregados à Irmandade:

A Irmandade percebeu utilidade, ainda que despesas venha advir à mesma por cair em pobreza, por quanto aqueles que podendo deixarão de contribuir com as suas esportulas e não deixarão com que pagar o que estiverem devendo, a estes lhe darão somente sepultura; e [...] terão os filhos reconhecidos dos irmãos, tanto legítimos como naturais, até a idade de quatorze anos; conhecidos

dos irmãos, sendo legítimos até na idade referida, bem como declaro que o pároco somente acompanhará [...].

As irmandades não eram autônomas e nem poderiam ser, dada à própria circunstância de submissão dos membros constituintes da irmandade, sua relação com a Igreja, poder influente na monarquia portuguesa, da sua relação com a sociedade civil da qual era mão de obra servil e também com o Estado em si mesmo, considerados que eram os negros a ser objeto de transação comercial ao invés de seres humanos pois estes faziam parte do espólio de seus senhores, como se fossem animais de lida diária.

Para Anderson Oliveira (apud Boschi, 2006, p. 78):

Não era nem poderia ser irrestrita a autonomia das confrarias. Mas no interior delas e por meio delas, os escravos desenvolviam redes de solidariedade, cultivavam e reinterpretavam valores, recriavam estruturas identitárias, promoviam trocas culturais simbólicas, como também explicitam seus conflitos usufruindo de uma liberdade consentida. Ao congregarem-se em torno de santos patronos, africanos e seus descendentes, estruturam laços de solidariedade que permitiam a conquista de graus de relativa autonomia em às agruras do sistema escravista.

O capítulo XI do compromisso da Irmandade de Tamanduá também dá grande importância aos festejos religiosos, como é possível verificar:

Capítulo XI - A Mesa desta corporação fará celebrar a festa de Nossa Senhora na primeira oitava do Natal, fazendo cada ano nesse dia missa cantada e sermão; e de tarde procissão pelas ruas tudo com o Santíssimo Sacramento exposto, à pública adoração para maior consolação dos fiéis, havendo possibilidade farão com a presença do mesmo Senhor Sacramentado, novenas e matinas para que pedirão licença ao Ordinário. Na segunda oitava farão a festa de São Benedito, conforme o zelo de seu juiz e juíza; nos domingos depois da missa que disser o reverendo capelão sairá com o terço de nossa Santíssima Mãe pelas ruas, e nos primeiros domingos de cada mês sairá a mesma Senhora em seu andor, e quando puderem farão oitavenário da comemoração dos fiéis defuntos, um ofício pelas almas de nossos irmãos. A estas funções assistirão todos os irmãos paramentados com as suas opas

brancas, para fazerem o ato maior religioso, e carregarão as insígnias nos terços e procissões, conforme suas pessoas e cargos, bem como assistirão ao mesmo Senhor exposto.

É grande a preocupação com o comparecimento de todos os irmãos, paramentados, com suas insígnias, uma forma de serem vistos e notados como organização. Mesmo que vivam em um sistema de escravidão, é preciso manter a identidade e a valorização como pessoa e como grupo de representatividade social, política e econômica da comunidade escrava.

Capítulo importante na sobrevivência e afirmação da Irmandade é a capela, local de reunião e conagração dos irmãos.

As capelas eram construídas a expensas da Irmandade, por conseguinte, às custas dos membros da Irmandade, que para isto, mas não só para isto, contribuía com uma taxa anual, sendo dos irmãos simples um valor, dos irmãos que ocupavam cargos na Mesa, outro valor, maior.

As capelas funcionavam como centros de reuniões dos irmãos. Ali eram decididas as atividades, velados os irmãos falecidos, batizados os filhos dos irmãos nascidos escravos ou até mesmo livres, depois da “Lei do Ventre Livre” (1871).

As capelas eram o ponto de convergência de ideias de libertação, pois eram o único lugar onde os irmãos se reuniam, em média uma vez por mês. Era natural e necessário que houvesse ali pregação abolicionista, embora nada ficasse documentado. É difícil de admitir a não existência de propagação das ideias de abolicionismo em reuniões privadas de escravos. É possível concluir que se encontrava nas capelas o maior centro propagador destas ideias, que vinham de fora, mas também concebidas no âmbito da Irmandade, saindo eivadas de informações do cativo, que iriam alimentar o esforço abolicionista fora das capelas e das senzalas.

Em Tamanduá, o reconhecimento da capela da Irmandade antecedeu em quatro anos a fundação da Irmandade, e em dois anos a autorização para fundar a Irmandade. Três dos documentos mais importantes da Irmandade, o reconhecimento da capela da Irmandade, a autorização para fundar a Irmandade e sua ata de fundação, que transcrevemos abaixo, fazem parte do acervo documental da Irmandade de Tamanduá, hoje sob a guarda da Cúria Diocesana de Divinópolis.

De modo a facilitar a compreensão, os isolamos dos demais documentos para melhor análise, sabendo que no final desse trabalho, temos a transcrição de todos os documentos originais e a transcrição paleográfica dos mesmos.

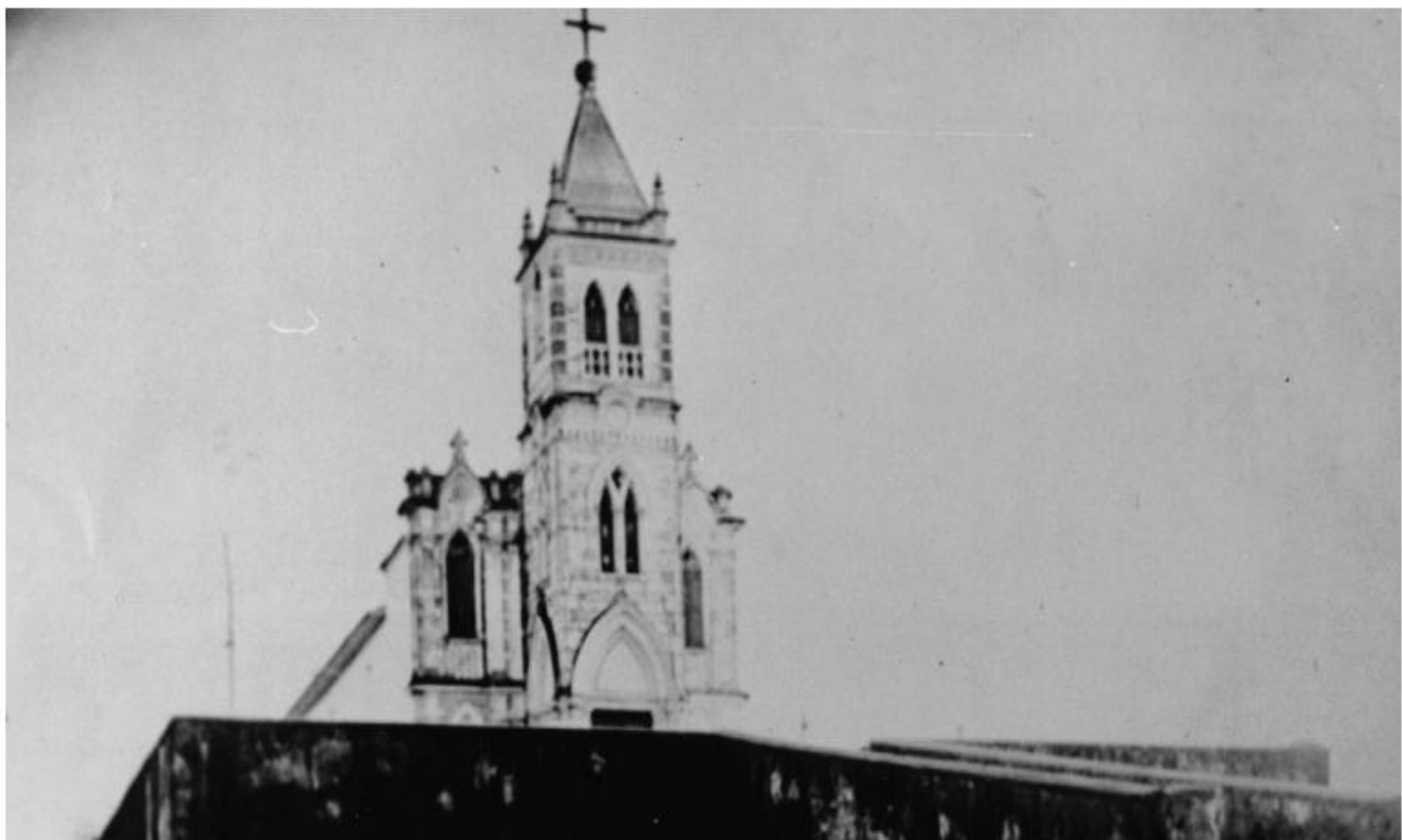
Reconhecimento da Capela Nossa Senhora do Rosário, 18-3-1814. Certidão de Provisão, 20.02.1815; certidão extraída em 5-7-1824.

José de Souza França Secretario vitalício do Officio de Provisão da chancelaria das três ordens militares, por ordem de SMI que Deus guarde Certifico que a folha 11 do livro 11º que sérvio de registro das provisões que fazem transito. Por esta chancelaria das ordens, pela repartição da Ordem de Cristo se acha registrada a provisão da ereção da capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Tamanduá, cujo teor e o seguinte; Dom João..., faço saber que atendendo a utilidade que se acha ereta a capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Bento capitania de Minas Gerais, hei por bem confirmar a ereção da referida capela revalidando com esta minha real aprovação a utilidade com que se acha ereta e isto se cumprira sendo proferida pela chancelaria da Ordem. O Príncipe Regente nosso Senhor manda pelos ministros abaixo assinados de seu Conselho, e deputados do Tribunal da Mesa da consciência e Ordens. As.= Faustino Maria de Lima, F... Gutierrez a fez no Rio de Janeiro aos vinte dias de fevereiro de hum mil oito centos e quinze. = Desta mil e seis centos reis, de assinaturas três mil e duzentos reis.= Joaquim Jose de Magalhães Cistinho a Subscreveu. As= Francisco Jose Antonio de Souza da Silveira= Monsenhor Miranda=Por despacho do Tribunal da Mesa da consciência e Ordens de dezoito de março de mil oito centos e quatorze=Monsenhor Miranda= Pagam quinhentos e quarenta mil reis e aos officiais mil e oito centos reis= Rio cinco de Abril de mil oito centos e quinze =as. Antonio do Canto Quevedo Castro Mascarenhas=... Nada se continha mais em o registro da mesma provisão de onde extraí a presente que vai por mim assinada. Rio de Janeiro, cinco de julho de mil oito centos e vinte e quatro= José de Souza França.

Autorização para fundar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila de Tamanduá, 15.11.1816

Frei Antonio de Pádua Amaral Ozório, Pres. Com. Pré. Theologia, Pregador Régio, e Prior Provincial da Ordem de S. Domingos, neste Reino de Portugal e dos Domínios. Contando-nos que Fieis Moradores da Villa de S. Bento de

Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, capitania de Minas Gerais, bispado da cidade de Mariana, dezeção gozar dos bens Spirituais e das muitas graças e indulgências que os Summos Pontifices teem concedido a Confraria do Rosário da Virgem Maria, mais para efeito disso nos rogão, vamos dar licença para levantar uma Confraria d..., atendendo a sua supplica e para afeto e grande devoção, usando do t... e do nosso officio comitemos aprovar v...e dar ao Pe. José Luiz da Costa, que nomeamos Comisario, a fim de ser a Confraria do Santo Rosário em Capella decente e ornada em que... a Imagem de NS do Rosário, lhe damos poder para benzer a Imagem e outros objetos, de receber por Confrades a todos as pessoas que queiram t... desta Confraria, escrevendo seus nomes em hum livro para isso de..., e por falecimento ou outro qualquer embaraço d... Pe. José, Comissário, damos o insigne cargo e authorizo aquelle padre houver por bem acolher... Dada esta Patente em S. Domingos... aos 15 de novembro de 1816, como sinal de zello do nosso Officio. As:= Pe. Antonio de Pádua Amaral Ozório. .= Prior Provincial...
Ata de fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – Vila de São Bento do Tamanduá – Província Das Minas Gerais, 07.06.1818



Igreja de N.S. do Rosário dos Homens Pretos (foto, primeiro quartel sec. 20), construída pela Irmandade de N.S. do Rosário dos Homens Pretos com autorização e reconhecimento de D. João VI, em 18-3-1814, com provisão de funcionamento da Mesa das Consciências e das Ordens em 20-2-1815.

DIGNARE ME LAUDARE TE VIRGO SACRATA
NÓS O JUIZ E MAIS OFFICIAIS E IRMÃONS da
Meza da IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS ABAIXO ASSI-
NAGDOS, cita na sua Capella da Vila de Sam Bento de
Tamanduá da Comarca da villa de Sam João de El Rey , que
servimos o presente anno de 1818, por eleição na forma
do Estillo, dezejando o augmento temporal e Espiritual da
mesma e que tenha Estatutos pelos quais se governem, e
lhes servirão de guia para que saibão Mezários e mais Ir-
mãos, a sua obrigação e a que se sujeitão logo que assign-
nam termo de Irmaons e não se suceda nem dúvidas, nem
controvérsias sobre o bom regimem que devem observar
os filhos de tão santa Mãe, determinamos Compromisso
na forma em que se discorre pelos Capitulos seguintes.
Termo de Assignamento Officiais da Irmandade da Se-
nhora do Rosário acima numeiados em Meza redonda na
mesma Capela aos sete dias do mez de junho de 1818, em
que se assignam: Luiz, a rogo de Bonifácio Antônio de
Araujo – Antônio Pinto, escrivam de Meza a rogo de
...Ventura, escravo de Rita Marcelina- Francisco, escravo de
Thomé Francisco- Ventura Escravo de Gabriel José - An-
tônio Ribeiro, fôrro - Joaquim, escravo de Rita Marcelina,
Manoel, escravo da mesma – Joaquim, escravo de Marianna
Joaquina - João, Escravo de Francisco de Faria- Domingos
Rodrigues - Antônio Gomes, João, escravo de Francisco
de Souza- Duarte Francisco ... Procurador = José ... da
Silva- Thesoureiro= Antônio... . O Revmo. Padre Comis-
sário Luiz da Milva Mesencio. Escrivão. Termo em que se
assignam os Officiais da Meza que por não saberem Ler
assignão a seus rogos o Ajudante Antônio Pinto a rogo de
Luiz Duarte, Francisco Alves a rogo dos Irmãos du... Eu
Antônio Luiz de Oliveiara, como escrivão da mesma Irman-
dade, fiz Este termo para constar, Villa de Sam Bento de Ta-
manduá, 7 de junho de 1818, As. Antônio Luiz de Oliveira.

A Irmandade de Tamanduá é possível que tenha permanecido em ati-
vidade até a abolição da escravatura, quando pode ter perdido parte de sua
motivação como movimento de incentivo à união e discussão dos desejos
de libertação. Infelizmente, ainda não foi encontrado nenhum relato de suas
atividades ou paralização. O pouco da história oral já se perdeu por falta de
compilação. Nada é possível afirmar. Entretanto, podemos supor através de

um dos seus supostos legados que é o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia em Itapeçerica e distritos e povoados agregados. O trabalho prossegue nessa abordagem, o Reinado.



Encerramento Terno Saudade. Foto Memória – Wantuil Rodrigues Nascimento (Mineirinho), radialista, apresentador de programas sertanejos, virtuose do acordeom e a rainha Marlene Souza.

PARTE III

Tambores de Tamanduá, A Antiga

O Reinado do Rosário

Algumas irmandades definem também como membros da mesa um “rei e uma rainha”, que, em determinado dia do ano, serão conduzidos em cortejo pelas ruas locais, a exemplo do que ocorria com Chico Rei. Entretanto, na Irmandade de Tamanduá esse fato não é evidente. Nos documentos conhecidos não existe menção a um “Reinado” tal como o conhecemos e festejamos. É apenas provável, já que não dispomos de qualquer prova documental, que o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês possua ligações muito próximas com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Tamanduá.

Em nenhuma das irmandades estudadas foi encontrada qualquer referência ao Reinado do Rosário ou qualquer manifestação similar. Nos “Compromissos” (estatutos) de algumas irmandades, entre elas a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos da Vila de São José, comarca do Rio das Mortes, instituída no ano de 1796, conforme está no preâmbulo de seu “Compromisso”, e ao que tudo indica, serviu de modelo para o “Compromisso” da Irmandade de Tamanduá, pela similitude da distribuição capitular e dos termos utilizados na redação dos capítulos, são quase idênticos, o que não é estranho, já que pertenciam à mesma comarca. Além disso, no período de 1744 a 1789, Tamanduá foi subordinada administrativamente

à Vila de São José do Rio das Mortes. Portanto, a correspondência verbal e escrita entre as Câmaras deve ter sido bastante ativa.

Encontramos no “Compromisso” da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia de São José da Barra Longa, distrito de Mariana, com Provisão de Fundação de 12 de maio de 1760, no capítulo 13, uma informação que indica a relação entre festejos de Reinado e Irmandade, que diz assim:

Haverá nesta irmandade um rei e uma rainha, como já se pratica, e é costume em todas as partes, os quais no dia da celebração da festa de Nossa Senhora do Rosário, estarão na igreja, coroados, dando-se-lhes assento ao pé do Alto do Cruzeiro, onde não encontre as devidas observâncias das declarações da sagrada congregação e instituição para maior zelo e favor da santa irmandade, e cada um deles dará as esmolas para a dita Irmandade, dezesseis oitavas de ouro, que serão entregues como as mais, ao tesoureiro um mês antes da dita festa.

Observando melhor este artigo é possível concluir uma informação que talvez explique a ausência da menção das festividades do Reinado nas Irmandades. Havia alguma restrição por parte das autoridades religiosas quanto ao reinado, quando o redator esclarece: “[...] dando-se-lhes assento ao pé do Alto do Cruzeiro, onde não encontre as devidas observâncias das declarações da sagrada congregação e instituição para maior zelo e favor da santa irmandade [...]”.

Acreditamos, porém não afirmamos categoricamente, que estas restrições impediram que um festejo como o “Reinado do Rosário” fosse mencionado como evento oficial das irmandades, porquanto embora existisse, não era oficialmente reconhecido pelas próprias irmandades, talvez por suas características de folguedo, danças, cantorias e fandangos, sonoros tambores e outros instrumentos.

“Das igrejas de Tamanduá, a do Rosário é a que tem o ar pitoresco das capelinhas de serra, tão sugestivas no seu afastamento do tumultuar da vida das cidades, tão poéticas no seu quase como que abandono, somente de tempos a tempos abrindo suas portas à onda dos fiéis e fazendo fulgir à luz das lâmpadas e dos círios. O progresso despoetizou o Rosário nos dias ordinários, o adro da capela, naquela eminência de que se descortinava toda a cidade em baixo, era um excelente ponto de passeio.

Ficava a gente ali a contemplar o formoso panorama, lá ao longe as vi-

draças das casas, cintilandoaos últimos raios do sol que se escondia no rumo do pastinho, lá por detrás da serra, a água que os aguadores de canteiros lançavam nas hortas das várzeas, ali mesmo em baixo. E quando a noite de todo baixava e os lavradores, vindos da Bôa Viagem ou da Barra¹, passavam, enxada ao ombro, pelo caminho, que havia junto à capela, que belo não era, olhando a cidade, ver, aqui, ali, nas casas, aparecer as luzes, com estrelas desabrochando no escuro do céu.

O Rosário, a meu tempo de menino, vibrava somente ao fim do ano, pelas festas de Natal e Ano Bom, sendo esta quadra aquela que se celebrava o tradicional Reinado, naquela época uma das mais importantes festas da localidade².

O progresso, como disse, despoetizou, porém, o Rosário. A cidade expandindo-se em edificações, veio parar até em torno da capela em numerosas casas, acabando com o largo, tirando mesmo a vista belíssima da povoação, cortada de fora à fora pela fita de prata das águas do Rio Vermelho, coruscando ao sol.

Segundo o Natal informou³, a capela do Rosário sofreu agora grande modificação, apresentando o templo um aspecto simples, moderno e elegante, ficando, porém, um dos monumentos da cidade, ao tempo da minha infância, privado daquela feição antiga, que era, entretanto, aquela com se embeberam nossos olhos, quando ausentes do nosso torrão enternecido. MG, 1921.

II

A representante de Dona Isabel D'Orleans Bragança, a Princesa Isabel sai da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, ostentando toda a nobreza e circunstância que a situação exigia.

O cortejo, precedido pelas companhias de dançadores compunha-se de uma caleche estilizada, tracionada por um único animal, e sentada em um trono bem arranjado, ladeada por dois guardas estilizados de Dragões da Independência, seguia lentamente pelas ruas centrais da cidade até atingir a praça da Coroa Grande, onde seria representada de forma artística a cerimônia da libertação dos escravos.

Um grandioso espetáculo teatral onde todos os participantes desempenhavam papéis fundamentais, inclusive os espectadores.

O trajeto por onde desfilou o cortejo imperial pareceu ter retroagido no

1 Antiga denominação do Distrito de Lamounier, em Itapecerica.

2 A festa do Reinado acontecia em seis de janeiro.

3 Natal era uma revista publicada em Passos, por Hilarino de Moraes, e, embora o presente artigo não contenha assinatura, tudo indica ser de Bento Ernesto Junior.

tempo e num repente colocamo-nos, atores e espectadores, em uma situação típica daquelas vivenciadas pela população do Rio de Janeiro, então capital do Império, quando por um motivo relevante algum membro da família imperial, deslocava-se oficialmente por algum trajeto público, a serviço ou não do governo imperial.

Admiração pelo volume da apresentação produzia perplexidade, dado fato de algumas pessoas não entenderem a importância do acontecimento e levemente tratarem aquela situação apenas como sendo “uma coisa de reinado”, inclusive até mesmo alguns participantes, perdidos no tempo e no espaço, sem saber onde se colocavam, de onde vinham ou para onde iam.

Um cortejo com aquela dimensão merece um mestre de cerimônias, vestido a caráter, orientando os participantes onde se postarem e como se comportarem mediante uma situação que pretendia espelhar com alguma fidelidade uma época e um acontecimento, razão e toda a cerimônia apresentada.

A cerimônia da libertação dos escravos ou abolição da escravatura é inserida no Reinado como uma evolução histórica daquele passeio que Chico Rei, rico proprietário da mina da Encardideira, fazia pelas ruas de Vila Rica, saindo de sua casa, o conhecido Palácio Velho, até à igreja que ele mandou construir em honra a nossa Senhora das Mercês, Santa Ifigênia e São Benedito, para que os negros libertos ou não pudessem cultuar suas tradições em pelo menos um dia no ano, e no caso deles dia seis de janeiro dia de Reis. O cortejo era conduzido em meio a cantos e danças típicas de suas pátrias africanas, dos membros da realeza negra e dos Gangas, que ainda mantinham bem vivo no subconsciente do escravo, através desta cerimônia meio cívica meio religiosa, a lembrança de que ele havia nascido livre e tinha todo o direito de morrer livre.

Foi uma luta de séculos iniciada em Palmares e terminada no Palácio Imperial de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Uma luta digna de ser comemorada por um povo que embora tenha ficado livre do servilismo, ainda não se libertou do preconceito que acompanha a raça desde que o primeiro navio negreiro aportou em Guiné.

O cortejo da representante da princesa imperial, desfilando pelas ruas da cidade anunciando a abolição, não é uma simples figura de retórica do folclore bantu, congolês, moçambicano, mina, benguela ou de outras nações africanas que tiveram cidadãos escravizados, é uma forma de alertar para que jamais aconteça a escravização física ou intelectual de um povo pelo outro.

A função do reinado muito mais que recreativa, ela é educativa. Nós estamos percebendo pela evolução que os dirigentes detalhes e informações levam às ruas capítulos importantes da história que, até bem pouco tempo, era

privilégio de estudantes, historiadores e pesquisadores.

O Reinado não é apenas um grupo de dançadores ou “brincadores”, reverentes ou irreverentes, presos ou não às tradições de danças e cantorias. O Reinado é uma ponte entre o passado e o presente, que nos possibilita ter no futuro uma lembrança clara das muitas lutas que o ser humano desenvolveu até chegar ao estágio de cidadão respeitado, não tanto pelos seus direitos, mas pela consciência clara do cumprimento de seus deveres.

É preciso que a administração do Reinado seja sempre tão ágil e inteligente quanto estamos vendo agora e que não perca espaços para organizações aventureiras, mas, também que não se aventure muito nas inovações, evitando que o verdadeiro e fundamental conteúdo da festa seja relegado a um segundo plano.

O Reinado como um todo está de parabéns. Administradores, capitães, dançadores e povo. Finalmente estamos compreendendo o valor da organização. É preciso organizar cada vez mais para que possamos melhorar cada vez mais. Algumas pequenas coisas acontecem aqui e ali, mas que não chegam a prejudicar o conteúdo da festa. São assim também como tantas outras pequenas coisas que ajustadas plenamente no grupo, tornam o Reinado um grande acontecimento.

Sabemos que nos primeiros tempos e estendendo-se pelo século XX, o Reinado era realizado no dia 6 de janeiro, com recepções e apresentações dos ternos dentro da igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, como também foi utilizada a capela de Nossa Senhora das Mercês dos Homens Pardos.

O equilíbrio entre a organização do Reinado e a instituição católica era e ainda é frágil. O Reinado nunca foi um exemplo de organização pragmática. A Igreja Católica é a essência do pragmatismo. As diferenças não apenas de metodologia organizacional, são até maiores quando abordadas no campo da tolerância. Durante muitos anos o Reinado ficou inativo em Itapecerica, porque foi estabelecida uma proibição quanto aos ternos se exibirem dentro da igreja. Hoje a Missa Conga é tolerada, e só. A incoerência vai mais fundo quando nos dias de Reinado, a imagem de Nossa Senhora do Rosário é venerada em praça pública.

Chico Rei nunca esteve nas terras de Tamanduá, nem poderia ter por aqui passado, já que, na época de suas notícias em Ouro Preto, o Vale de Tamanduá ainda não era sequer habitado por mineradores aventureiros, o que só ocorreu a partir de 1739, com a construção da Picada de Goiás, a formação do povoado Novo (já havia um velho e abandonado) e criação do Arraial de São Bento do Tamanduá, em 1744.

O Reinado, tal como o conhecemos, data a sua reestruturação da metade do século XX, quando um acordo não escrito com a Igreja católica foi firmado e os ternos puderam frequentar o adro da igreja do Rosário. Só em épocas bem mais recentes os ternos tiveram acesso ao interior da igreja, e é mais recente ainda a Missa Conga. É muito difícil estabelecer a história do Reinado, pois não existe documentação escrita. Só muito recentemente, com a criação da Associação do Reinado, passou-se a lavratura de atas documentais. Os relatos que conseguimos são entrevistas atuais anteriores com antigos reinadeiros que relatam o que pensam, o que lembram e o que gostam.

2018 é um ano em que se comemora o simbolismo de dois séculos do Reinado, aceitando-se como embrião de seu nascimento a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, firmada por documentos em sete de junho de 1818. Nos documentos que tratam da Irmandade, em nenhum surge o termo Reinado do Rosário. No Estatuto existem termos como novenas, rezas, ofícios religiosos e alguma menção a festas e festejos, sem, contudo, mencionar a palavra “Reinado”.

As reuniões dos irmãos negros eram realizadas dentro da igreja, que a priori foi construída pela Irmandade, justamente porque os membros desta Irmandade eram segregados em outras igrejas de culto católico.

Entretanto, graças ao valor cultural dado ao Reinado como “festa popular” criada pelos descendentes de escravos e ao apoio incondicional da população e do poder público, hoje valoriza-se de sobremaneira a comunidade negra descendente, força da raça negra que se impõe como organização social desde os princípios do século XVIII, com as irmandades.

É válida a comemoração pela pujança da raça, provando que a negritude é muito mais que uma cor, é um estado de espírito empreendedor, criativo e consciente de seu atributo e contribuição na formação de uma miscigenação étnica, verdadeira fonte da formação social de Tamanduá, “a Velha”.

O Reinado em Itapecerica não é feito somente da tradição de seus ternos, suas danças e suas cantorias. É feito, sobretudo, por pessoas que conservaram a tradição e a transmitiram de geração a geração, não permitindo que ela se perdesse no tempo, assim sobrevivendo como testemunho de uma história de sacrifícios e sofrimentos, de pessoas que nunca mediram esforços para fazer o que fizeram, sem pedir nada em troca. Acompanhem-nos nessa andança pela memória de alguns de nossos mais conhecidos capitães e algumas lembranças tantas.

Mas antes, um intervalo para a “Coroa Conga”.

A Coroa Conga de São Benedito - A Rainha das Coroas

A Coroa Conga é genuinamente a coroa das irmandades. Nos diversos Compromissos das Irmandades que pesquisamos neste trabalho, na maioria há um artigo específico sobre a coroação dos Reis Congos. Transcrevemos, a título de informação, a referência à eleição do rei e da rainha no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São José da Barra Longa (MG).

Haverá nesta Irmandade um rei e uma rainha, como já se pratica, e é costume em todas as partes, os quis no dia da celebração da festa de nossa Senhora estarão na igreja coroados dando-se-lhes assento ao pé do Arco do Cruzeiro, onde não encontre as devidas observâncias das declarações da sagrada congregação e constituição, para maior zelo, e fervor dessa santa irmandade e cada um deles dará de esmola à dita Irmandade, dezesseis oitavas de ouro, que serão entregues, como as mais, ao tesoureiro um mês antes da dita festa. (Capítulo 13)

Anteriormente, mencionamos este mesmo artigo, numa possibilidade de justificar a razão para o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Tamanduá não fazer menção à coroação de rei e rainha, já que os “folguedos” (assim titulados pela sociedade branca e pela Igreja), o “Reinado”, a “Congada”, os “Tamboreiros” ou outras denominações afins não possuíam apoio da Igreja; eram tolerados com certa desconfiança, e à distância.

Contudo, o ato de coroar soberanos era e ainda é bem arraigado à tradição do Congado – ou Congada. Frei Chico (Francisco Van der Poel), holandês, chegado ao Brasil em 1961, indo direto para o Vale do Jequitinhonha, norte de Minas Gerais, colhendo ali um material vasto na tradição “congadeira” em um trabalho sobre a identidade do congado, assim expressou:

A identidade do congado, antes de tudo, é brasileira. A partir da África, são 500 anos de história desde a viagem no Atlântico (calunga), a escravidão, as lutas armadas, os reinados e tudo, até hoje. É brasileira a identidade do congado. Os irmãos do rosário estão vivos e sua identidade é dinâmica, mesmo quando pretendem conservar suas tradições, sabedorias e organização. Vejamos: antigamente não existia a Federação dos Congados. No mundo de

hoje, as mudanças são grandes. No congado, mudamos algumas coisas para ver se assim fica melhor. Mas, qualquer adaptação necessária há de ser feita pelos próprios congadeiros a partir da tradição e das raízes, a partir da espiritualidade recebida na Irmandade. Falamos de uma identidade dinâmica e brasileira. O congado e a “Irmandade do Rosário dos Homens Pretos” são frutos de muita criatividade desde o princípio. Esta criatividade é de beleza e fé, mas principalmente de necessidade e sobrevivência.

Complementando seu pensamento, Frei Chico faz uma advertência:

A identidade faz parte do tripé: história, identidade e cultura. As raízes do congado estão na África, principalmente nos povos bantus. Toda identidade tem uma história. Até mesmo a identidade de uma pessoa tem tudo a ver com a história dela desde criança; tudo que ela aprendeu dos pais, da escola, da vida. Uma identidade cultural surge na história de comunidades ou povos. No congado, os antepassados, as almas dos escravos, o fundador da irmandade, reis, rainhas, capitães falecidos são lembrados e reverenciados. A cultura congadeira é fiel aos ancestrais.

A Coroa Conga é a própria identidade do Reinado. O Reinado como conhecemos começou com a coroação dos Reis Congos. É preciso entender bem o significado da expressão “Reis Congos” e não “Reis do Congo”. Em “Reis Congos” nós estamos reverenciando a memória ancestral de um povo, de uma nacionalidade, mas não de um Estado Nacional. Mais uma vez, para melhor entendimento, vamos recorrer ao Frei Chico:

Ninguém pode dizer por si: “Eu quero ser Rei Congo também!”. Um Rei Congo é escolhido na sua comunidade aos poucos. As lideranças, os capitães, vão observando quem servirá melhor para representar essa dignidade e essa memória da África. Nada vale sair dizendo: “Nós somos reis pela herança, herdeiros dos templários, misteriosa memória das cruzadas na Europa!” Isso aí é uma falta de respeito, um absurdo que não deveria existir.... Pois, a identidade brasileira do congado tem tudo a ver com a memória da África e da escravidão.

É preciso recuperar a tradição, elegendo com a participação de toda comunidade “reinadeira”, pessoas comprometidas com a identidade do Congado, para ocupar a vacância vitalícia de “Reis Congos”. Rei e rainha devem completar a dualidade soberana da Coroa Conga, pois, como principal e mais importante Coroa do Reinado, é necessário que ela seja ressaltada com as homenagens que lhe são devidas como autêntica representante do memorial das senzalas, fato que não pode ser esquecido, nem pode ser negado à sociedade seu real significado e comprometimento histórico.



Rainha Conga e também Rainha do Povo, Maria da Bromildes.

Dentro do contexto de homenagens referendadas à Coroa Conga existe

também a “Missa Conga”, rigorosamente dentro da liturgia católica com algumas intervenções do sincretismo afro-brasileiro, como é o caso da cantata de licença para entrar na igreja, executada tradicionalmente por um Capitão do Congo. Novamente Frei Chico narra sua experiência como celebrante da missa Conga.

A Missa Conga é uma manifestação recente. Sempre houve missas nas festas de N. S. do Rosário, mas não existiram manifestações “afro” com tambores dentro das igrejas. Pelo menos, disso não temos notícia, nem mesmo nos sécs. XVI, XVII e XVIII quando o padroado e a igreja do Brasil ainda não seguiam o direito canônico da igreja tridentina que proibia o uso de qualquer tambor na liturgia. Sabemos que as irmandades cantavam suas missas festivas em latim, e muito solenemente. A missa Conga é do tempo do Concílio Vaticano II (década de 1960) quando no Congo surgiu uma famosa “Missa Luba” ainda em latim, mas de caráter fortemente africano. No canto do Credo, tambores de sinais avisam a morte de Jesus. Esta missa foi cantada dentro da basílica de São Pedro, em Roma, pelos Trovadores do Rei Balduino, emocionou o mundo inteiro. Foi naquele tempo que a Missa Conga surgiu em Belo Horizonte. Não se trata de uma missa com enfeite de congado e sim de uma celebração da memória da paixão de Cristo unida à memória da escravidão do povo negro. Impressiona muito quando, no início da missa, o congado canta diante da porta fechada da igreja: “Branco ia para a missa, negro é que carregava/ Se dissesse alguma coisa, de chicote ele apanhava/ Branco reza na igreja, negro reza na senzala/”. E continua: “Senhor padre, abra a porta, que o negro quer entrar”.

E o negro ainda não está totalmente lá dentro, mas muito já se conseguiu. Uma lembrança: o introdutor da Missa Conga no Reinado de Itapecerica foi o Frei Natanael José de Oliveira, o “Frei Peregrino” nas andanças pelo mundo e nas sabenças do povo mais humilde, por quem ele tem grande apego e é muito bem acolhido. Bem-vindo Frei a essa nossa peregrinação pelo oculto da história, na esperança de poder devolvê-la ao povo, e ao lugar em que há muito ela deveria estar!

...

Encerramos este trabalho, que não tem a pretensão de ser o melhor ou definitivo sobre um assunto tão vasto e interessante. Esperamos que além de útil, ele possa servir também como incentivo para outras publicações que nos ajudem a desenterrar uma parte de nossa história local, que até então estava adormecida. Um grande agradecimento dos organizadores desse projeto.

MEMÓRIAS DO REINADO

Zé Gominho

José Gomes Filho, Capitão-mor geral do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês de Itapecerica-MG, sucessor do primeiro Capitão-mor da restauração, “João da Dadinha”

“Não chora não, pra que chora, hoje eu vou embora, amanhã posso voltar...”

Nascido de uma importante família de origem portuguesa, radicada em Itapecerica desde princípios do século dezenove, o patriarca da família arranchou em terras próximas ao Arraial Velho do Bom Jesus, dominava extensas glebas de território inexplorado que abrangia desde a Serra dos Gomes até os altos da Jacuba e os baixios do Ribeirão dos Gomes. Do leste da casa patriarcal ficava o Arraial Velho, onde Tamanduá viu a luz do dia, do outro lado, oeste, passando por uma capoeira onde jazia a Cruz da Teixeira, uma estrada carreira conduzia à Vila de Tamanduá.

Ilhados entre o passado e o futuro, os Gomes, lidadores de terras e criações, formavam novas gerações de empreendedores. Surgiu ali José Gomes filho, Antônio Gomes de Carvalho e Vicente Gomes de Carvalho que, com a morte do patriarca, por herança formaram suas próprias fazendas.

Zé Gominho, fazendeiro pacato e lidador por função de sobrevivência e nesta função muitobem-sucedido. Entretanto com os anos surgiram as referências que o acompanharam por toda a vida. A primeira surgiu segundo alguns, no aprendizado diário com o pai. Tornou-se um exímio conhecedor da farmacopeia popular, pois, dominava como ninguém o conhecimento da flora medicinal o que levava as pessoas a procurá-lo em busca de tratamento e cura na medicina alternativa.

Seu nome e fama cruzaram fronteiras, pessoas de todas as partes de Minas e mesmo fora do Estado vinham à sua procura, na esperança de um alívio. Possuía ele em sua casa uma gama imensa de plantas medicinais já tratadas em

infusão com as quais recomendava este ou aquele uso, conforme o mal sentido. Nunca foi um curandeiro, sempre prestigiou a cura baseada na riqueza farmacológica da nossa flora. Nunca foi milagreiro, sempre foi uma consciência voltada para o natural e não o sobrenatural. Tinha suas devoções? Sim ele as tinha. O Reinado é uma prova disto. Quando foi que Zé Gominho surgiu no Reinado de Nossa Senhora do Rosário?

Uma referência de Valdevino Eloi da Silva: “Zé Gominho foi casado, sua esposa contraiu aquela doença ruim, que eu não gosto de falar o nome (Varíola), também conhecida como Bexiga, de onde vem o nome Cemitério dos Bexiguentos, ainda existente em terras que pertenceram a Zé Gominho”.

Sua segunda grande referência. A informação perdeu-se na poeira dos tempos. A tradição oral o liga à medicina alternativa e ao reinado, praticamente durante todo o século vinte. A verdade é um pouco difusa, sabe-se com certeza que a atual fase do Reinado, iniciada nos fins da década de quarenta do século vinte, após terem sido sanadas as divergências com setores religiosos, ele já surgiu como líder, como Capitão Mandante, algum tempo depois o título mudou para Capitão Mor, que atuou praticamente em todos os ternos, desde os finais da década de 1940, até dois ou três anos antes de seu falecimento. No seu período de real impedimento o bastão de Capitão Mandante passou e com a idade avançada ocupou essa função seu irmão Antônio Gomes tendo Altamiro Lima como Capitão Regente, só depois do falecimento do grande líder é que aceitou o título maior de Capitão Mor. Foi um período muito difícil este do reinício das atividades do Reinado.

Zé Gominho teve que usar de muita diplomacia e paciência para vencer algumas resistências que ainda haviam por parte de setores religiosos mais conservadores que ainda entendiam o Reinado não como uma festa derivativa do culto religioso. Zé Gominho, com paciência, foi rompendo barreiras. O produto que ele ajudou a criar, hoje é aceito plenamente pela sociedade e pelas entidades religiosas mais liberais.

A ele nós devemos isto e também aos grandes capitães do passado, recordo alguns e esqueço muito, mas hoje estão juntos recordando seus bons tempos de lutas tristezas e principalmente alegrias: Tião Mariano, Antônio do Patrocínio, Geraldo D’Alessandro, Humberto D’Alessandro, Zé Cuia, Oliveira, e mais, e mais, e mais...

Hoje ele é saudade, veneração e respeito. Belo trabalho Capitão, combateu um bom combate.

Que linda festa é esta Seu Zé Gomes Filho, aí nas alturas? “Pois que é rapaz, o Reinado da Coroa Grande, coroando o Rei dos Reis com a maior Coroa do Universo... muito chic, pois é...”

Antônio Patrocínio

Capitão de Congada, Capitão-mor da Coroa Conga de São Benedito do Reinado do Alto Alegre, Antônio Luiz Andrade Antônio Patrocínio
(Entrevista concedida em 2003)

“Mas eu não sou daqui, preciso viajar, já cumpri minha tarefa, não posso demorar”.

Antônio Luiz Andrade, ele fazia questão de frisar quando inadvertidamente alguém se referia a ele em público, pelo apelido de criança.

Patrocínio é destas pessoas que quanto mais a gente escolhe palavras, mais define errado. Ele já veio ao mundo definido, e quando aqui chegou em dois de julho de mil novecentos e vinte e oito, com sete meses, portanto fora de tempo, seu primeiro alimento não foi o rico colostro da mãe, mas segundo ele mesmo foi um mingau de fubá adoçado com rapadura dado por uma tia, já que sua mãe não tinha condições de amamentá-lo, por ter sido acometida de um mal pós-parto, tão frequente na época, ainda sabendo que a família era de poucos recursos. Permaneceu com a tia durante um certo tempo para a recuperação da mãe e ambos sobreviveram à aventura de sobreviver em um mundo muito pouco receptivo a uma filha e um neto de escravos.

“Meu pai era muito inteligente por isso era chamado de Patrocínio, mas o nome dele não esse não, esse era o apelido, e eu herdei o apelido.”

O pai era um ativista comunitário. Quando Antônio nasceu, a emancipação negra tinha apenas 39 anos, a memória de José do Patrocínio, o abolicionista era bem viva e marcante, é possível que em função do Zé do Pato, o tocador de rabeça e caixa, que também era Mestre Folieiro (Embaixador) e Capitão do Congo, ganhou este apelido.

Ele tirava a cantoria de Reis de um livro da Igreja chamado “Cânticos Espirituais”. Antônio sempre afirmava que o pai havia ganho este apelido por ser muito inteligente.

José do Patrocínio, (José Carlos do Patrocínio, 1853-1905), jornalista abolicionista, certa vez foi fazer uma conferência abolicionista, provavelmente no Teatro Imperial, e quando foi anunciado, ao sair da coxia (antessala do palco), tropeçou em alguma tábuca do assoalho em sobre nível, e caiu de joelhos no palco. Foi uma entrada deslumbrante que permitiu a ele, após cessadas as gargalhadas do público ali presente, usar um artifício de oratória e dominar a atenção do público de imediato. Levantou-se, ajeitou a roupa no corpo, percorreu um olhar frio para toda à plateia, e saiu com essa maravilha

de oportunismo: “Os brasileiros, somos um povo que ri, quando devíamos chorar”.

Todo o clima para seu discurso abolicionista apaixonado, ele o conseguiu com um único tropeção, além de ser a citação, em si mesma, uma grande verdade.

“De nove filhos só fiquei eu, por isso herdei do meu pai aquilo de cantar folia e reinado. Na hora de morrer meu pai me fez três pedidos:

- 1 - Não deixar a Folia de Reis cair, eu tinha que assumir a bandeira.
- 2 - Cuidar da Mãe e não se ajustar (empregar) mais em fazendas.
- 3 - Não deixar também o reinado (Congada)”

Patrocínio sabia ler, atributo raro em um neto de escravos, principalmente no meio rural. Esta qualidade favoreceu o aprendizado daqueles fragmentos de cultura negra e do sincretismo religioso que veio depois. Lia para o pai que era analfabeto, num livro chamado “Cânticos Espirituais”, as entradas, agradecimentos e despedidas das folias de Reis e enquanto lia seu pai aprendia, ele mais ainda.

Casado com Dona Regina Maria Andrade, talvez em obediência ao pedido do pai, mudou da roça para a cidade, experiência que a princípio não foi muito boa, comprometendo até a estrutura familiar, pois que passou a fazer uso incontrolado de bebida, fase que superou brilhantemente ao se aproximar da Associação dos Alcoólicos Anônimos, sendo frequentemente citado como exemplo de recuperação e de domínio sobre o alcoolismo.

Este período é muito difícil de lembrá-lo para quem o viveu, mas a luta para vencer o primeiro minuto, a primeira hora, o primeiro dia, a primeira semana, o primeiro mês e o primeiro ano, foi compartilhada com toda a família com incentivos rezas e promessas e sobretudo pela vontade do Patrocínio que encarna bem aquela estrofe do “If” de Rudyard Kipling, na magistral tradução de Guilherme de Almeida:

Se és capaz de forçar coração, nervos, músculos, e tudo que neles ainda existe, e persistir quando exausto contudo, resta ainda em ti a vontade que te ordena: PERSISTE!...

Se és capaz de dar, segundo por segundo, ao minuto fatal, todo valor e brilho, tua é a terra e com tudo que existe no mundo, o que ainda é muito mais, és um homem meu FILHO!

Esse aí gente, é o Antônio do Pato, alegre brincalhão, irônico na maioria das vezes, mas quando a vida exigiu dele uma definição, ele não pensou duas vezes, escolheu a família, os amigos e a tradição, talvez a única, mas a mais valiosa herança do pai.

Enquanto o pai tocava rabeca, Antônio Patrocínio tocava cavaquinho, instrumento muito mais apropriado a um folieiro e como folieiro tinha especial simpatia ou devoção pelos Santos Reis: Gaspar, Baltazar e Belchior e junto com esta devoção ou simpatia surgiu a convicção de se fazer uma capela para a entrega das folias, o que realmente aconteceu.

A primeira Capela simples e pequena, medindo três por quatro metros, a segunda concluída em 1983 com o beneplácito do Bispo Diocesano (Divinópolis), media sete por dez por três e meio metros de altura, hoje pertence definitivamente à Paróquia de São Bento.

A Capela era também um sonho de outro folieiro muito querido na roda de acordeons, carismático, o Mineirinho, radialista popular e sertanejo. O “Modão” era sua marca registrada, “Duas Camisas”, “De igual para igual” e “Fio de Cabelo”, é que faziam chorar aquele acordeom “xonado di mais”, desta mesma forma que ele, Mineirinho, gostava mesmo de falar...

O Reinado do Alto Alegre é outra grande realização, do já então “Padrinho Patrocínio”, padrinho e afilhado de roda, cruz e terreiro, conhecia como ninguém o prato predileto de Oxóssi o mulucum, o onjé de coco e milho, como e quando prepará-lo e onde fazer a oferta, na cachoeira da mata no mês de junho.

Patrocínio, não era curador, era benzedor das antigas rezas aprendidas com o pai, tinha seus “iluminados” e também suas “Luzes”.

Eu comecei a ver um “fenômeno” e era uma coisa que eu via mesmo. Falei para os padres daqui eles não acreditaram. Falei para um Padre de Formiga, ele não acreditou e falou que era uma fraqueza minha. Então ninguém me acreditava eu resolvi ficar sem confessar ou ir à Igreja e assim passei vinte anos. Até que encontrei um padre que me entendeu, eu confessei e voltei à Igreja. O “Fenômeno” me aparece até hoje.

Místico, sem ser fanático, carismático sem ser impositivo. Nunca teve a atitude arrogante do dogmático, da afirmação ou negação extremas, da intolerância de opiniões, nunca foi o dono da verdade, do preciosismo da palavra, onde a troca casual de uma consoante é motivo suficiente para aflorar vaidade.

des feridas e fazer com que a ternura que deveria ter um homem de Deus, se transforme em ferina arma de agressão e o pastor se transfigura em inquisidor, dono absoluto da verdade e do conhecimento.

A auréola dos santos algumas vezes é a negação da santidade, é a ausência do preceito fundamental de quem lida com Dogmas Sagrados: a humildade.

Quando a porta da intolerância é aberta, como se abriam na Roma antiga as portas do templo de Marte para a guerra, fecham-se as portas da inteligência, os de bom senso se recolhem e a chave fica bem guardada no baú de intransigências dos modernos Torquemadas.

Enquanto isso a reação se esboça...

Deus, cofiando suas barbas patriarcais, no sossego da velhice do Padre Eterno, divinamente exposta por Guerra Junqueiro, deve realmente pensar que algumas pessoas são mais dignas de pena do que de censura, incluindo o autor desse texto.

Patrocínio até podia ter em sua mocidade, algum comportamento mais afoito, mas na sua velhice recolhida, praticou a humanidade e a humildade, confrontando a intolerância, a arrogância, derrotou o orgulho e a vaidade. Lição de vida para nós os seus afilhados.

Posterior ao sonho da Igreja de Santos Reis, O Reinado do Alto Alegre foi o ponto de convergência para as energias do “Padrinho”, congadeiro de origens que uniu o Reinado ao Reisado no mesmo abrigo, sabendo que no tempo de Chico Rei, possível introdutor do Reinado nas Minas, de quem já reportamos notícia, o mesmo se fizera, e era assim que ele contava a história, aprendida com as sabelanças do pai, ao abrigo de um rancho de mumbeca e pau-a-pique, comendo um tropeiro no calor de uma fogueira e o aconchego de um colchão de palha: Era assim que o “Padrinho” gostava de contar a história do Reinado... Ele conta a história de chico rei e arremata:

Antecipou-se este negro a era das cooperativas, e procurou o socialismo cristão. Como naquele tempo toda a Irmandade estava unida à ideia religiosa de um santo patrono, tomou esta o patronato de santa Efigênia, cuja intercessão foi-lhes tão útil; e deste exemplo nasceu o culto ardente, que se vota ainda à milagrosa imagem do alto da Cruz. Os irmãos erigiram o belo templo que existe sob a invocação do Rosário. No dia 06 de janeiro o Rei, a Rainha, e os Príncipes vestidos como vassallos da rainha, vindos da Bagaginha e Quatro Bicas, aos salamaleques do José Lauriano, o Capitão de Moçambiqueiros e precedidos dos meirinhos João Rosa e João da Dadinha que com os simbólicos bastões vão à frente

abrindo alas, dirigem-se as Suas Majestades para o Templo do Rosário, onde ocupam o trono ali preparado.

Fechando o cordão vem o José Sáia, soltando os foguetes do João da Paz. De Pálio armado junto à mesa, assistem Suas Majestades à entrega de jóias e esmolas dos numerosos devotos à Mesa da Irmandade do Rosário, enquanto no adro da Igreja reina e mais franca alegria do povo que acaba com todo o sortimento de biscoitos dos tabuleiros e esvazia todos os potes de aluá.



Da esquerda para a Direita Altamiro Lima, Capitão Mor do Reinado Grande de Itapecerica MG, sucessor de José Gomes Filho (Zé Gominho), e antecessor de Anielo D'Alessandro- ao lado de Antônio Luiz Andrade (Antônio do Patrocínio), Capitão de Congada, fundador do Reinado de Santos Reis do Alto Alegre, Itapecerica MG.

Patrocínio associou o Reinado aos festejos de Santos Reis e deu a eles o Patronato do Reinado do Alto Alegre.

Este é o grande tributo que todos nós do antigo Arranca-Toco, devemos a um lutador que nunca correu atrás da história, mas a história esteve sempre colada nos calcanhares deste empreendedor.

Assim foi na nossa modesta visão, sujeita à revisão, a figura desse nosso irmão, e ainda longe, parodiando Tristeza Pé no Chão, a gente canta baixinho

para não incomodar o padrinho: “Sinto um aperto de saudade na minha garganta/ molho o couro do meu surdo com as minhas lágrimas/ protegidos pelos reis do nosso pavilhão/ convidamos Patrocínio e a Congada para um “pé no chão”.

A tristeza do surdo, naquele compasso de lamento em 06 de julho de 2004, fazia a gente misturar o santo com o profano e achar que ela era ele.

“Olha a coroa do Rei/ Coroa que veio lá de Angola/ Mas vamos levar ela com jeito/ Meus irmãos/ A coroa é de Nossa Senhora!

A mais rica jóia da Coroa de Nossa Senhora tem nome de gente; tem nome de Patrocínio, tem nome de Antônio Luiz Andrade!”

Oliveira

Capitão de Moçambique Olivério Felix – O “Oliveira”

“Quando eu morrer, me enterrem no jardim, embaixo de um pé de rosa, pra uma rosa em mim...”

O centenário Reinado do Rosário de Itapecerica atravessa gerações divulgando uma rica cultura, e grandes protagonistas. Pessoas que com suas peculiaridades e méritos encenam e retratam um passado de trabalho, castigo, lutas, rezas, cânticos, e por que não dizer, de alegrias. Essa é a festa do povo, onde os humildes se reconhecem, onde a fé une o afortunado e o trabalhador em um só coro, em uma só corrente de oração e fé. Falo do Reinado onde João Cigano e Tatão desfilavam com o boi e a mulinha, onde o querido Tarzam cantarolava mesmo sem ninguém entender, falo do Reinado de dona Geralda Pio e seu canto chorado, do capitão-mor Altamiro Butina e sua fala de improviso no palanque, que tinha o único objetivo prender a atenção das pessoas até os ternos chegarem com os festeiros. Como não se lembrar do grande incentivador Zé Gominho, e do eterno capitão Geraldo D’Alessandro (fundador do terno Marinheiro), Jerônimo Galdino e sua sanfona, mas nada, absolutamente nada se compara ao eterno capitão Olivério Felix, o inesquecível Oliveira.

Oliveira começou sua trajetória como Capitão no Moçambique do Zé Gominho, sempre atento e obediente, qualidades que o fez em pouco tempo tornar-se líder do terno.

Oliveira teve vários incentivadores, mas acredito que ninguém poderá ostentar a patente de padrinho e mentor do nosso querido capitão, afinal, Oliveira criou um estilo único de ser dentro do reinado, tornando-se insubs-

tituível e inimitável, seu carisma ultrapassou fronteiras, fazendo de sua pessoa o ser mais esperado da festa.

Todos queriam saber como o eterno Capitão se apresentaria naquele dia, qual seria a roupa, quais seriam os versos, em qual estilo ele iria cantar, Oliveira tinha olhar clínico e profissional para montar seu terno, ele era muito inteligente, e sua “gunga” ficava impecável.

Dias antes de iniciar a grande festa, Oliveira saía discretamente em seu Fusca cor verde rumo ao desconhecido, ele convidava negros de nossa região para dançar em seu terno, pessoas honestas e de características apuradas, aquilo dava um brilho diferenciado no terno do Moçambique. Ninguém sabe como ele conseguia encontrar essas pessoas e as convencia a acompanhá-lo.

Sua casa fervilhava de tanta gente, e vale aqui uma observação: todos os dançadores eram tratados com carinho, respeito e muita atenção, ficavam em sua casa e de lá não arredavam o pé, sempre respeitando as orientações do ilustre capitão.

Que saudade de ver dona Catarina e seu inesquecível sorriso, lembrando que além de dançar, dona Catarina ajudava na recepção dos dançadores, era uma verdadeira mão amiga.

Oliveira era imbatível na formação de seu terno, que saudade daquele Moçambique composto pelos capitães, Wilson Chagas (Belo Horizonte), Zé Aníbal (Marilândia), Antônio Pretinho (Boa Viagem), Zé Mata (Inácio Caetano), e atuando como aprendizes os capitães Té (Santo Antônio), e os irmãos Chicão e Geraldinho (Lagoa). Pai Tonho mantinha o ritmo em sua caixa de couro cru, Dona Nelma (Carmo da Mata) figurava como uma passista, alegrando a todos e dando vida ao terno, dona Catarina com seu gingado puramente africano embelezava o grupo, dona Lia do Norato com seus patuás e cordões dava um charme a mais, e com uma voz inesquecível, o senhor Vino (Marilândia) se destacava. Dinga Coveiro, Toninho e Bastião, vindos da comunidade dos Borges, eram imbatíveis com seus patangomes nas mãos. O estimado Valdevino também fazia parte, sua presença e sabedoria dava mais vida ao terno. Lembro-me da Fia, esposa do Vaguinho, dona Lita e dona Nen-zinha. E como fã número um não posso deixar de lembrar a querida Nina do Mané João, que sempre acompanhava o Moçambique.

Meu Deus que espetáculo, esse Moçambique batia macio com uma toada de emocionar, nessa época eu era criança e ficava junto de meu avô Altamiro Butina, e quando de repente as barracas começavam a se esvaziarem e o povo se aglomerar na rua, meu avô logo afirmava: “o Moçambique do Oliveira está chegando.” E realmente seu terno era o mais esperado, todos se curvavam mediante suas belezas e peculiaridades, ali era o ponto de encontro do negro

feliz, do negro forro, do negro livre, ali era reduto de paz e alegria para todos, ali a África estava mais viva do que nunca.

Oliveira misturava o estilo comum ao estilo africanizado de se vestir, no chamado “Moçambique de Sainha” e criou sua identidade pessoal, sempre irreverente, inovador e muito engraçado, isso aguçava toda sociedade, até mesmo quem não gostava da festa saía de seus lares somente para contemplar o Capitão dos Capitães, isso alimentava seu ego, Oliveira gostava e retribuía a altura com cânticos, danças e com seu inesquecível sorriso.

Oliveira não era nenhum aventureiro, mesmo com poucos estudos ele pesquisou a fundo toda trajetória do negro, isso fazia de seus versos uma mistura de história e religião.

Em seu terno tinha de tudo, do mais comportado e fiel dançador até aqueles cujo teor ético já havia se alterado, também havia pessoas que estavam ali para pagar uma promessa ou simplesmente, para ter após os festejos, uma roupa diferenciada para vestir, mas todos, sem exceção, o respeitavam e jamais prejudicavam a quem quer que seja.

Famílias como a do senhor “Pedro do hotel” (Pedro Américo Mesquita) e Dona Didi faziam questão de oferecer-lhes um almoço, tudo para terem o prazer de ter esse povo por perto, eram todos queridos e estimados.

Oliveira tinha um grupo fiel. Seus dançadores ficavam em seu alpendre esperando os comandos do Capitão e líder, ninguém arredava os pés, todos ficavam ao seu lado em demonstração de carinho, respeito e gratidão. Ali se encontravam pessoas do Campo do Cacau, Borges, Lagoa, Calambau, Lameus, Ponte da Mata, Mata do Cintras e do antigo Ruado dos Crioulos no Barreiro. Pessoas do Santo Antônio, Inácio Caetano, Marilândia, na grande maioria todos descendentes de escravos, pessoas que somente o Oliveira conseguia encontrar.

Já no final de sua vida, ao iniciar o mês de agosto o capitão Oliveira se dirigia até à Santa Casa (Santa Casa de Misericórdia de Itapecerica) e pedia para ser internado, para tomar alguns fortificantes e vitaminas, segundo ele aquilo era um sacrifício para poder estar firme no dia do Reinado, o mesmo afirmava que jamais conseguiria ouvir o batido da caixa e ficar quieto em casa, essa é uma verdadeira demonstração de amor pela grandiosa festa.

Oliveira deixou muitos discípulos, fiéis escudeiros que mantêm viva a tradição, sempre se lembram do mestre com carinho, orgulho e muita saudade.

Peço desculpas se esqueci algum nome ou referência, infelizmente a memória nos trai fazendo com que nos esqueçamos, mas, a todos dedico meu carinho, reconhecimento e gratidão por tudo que fizeram em prol da Virgem do Rosário. (Texto de João Paulo Lima Teixeira)



Da esquerda para a direita: O Capitão de Moçambique Olivério Felix (Oliveira) e Maurício Tizumba, cantor, compositor e ator folclorista de Moçambique serra acima e serra abaixo, em exibição no Reinado Grande de Itapeçerica MG.

Zé Aníbal

Capitão De Moçambique

José Aníbal é nascido em Marilândia/MG e até hoje reside na comunidade rodeado de filhos, netos e desfruta da saudável companhia de sua querida esposa. Zé Aníbal como é popularmente conhecido, guarda consigo histórias, feitos, e é um expoente do congado em nossa região, respeitado capitão, consagrado pelos versos e trovas, além de ser um profundo conhecedor dos mistérios do rosário de Maria.

Quando ainda era jovem, no início dos anos 60, Zé Aníbal resolveu pedir autorização e conselhos ao senhor José Gomes (Zé Gominho) para iniciar suas atividades como capitão de reinado, em uma manhã calma, Zé Aníbal

arreou seu cavalo e marchou até Itapecerica até a residência do senhor Zé Gominho, lá chegando expôs sua vontade de cantar e pediu conselhos ao nobre capitão que nem resposta deu...

Zé Aníbal volta para Marilândia inconformado com a maneira na qual foi tratado, no outro final de semana, novamente Zé Aníbal retorna à Itapecerica, e, após esperar foi atendido pelo capitão mor Zé Gominho, que finalmente lhe ouviu e viu que o jovem rapaz tinha vontade de cantar, levava jeito e sua persistência chamou a atenção do maioral do reinado de Itapecerica, logo Zé Gominho o aceitou no terno, o presenteou com um lindo bastão e assim iniciava-se a saga desse nobre moçambiqueiro que hoje é conhecido e respeitado em todo município onde atuou. A convivência com Zé Gominho renderia uma parceria eterna e invejável com o então jovem Capitão Oliveira, Zé Aníbal e Oliveira atuavam como aprendizes, tendo como referência o mestre Zé Gominho.

Zé Aníbal e Oliveira foram protagonistas de inesquecíveis acontecimentos, quando o terno do Moçambique alcançava o centro da cidade conduzindo festeiros vindos do Arranca-Toco, Zé Aníbal a certa altura desafiava o companheiro Oliveira em versos cantados, isso geralmente acontecia na encruzilhada do hotel do Ernenstino e ali o povo se aglomerava para ouvir os repentes, os cânticos africanos e de louvores a Nossa Senhora do Rosário, esses desafios empolgavam e arrancavam sorrisos de todos os presentes.

Zé Aníbal ainda mantém viva as tradições de folia de Reis e da Charola, mas é como Capitão de Moçambique, que ele mantém vivo um único e inconfundível estilo de louvar a Virgem do Rosário. (texto de João Paulo Lima Teixeira)

Altamiro Lima

Capitão do Palanque – Capitão Mor Regente – Capitão Mor efetivo do Grande Reinado do Rosário de Itapecerica

Altamiro Lima, também conhecido como Altamiro Butina, nasceu no Camacho de Cima, comunidade na época pertencente ao Município de Itapecerica, onde desde criança aprendeu gostar das festas religiosas, tendo quando em criança, atuado como coroinha nas missas, e foi nessas atuações que ele teve contato com os movimentos folclóricos como à folia de Reis e outros.

Ao mudar-se para Itapecerica na década de 50, Altamiro foi convidado pelo Capitão Mor Regente José Gomes Filho (Zé Gominho) para fazer parte da Irmandade do Reinado do Rosário iniciando-se assim uma história de

dedicação e fé.

Altamiro dedicou sua vida ao Reinado, tendo sido Capitão-Mor dos reinados de Itapecerica, Lamounier, Boa Viagem e do bairro Alto Alegre. Foi na residência de Altamiro que na década de 70 realizou-se a reunião de fundação da Irmandade (Associação) do Reinado do Rosário de Itapecerica que até então existia sem vínculo associativo.

Altamiro possuía uma desenvoltura para comunicar-se com o público, razão que desempenhava a função de locutor nas festas do Reinado, animando o público presente enquanto se aguardava a chegada dos ternos e festeiros.

Valdevino

Capitão da Bandeira – Capitão Meirinho

Valdevino Eloi da Silva, filho de José Luiz da Silva (Zé Menino) e Dona Maria José Nascimento (Dona Zezé), nascido em Itapecerica-MG em 17 de dezembro de 1917, cem anos completos, muito lúcido, movimentando com desenvoltura, voz firme e raciocínio totalmente ordenado, foi assim que o vimos quando fomos tomar este depoimento.

O pai foi Rei Congo e a relação de Valdevino com o Reinado começou quando ele tinha doze anos de idade, completando, portanto, oitenta e oito anos de convivência com congadeiros embora hoje, em razão da idade já não exerça mais as funções de “Capitão da Bandeira” e “Capitão Meirinho”, mas, emocionalmente o Reinado continua parte da vida dele.

A mãe, negra forra, beneficiada pela lei do ventre livre, era irmã de Ernestino Cezar de Oliveira, fato confirmado pelo filho deste, José Magela de Oliveira que sem qualquer outro comentário afirmou: “uma pessoa com cem anos de idade, não mente” e assim publicamos esta consideração. Antes de prosseguir caminhando no tempo com Valdevino, vamos abrir um pequeno espaço para a lei do Ventre Livre.

A lei do “Ventre Livre”, também conhecida como “Lei Rio Branco”, foi criada em 21 de setembro de 1871, assinada pela Princesa Isabel e aprovada e sancionada pelo Gabinete Ministerial chefiado pelo Visconde do Rio Branco. A lei determinava que “Toda criança, nascida de mãe negra escrava, após a vigência desta lei, seria livre”. Contudo estabelecia condições: A lei estipulava que a criança ficaria até aos oito anos de idade, sob o controle dos proprietários da mãe. Após o que, os mesmos teriam direito de receber do Estado a quantia de 600\$000 (seiscentos mil reis) como compensação indenizatória, ou de utilizarem dos serviços do menor de idade até aos vinte e um anos.

Valdevino continua sua regressão ao passado: “Convivi com grande Capitães, por exemplo Humberto (Balaieiro) D’Alessandro e seu irmão, Geraldo (Porco-Preto) D’Alessandro, grandes cantadores. Eram filhos de um Italiano com uma mulher negra com que morava lá pelos lados do Alto do Rosário. O irmão dele tinha um Armazém onde hoje é a Câmara Municipal. Esse irmão se chamava Vitor e a mulher dele foi minha mãe de leite” Fato confirmado; encontramos nos arquivos do município uma certidão de atestação de nacionalidade de Aniello D’Alessandro, em cujo teor ele afirma que quer continuar com a cidadania italiana, firmada em três de agosto de 1891, pelo secretário da Câmara Torquato Pires Batista de Moraes e pelos vereadores Francisco José de Araújo e Rodolfo Soares de Moraes. Antônio Lembi assinou a rogo de Aniello D’Alessandro. A cópia deste documento faz parte dos arquivos desse trabalho.

O que foi dito por Valdevino e atestado pela Certidão da Câmara, foi confirmado pelo neto do Italiano Aniello, no caso o Capitão Mor do Reinado Aniello D’Alessandro que complementa a informação.

“[...] Minha Vó se chamava Maria Vitalina de Jesus e era natural lá do “Patrimônio” (Neolândia), não eram casados e ela só teve dois filhos, Geraldo, meu pai, e Humberto, meu tio”.

Cezar D’Alessandro

Capitão do Catupé

O Cezar é filho de Alderano D’Alessandro, neto de Humberto D’Alessandro e bisneto do primeiro Aniello D’Alessandro, imigrante italiano, cujo registro de opção de cidadania data de três de agosto de 1891, conforme documento constante nos arquivos do município de Itapeverica.

Aos sete anos de idade, em 1972, começou a acompanhar o pai Alderano no Terno de Catupé, e segundo ele a origem do Terno não foi com o avô dele, o Humberto, mas sim com o Zé Pio, um Capitão antigo do “Alto do Cemitério” (São Miguel).

“Meu avô não era Capitão do Catupé, o Capitão do Catupé era o Zé Pio, lá no Alto do Cemitério. O meu avô Humberto era Capitão Meirinho do Zé Amarante... vai que o Zé Pio adoeceu então o Capitão Mor Zé Gominho mandou meu avô lá para o Catupé para ajudar no comando do terno. Pouco tempo depois o Zé Pio faleceu e o meu avô foi nomeado pelo Capitão Mor como Capitão do Terno de Catupé. Então o Capitão João Sabininho e Meirinho do Marinheiro que era compadre do meu avô, foi mandado pelo Zé

Gominho para o Catupé, como Capitão Meirinho para ajudar o meu avô. Nessa época é que o Catupé foi para o Arranca Tôco, rua Manuel Chico, onde a partir de então ficou sendo a sede do terno Catupé. João Sabininho foi o primeiro Meirinho do terno, quando ele morreu passou para o tio Devino (Valdevino), depois que ele mudou lá da Grafite pra cá. Quando meu avô morreu, o terno passou para meu pai, que tinha como companheiro o Patrôcínio, o João Sabininho o Danilo lá de Lamounier, pai do Curió, era capitão Também O Tico Dão na Bandeira, quando ele morreu ficou o “Tarzam” como bandeireiro nosso. Antes de morrer, para mim e me deu como ajudante o Alderico sanfoneiro. No primeiro ano que o terno ia sair no meu comando e do Alderico, ele faleceu e eu fiquei sozinho, eu e o Nico, então a partir dessa data o tio Devino ficou acompanhando nós.”



Terno de Catupé em evolução sob o Comando de Alderano D'Alessandro filho de Humberto D'Alessandro, fundador do Terno, e pai de Cezar D'Alessandro atual Capitão do Terno.- Reinado Grande de Itapetcinga MG.

O Cezar deu um depoimento contundente, uma denúncia e um pedido de socorro para que o Reinado possa continuar sobrevivendo cultivando as raízes dos antepassados, mantendo as tradições, sem interferências estranhas que estão descaracterizando a verdadeira essência do reinado, esquecendo o lado cultural e tradicional em favor de interesses pessoais que nada tem a ver com a origem e a história do Reinado.

As rivalidades entre os Ternos, segundo ele estão derrubando aquilo que de mais bonito tem o reinado que é a união entre todos, hoje isto está se perdendo e dando lugar as vaidades pessoais de dançadores e até mesmo de capitães.

Ele afirma que os Ternos originais do Reinado em Itapecerica que são Moçambique, Vilão, Catupé e Marinheiro, são os verdadeiros construtores do Reinado, porque são eles os herdeiros da tradição de quando o reinado começou na Irmandade. Precisam ser mais valorizados como realizadores do Reinado, outros Ternos poderão participar, mas como convidados, sem nenhuma interferência ou ingerência na organização.

O Cezar tem toda razão quando afirma isto, é inadmissível que Ternos formados em última hora, sem nenhum compromisso com a tradição do Reinado, que sequer conhecem o ritual das apresentações, se vejam colocados no mesmo patamar que os Ternos tradicionais formadores e continuadores da tradição. Reinado não é meio de vida, nem fonte de renda para nenhuma pessoa ou grupo de pessoas que se agrupam em um Terno sem nenhuma estrutura e sem nenhum respaldo cultural, com a finalidade única de se aproveitar financeiramente do Reinado. E o Cezar continua batendo...

“O Reinado hoje tem muita picuinha, muita briga na rua mesmo entre os Ternos, não existe mais disciplina. Antes o reinado tinha horário para café, almoço, pra buscar um festeiro, pra entregar um festeiro. A amarração, sempre existiu a amarração, mas era uma amarração como parte da festa, hoje tem até gente que pede para outros “amarrar” o Terno só para catar o dinheiro. É uma vergonha”.

“Costumo falar que o Reinado hoje virou um meio de comércio, principalmente para os mais novos que não dão a mínima importância para a verdadeira tradição do Reinado como festa do povo. Antes os dançadores participavam com o que tinham, a gente ganhava só um fardamento que o Zé gominho dava, se quisesse mais, tinha que comprar do nosso bolso. Hoje eles querem um fardamento para cada dia do Reinado, senão não participam”.

“Existe um abuso, um desrespeito ao festeiro e quem acompanha um Terno em relação às músicas que cantam, que nada tem absolutamente a ver com o Reinado. Por falta de conhecimento e de imaginação, jogam músicas do repertório popular no meio das músicas tradicionais do Reinado, como se as pessoas fossem idiotas e não soubessem o que estão ouvindo”.

O Cezar termina com um apelo que é mais que um desabafo, é um pedido de socorro para que o Reinado não desapareça.

“É preciso mudar a estrutura do Reinado, não é possível largar tudo nas costas de um só, se algum dia o Anielo faltar o Reinado acaba por que

ele carrega sozinho o Reinado nas costas. Vamos ajudar pessoal, mas ajudar com vontade, ajudar sem interesse, ajudar pelo que o Reinado representa e não pelo que ele pode render. O Reinado Grande do Rosário de Itapecerica é responsável pela distribuição da verba para os outros reinados do Município, por isso é preciso que todos prestem contas do que fazem com a verba, e nem sempre isto acontece. É preciso transparência para que o benefício possa continuar. O Reinado precisa da nossa ajuda para que ele possa continuar existindo”.

O Cezar gravou esta entrevista, cujo conteúdo transcrevemos com sua autorização e a gravação está arquivada junto com os documentos componentes deste trabalho sobre A Memória Negra nos Tambores de Tamanduá.

Aniello D’Alessandro

Tocador de “Arengueiro”, Capitão “Atrevido”, Marinheiro Capitão do Trono, Capitão Mor Regente, Capitão Mor de Congada, Capitão Mor do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês de Itapecerica-MG, antiga Tamanduá. Aniello D’Alessandro, meio século de Reinado.

“O que eu vou fazer amanhã, eu não deixo pra depois, vem aqui meu capitão, é pra nois cantar de dois...”

Aniello D’Alessandro é hoje um dos mais antigos capitães de Reinado ainda em exercício. Aniello teve um começo, ainda em menino, no reinado tradicional e construiu sua história de “Reinadeiro” sob a orientação de seu pai Geraldo e de seu tio Humberto ambos ícones e referências para quem quer que seja que queira falar de ou em Reinado na terra desse “Deus dará de Tamanduá”. Aí vai, portanto um depoimento necessário e obrigatório de quem nasceu mamando no peito de “reinadeira”, foi educado sob o jugo do bastão de um “reinadeiro” exigente, e com o tempo se fez a autoridade maior da Congada de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês. O texto é a adaptação de uma entrevista concedida a nós em agosto de 2009, para o jornal Portal do Vale, publicada sob sua licença. O assunto é “História do Reinado”. Fomos procurá-la nas fontes.

Filho de Geraldo D’Alessandro, conhecido também como Geraldo Porco Preto, Capitão de Marinheiros, sobrinho de Humberto D’Alessandro ou Humberto “Balaieiro”, capitão de Catupé que foi casado na família das Rainhas Congas, sendo que a última “Tia Dada”, faleceu aos 95 anos, há poucos

anos atrás.

Tradição de Reinado é o que não falta nesse novo velho capitão que dançou sob a regência de José Gomes Branco, José Gomes Filho, Amarante Passos, Altamiro Lima; bons e velhos Capitães, quando o Reinado era mais religião que folclore, quando o som dos tambores era um chamado à “chegança”, quando o sonho de qualquer capitão era alcançar o status de “Capitão do Trono”, o mais alto posto na linhagem dos Capitães de Terno.

Até onde chegou esse “Atrevido” e como se tornou um “Atrevido Mor”?

Portal do Vale – Você começou no Reinado ainda menino, levado pela mão de seu pai. O que era o reinado de 50 anos atrás? Que história é esta de “arengueiro”?

Anielo – No Reinado comecei mesmo em 1959, no terno de Marinheiro, lá no fim da fila, onde começavam todos os novatos, aprendendo a tocar um instrumento chamado “Arengueiro” que hoje não se usa mais.

Meu pai, Geraldo D’Alessandro, mais conhecido como Geraldo Porco Preto, foi Capitão de Reinado por 37 anos e, ele me deu justamente o “Arengueiro”, porque era o instrumento de quem estava aprendendo a cadenciar, o ritmo, o passo, a letra e a música na dança dos Marinheiros.

O Reinado tinha uma organização mais original do que é hoje: Havia o “Capitão Branco” que era o “Zé Gominho” ou José Gomes Filho, que representava os portugueses. Havia também o “Capitão Negro” que era o Amarante Passos, representando os povos africanos e no fundo mesmo era mais a representação de “Chico Rei”.

Bem, depois de algum tempo, eu já havia passado por todos os instrumentos, meu pai resolveu me promover a auxiliar dele.

Chegado o dia, ele me entregou o Tamborim e falou: “você agora é o meu terceiro Capitão”. Naquele tempo os ternos tinham uma hierarquia entre Capitães. Uma curiosidade; o Capitão era chamado também de “Atrevido”, então meu pai era o primeiro “Atrevido” e eu era o terceiro “Atrevido”.

Assim eu comecei meu aprendizado até poder ser considerado “Capitão de Trono”.

Portal do Vale – Qual a influência de José Gomes Filho, o “Zé Gominho”, no Reinado de Itapecerica?

Anielo – O José Gomes Filho, mais conhecido como Zé Gominho, foi

uma pessoa muito importante para o Reinado de Itapecerica.

Ele era filho de José Gomes Branco, português que também foi Capitão na segunda fase do nosso Reinado.

O Reinado aqui, pelo que me foi contado pelos mais velhos, teve três fases.

A primeira foi ainda na época do Brasil Colônia. A segunda fase a do Brasil Império e a terceira, esta que vivemos agora a do Brasil Republicano.

Em 1818, foi fundada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos aqui em Itapecerica, conforme os documentos originais em poder da Associação de Reinado.

A partir daí os negros possuindo uma Igreja onde frequentar com liberdade, o Reinado foi ganhando estrutura até chegar ao que é hoje, mas, ainda assim enfrentando muitos problemas com a Igreja e a sociedade que julgava ser o reinado uma festa só de pretos.

Lembramos que em 1910, a filha do Coronel Zirico Malaquias foi Rainha da Coroa Grande na restauração do Reinado e o coronel Zirico deu como joia da filha um presente para a Igreja do Rosário. Mandou dourar em pó de ouro o florão do altar Mor da Igreja. Ainda está lá até hoje para quem quiser ver.

Em 1940, o Reinado estava parado, então o Capelão da Igreja do Rosário Padre Alves Duarte, natural de Cláudio MG, gostava muito de cultura popular e esporte ajudou muito o Reinado e o União Esporte Clube. Certo dia ele foi junto com o Meroveu visitar a Igreja. O Meroveu era sacristão da Matriz, filho do Sr. Dondico que é avô do Arcebispo de Juiz de Fora, Dom Gil.

Este padre conseguiu então autorização do Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral para fazer o Reinado dentro da Igreja, porque era lá dentro que eram coroados os reis da Coroa Grande, o Rei de São Benedito, o Rei Congo, o Rei Perpétuo e o Rei do Povo.

Formaram-se quatro ternos: O Moçambique com o Zé Gominho, o Catopé, o Marinheiro e o Vilão.

Surgiu depois o Congo com o Zé do Pio, que depois passou para o Humberto Balaieiro.

Em 1957, o Zé Gominho, já Capitão Mor, introduziu no Reinado a figura simbólica da Princesa Regente ou Princesa Isabel.

Estamos tentando e vamos conseguir reabilitar a figura importantíssima de Chico Rei como patrono da Festa.

Em 1960 foi feita a primeira encenação da libertação dos escravos com a representação do “Auto” da escravidão no palanque dos Reis.

Em 1978 eu assumi a direção do Terno dos Marinheiros por motivo de falecimento de meu pai aos 58 anos de idade.

Portal do Vale – Nestes 50 anos o Reinado teve bons e maus momentos. Que momentos foram esses? Fale sobre os dois.

Anielo - É fato que o Reinado teve bons e maus momentos, isto faz parte da história de qualquer organização.

Um dos bons momentos do Reinado foi a criação da Associação do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, legítima herdeira da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pardos.

Outra grande conquista foi a aquisição da sede própria. O momento atual também é um bom momento pois, o próprio Reinado com seu recursos e apoio da Prefeitura pode patrocinar uniformes e instrumentos para os seus participantes.

Temos que considerar um bom momento a apresentação que fizemos para a TV Vila Rica, em programa chamado “Minha cidade é um show”, onde foi mostrado em todo estado as imagens geradas pela TV.

É provável que um dos nossos melhores momentos foi quando a empresária e benfeitora Dona Maria Antonieta Cordeiro Netto Junqueira patrocinou um livro sobre o nosso Reinado escrito pela historiadora Maria Amélia Giffon.

Em 2005, tivemos outro bom momento quando em Brasília o Reinado gravou um CD chamado “Da Festa e Dos Mistérios”, com todas as músicas cantadas pelos ternos, as principais, é claro. Um projeto cultural com parecerias da Petrobras e Ministério da Cultura.

Em 1988, comemoramos em grande estilo a libertação dos escravos, onde a senhorita Dariane Gondim, princesa Isabel da época, fez ótimo desempenho.

Em 2008, comemoramos também os 190 anos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Houve em todo este período uma crise em 1985 quando, o Capitão Mor e alguns capitães mais antigos queriam dar uma parada nos festejos pelo espaço de uns 20 anos, mas graças à intervenção do advogado Levy Beirigo Malaquias, isto não aconteceu. Se tivesse acontecido teria sido uma catástrofe, porque então o Reinado teria acabado de vez.

Portal do Vale – Você fez carreira no Reinado, subindo de posto em posto até chegar a Capitão Regente. Conte essa experiência para os que estão chegando agora.

Anielo – É preciso alertar aos Capitães que estão chegando agora, isto

é uma crítica construtiva, que, a maioria dos novos Capitães, não todos, desconhecem fundamentalmente o ritual do Reinado, desconhecem suas raízes e as tradições.

Hoje não se canta mais na língua da Costa, o Nagô, e nem os mais velhos pedem isto. O que é preciso é reaprender a cantoria do Reinado. Procurem aprender com quem sabe. Não introduzam no Reinado cantorias que nada têm a ver com nossa Festa e nossos mistérios. Respeitem a cultura musical do Reinado, o verso correto, a música, o ritmo, o ritual.

Reinado não é inovação, Reinado é preservação, é tradição. Ninguém tem o direito de destruir uma tradição que vem se compondo durante os últimos cento e noventa anos.

Enfim, não destruam aquilo que não construíram. Reinado não é carnaval que cada ano tem uma inovação. Reinado é tradição que a cada ano se afirma mais como raiz da cultura negra do ideal de Chico Rei.

Outra advertência: todo respeito ao Rei Congo, ele é a essência do Reinado, ele é Chico Rei, representado ali naquela hora, pelo Rei do ano.

É meu grande desejo, coroar um Rei Congo aqui em nossa cidade na pessoa do congadeiro e folclorista, serra acima e serra abaixo, Maurício Tizumba, que adotou o nosso Reinado como sua devoção particular.

[Interferimos no texto para esclarecer essa observação absolutamente verdadeira do Capitão Aniello. A Coroa Conga é a principal e mais importante Coroa do Reinado. Todo o ritual do Reinado está vinculado à “Coroação dos Reis do Congo”. Tradição que precisa ser restaurada].

Portal do Vale – O Reinado precisa se estruturar melhor como evento turístico e folclórico. O que precisa ser feito? Quais os pontos fracos que precisam ser eliminados?

Aniello – A Festa em si mesma não está ruim, é preciso alguns ajustes para adaptá-la melhores circunstâncias de uma festa de grande alcance turístico.

Os horários por exemplo. Este ano já tivemos algum progresso, mas ainda falta muito para o ideal.

O horário tem que ser cumprido tanto pelos festeiros, quanto pelos brincadores. A matéria prima do Reinado não são só os adultos. O Reinado ativa muito mais a curiosidade infantil que a do adulto. A criança se vê num mundo da fantasia onde ela é um príncipe ou uma princesa de um país das maravilhas.

Esta criança precisa ser respeitada, ela quer aproveitar o Reinado na sua totalidade. É preciso existir a compreensão dos adultos que a festa é de todos,

todos precisam participar, principalmente as crianças porque é delas o futuro do Reinado. Assim, devemos respeitar os horários de saída, de chegada; as exigências para as amarrações, os locais permitidos e os não permitidos, e, isto tem que começar pelos Capitães dos Ternos, não recolhendo joia de amarração onde não é permitido. Pensem no horário, pensem nas crianças que querem participar e que, muitas vezes é prejudicada pela vaidade ou pela ambição de um Capitão de Terno que, por causa de uma joia, sacrifica uma criança por meia hora ou mais em pé na rua.

A Festa é de todos, é só saber aproveitá-la.

Preservar as tradições é um ponto que também precisa ser fortalecido. O Ritual, a cantoria, o ritmo. Se não sabe procure aprender.

O Reinado só existe porque ele cultiva as tradições, quando deixar de cultivar ele desaparece.

Que o Reinado seja eterno enquanto dure e, que ele dure eternamente.

Um abraço a todos e muito obrigado. Quem assina é Anielo D'Alessandro, Capitão Mor do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora das Mercês, de Itapeçerica-MG Antiga Tamanduá dos bons tempos, cantada em prosa e em versos por Tito Lívio e Bento Ernesto Junior.



Anielo D'Alessandro, Capitão Mor do Reinado Grande de Itapeçerica MG.

Lembrança – Geralda Pio

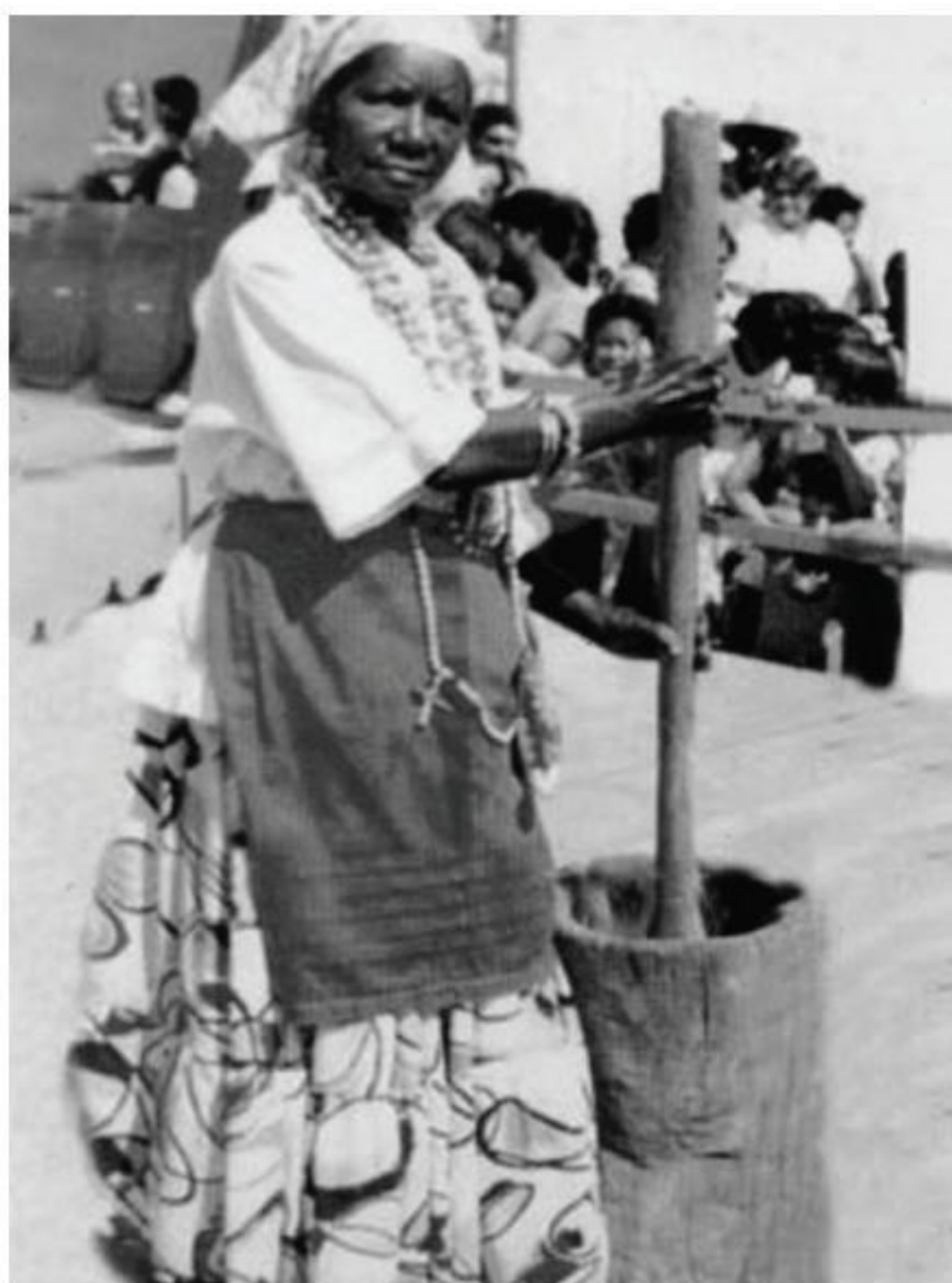
“Fazenda velha, cumeeira arriou/Levanta, negro, cativo acabou”

Clementina de Jesus marcou época com sua voz e seu estilo. A mesma é detentora de uma obra invejável e indiscutível.

O canto das Três Raças de Clara Nunes é um hino que mexe com a alma da gente, mas, no vale do Itapecerica foi a voz de Geralda Pio que ecoou impregnando em nossa alma o canto da liberdade.

Geralda Pio foi uma legítima filha da terra. Viveu no bairro Bom Jesus e sempre amou a cidade e seu bairro.

Dentre os inúmeros personagens que compõe a rica história do Reinado de Itapecerica, sem sombra de dúvida, Geralda Pio marcou época com seu jeito simples, marcado pelas raízes africanas, que ocupava local de destaque na encenação da libertação dos escravos em Itapecerica, por ocasião de sua apresentação pelo Reinado.



Geralda Pio, atriz local, intérprete de uma escrava doméstica, por ocasião da libertação dos escravos.

Mulher de baixa estatura, olhar severo de quem tem a incumbência de guardar consigo memórias de um passado de desigualdade, de sofrimento e luta pela liberdade.

Em seu dia-a-dia, Dona Geralda vivia a fazer o bem, caminhava pelas ruas da cidade e sempre que solicitada colocava em prática seus conhecimentos e com muita fé fazia suas rezas e benzeções.

Mas foi no grande Reinado do Rosário que Dona Geralda se destacou, alegrou muita gente e a todos levou a uma profunda reflexão.

Sua fala, seu canto, sua expressão e seu estilo faziam toda diferença na festa do Rosário, para aqueles que gostavam da encenação.

Paramentada com lindos patuás, cordões ostentando ícones de santos e com um lindo rosário na mão, Dona Geralda cantava, rezava, socava o pilão e clamava pela liberdade, um cântico lindo que a todos emocionava, era uma encenação digna de grandes palcos pelos teatros da vida.

Geralda Pio não era atriz, não fazia cena, representava, revivia com dignidade e fidelidade a dor de seus antepassados, com amor e dedicação.

Ela viveu momentos de grande beleza e valor, marcou seu tempo através da simplicidade e principalmente por ter tido a coragem de se expor a um tempo em que denunciava uma página infeliz de nossa história.

Nunca se deve esquecer as lições aprendidas na dor. É preciso repassá-las às próximas gerações para que não esqueçam o sofrimento de um povo que ajudou a construir nosso País. (texto de João Paulo Lima Teixeira)

O Terno Da Saudade -- Canto Da Despedida

“Tempera que eu como, tempera que vai, tempera mamãe, tempera papai”... Tem uma gunga de Moçambique malhando lá pelos lados do Rosário, subindo a ladeira dos Coqueiros, o Terno da saudade chefiado Por Zé Gominho, traz Altamiro (Butina) Lima, Tião (do Ambrósio) Mariano, Humberto (Balaieiro), D’Alessandro, Zé (Cuia) Bento, do Barreiro. Oliveira do Moçambique, Geraldo (Porco-preto) D’Alessandro do Marinheiro, e mais gente... muito mais gente, entoando a chamada da Gunga...” Olha só quem chegou de repente, trazendo cantoria, o Capitão Mor da Coroa Conga do Alto Alegre, Antônio do Patrocínio (Antônio Luiz Andrade), chegou e sapcou: “essa Gunga foi formada prá puxar coroa, essa Gunga foi formada prá levar coroa.../ se você ver um nêgo veio na estrada,/... ocê pede a benção, ocê pede a benção/... Ajustei dois camarada/ prá ser a minha guia/ O sol vai e a Lua vem/ orar com Deus e te alumia/... De repente entra João Mineiro,

Moçambique de São João D' El Rei..." Eu vim aqui só prá lhe ver/... saber da sua saúde.../ meu cavalo empacou na ladeira.../ Eu fiquei de chegar mas não pude...? E Cumé qui ocê Ta... Responde Aparecida, moçambicana de Oliveira... Eu pisei na pedra lá na ladeira.../ eu pisei na pedra lá na ladeira/... Oi segura esse ponto/ ... que é do pai da cachoeira... chora Gunga d' água Santa, carrega nas costa nêga véia/ Menino caçador flecha no mato bravio.../ menino pescador pedra no fundo do rio.../ coroa reluzente todo ouro sobre o azul.../ menino onipotente, meio Oxossi, meio Oxum.../ Bota fogo na cana.../ deixa a cana queimar/ prá fazer a garapa/ ... pro vovô tomar ...

A barra do dia já se mostrava atrás da Capoeira do "Lalano", quando o velho "Butina", Altamiro que Deus guarde, subiu no palanque e contou aos dançadores, almas benditas da Velha Guarda, a história de Chico Rei, a verdadeira história do Pai do Reinado. Chegou provocando, esbanjando talento: "La na rua de cima/ lá no fundo da horta/ a polícia me prende/ Sá rainha me solta/ - Bom dia quem é de bom dia/ boa tarde/ quem é de boa tarde/ boa noite quem é de boa noite/ dá licença quem é de zero hora..." Falou, disse e esbanjou tradição: Até mais ver com mais lembranças.



Ao fundo: Antônio Patrocínio e Alderano D' Alessandro. À frente destaque para Alderic no acordeom e Antônio D'Alessandro com tamboreiro ritmista. 1982.

Tipo de Rua

Bento Ernesto Junior
João Del Rei - 1918

Tipo de rua, positivamente, o Vicente não o era. Trabalhador e pacífico era uma figura popular no meu tempo e do Hilarino.

Uns vinte anos de nossa vida nós os passamos em pleno florescimento da escravidão.

Dos escravos daquela época, muitos havia notáveis. Deles a suprema chefia andou em outras mãos; mas, o vulto mais distinto era o Vicente do Barreiro, assim conhecido por causa da fazenda em que era escravo.

Na minha meninice, o chefe dos negros era o Pai Joaquim Caolho, alcunha que lhe adveio por ter um olho vazado.

Era um crioulo, de elevada estatura e poucas carnes.

Nada se fazia nas festividades em que a negrada entrava, sem o seu beneplácito. Mas a alma de todos os movimentos era o Vicente que, se podia dizer – a cabeça pensante do ebâneo núcleo. Era como que um mestre de cerimônias sapientíssimo, um constitucionalista de truz.

O Vicente seria, por consenso unânime de todos, o chefe supremo da turba, se o Pai Joaquim Caolho não fosse de todos temido pela fama, que lhe aureolava o nome – de feiticeiro de primeira água.

Ninguém, portanto – nem branco, nem preto – o contradizia nas suas deliberações, fossem elas o mais supremo dos disparates.

Era profundamente antipático. Todo mundo o detestava: ninguém, entretanto, ousava – de medo – manifestar-lhe a má vontade em que o tinham.

Contrariamente, o Vicente, pelos seus modos humildes e bondosos, era largamente estimado.

Estimado e apreciado, porque lá nas suas danças, - muito embora grosseiras e disparatadas, - o crioulo do Barreiro era um artista, sabendo na ponta da língua todos os capítulos e parágrafos da liturgia do rito.

Em Tamanduá, naquele tempo, como se diz nos evangelhos, os senhores de escravos davam a este umas férias em os fins de dezembro e princípios de janeiro, tempo consagrado as festas do Rosário, entre as quais ocupava lugar de proeminência o Reinado, que tinha lugar a 1º de janeiro. Desde 8 de dezembro, porém, já a negrada se punha em movimento, percorrendo as ruas

em seus trajes bizarros, cantarolando trovas selvagens ao som monótono das caixas e adufes.

Nesses dias, então, o Vicente, vestido a caráter – camisa, calças e saia de mulher, apanhada na cintura, à feição de saiote, um lenço de seda à cabeça, como turbante, e um chale chitado a tiracolo, e guizos nos pés – o Vicente, dizia eu, estava no céu.

Pai Joaquim empavonava-se na sua importância de Menelik daqueles pobres diabos pretos; mas ignorante cerradamente bronco, nada entendia do riscado Moçambique, deixava tudo por conta do Vicente e este, verdade seja dita... desempenhava-se a rigor da empreitada.

Que saudades, para nós daquela geração, daquele tempo, em que a negrada da paróquia se despejava, naquelas férias, das fazendas para a cidade, onde vinham, nos seus rústicos inocentes folguedos, esquecer-se, alguns dias, da vida miseranda que levavam.

Os fazendeiros, também – porque cessasse o serviço nas roças – vinham assistir na cidade durante a quadra festiva, que era, para os pobres cativos, um como que parêntesis de luz na treva escura de sua desgraça de vida de párias.

Fora dessa época, o Vicente, cujos senhores residiam mesmo na cidade, aparecia, aos domingos, a bebericar o seu vintém de pinga pelas vendas dos arrabaldes.

E, a breve trecho, o crioulo que era baixo e de barba cerrada – estava bêbado como um gambá. Então, dava pagode a valer, reproduzindo, ali, de frente da taverna, todo o cerimonial das festas do Rosário, mas, em caricatura, por força da mona sesquipedalada em que se achava.

A rapaziada do tempo deleitava-se à custa do Vicente, puxando pela língua do pobre crioulo.

Este, com um riso bestial, dançava e cantava, imitava o rufar das caixas, e o estourar dos foguetes. E, ali, ficava até que, lá pelas dez ou onze, com o fechar da taverna, lá ia, trôpego, a resmungar coisas na voz pastosa de pau-d'água, em busca de casa, lá, raras vezes, chegando, antes de ter ficado, a dormir, bem-aventuradamente em algum buraco, onde se estendera a fio e se pusera a cozinhar a enorme camoeca em que vinha.

Abolida a escravidão, o Vicente casou-se e foi morar lá para uma casinha a beira do córrego.

Trabalhava a semana inteira, não aparecendo, jamais, em parte alguma.

Aos domingos, porém, logo depois do meio dia, passava ele, muito limpo nas suas roupas humildes, teso circunspeto, chapéu de lebre puxado para a testa, um cacete debaixo do braço. Tirava o chapéu em frente de qualquer grupo, sem olhar para os lados e lá ia para os lados das Quatro-Bicas ou Rua

Nova.

Às 10 da noite, mais ou menos, era aquela certeza: Lá vinha o Vicente de volta, quebrando o silêncio da cidade adormecida com suas cantilenas e apóstrofes de estava mesmo entre as 11 e as 13. Morava eu na Rua Direita, ponto de passagem do Vicente, depois da farra.

Ah, quanta vez, já ia dormir, não era eu acordado pela voz arrastada do pandego crioulo, que, recolhendo-se, vinha cantarolando lundus, em meio a uma e outra trova, pondo um acompanhamento de violão..à boca:

“Num mi cote a bananêra
Que o caçu num ta de vêis
U mi ame cum frimeza, Maricota!
U mi deixe pruma vêis
Ou então:
esta noite tive um sonho:
Minha muié tinha murrido!
Acordei muito assustado, Maricota!
Já cum outra no sentido”.

É uma criação do Vicente. Ninguém diz aquilo como ele. E era uma verdade.

O Vicente goza, há muito, no seio da terra Tamanduense, o verdadeiro sossego, que só nos vem com o beijo gélido da ceifeira implacável. Paz à alma branca que lhe habitou o corpo negro. (Revista Natal, São João Del Rei – 1918)

O João Ernesto apreciava imensamente o Vicente nas suas cantarolas. Dizia o meu saudoso irmão que o crioulo cantava aquele Maricot. Inimitavelmente era ele o Vicente do Barreiro ali do Ruado dos Crioulos.

Fac-Símile dos documentos originais da irmandade

Transcrição paleográfica dos documentos originais da Irmandade, mantendo a grafia portuguesa da época.

Reconhecimento da Capela Nossa Senhora do Rosário, 18-3-1814

Certidão De Provisão, 20. 02.1815; Certidão extraída em 5-7-1824

José de Souza França Secretario vitalício do Ofício de Provisão da Chancelaria das três Ordens Militares, por ordem de SMI que Deus Guarde.

Certifico que a folha 11 do livro 11º que sérvio de Registro das Provisões que fazem transito Por esta Chancelaria das Ordens, pela repartição da Ordem de Cristo se acha registrada a Provisão da ereção da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Tamanduá, cujo teor e o seguinte; Dom João ..., faço saber que atendendo a utilidade que se acha ereta a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Bento Capitania de Minas Gerais, hei por bem confirmar a Ereção da referida Capela revalidando com esta Minha real aprovação a utilidade com que se acha Ereta e isto se cumprira sendo proferida pela Chancelaria da Ordem. O Príncipe Regente nosso Senhor manda pelos ministros abaixo assinados de seu Conselho, e deputados do Tribunal da Mesa da consciência e Ordens. As.= Faustino Maria de Lima, F... Gutierrez a fez no Rio de janeiro aos vinte dias de fevereiro de hum mil oito centos e quinze. = Desta mil e seis centos reis, de assinaturas três mil e duzentos reis.= Joaquim Jose de Magalhães Cistinho a Subscreveu. As= Francisco Jose Antonio de Souza da Silveira= Monsenhor Miranda=Por despacho do Tribunal da Mesa da consciência e Ordens de dezoito de março de mil oito centos e quatorze=Monsenhor Miranda= Pagam quinhentos e quarenta mil reis e aos Oficiais mil e oito centos reis= Rio cinco de Abril de mil oito centos e quinze =as. Antonio do Canto Quevedo Castro Mascarenhas= ... Nada se continha mais em o Registro da mesma Provisão de onde extraí a presente que vai por mim assinada. Rio de janeiro, cinco de julho de Mil oito centos e vinte e quatro= Jose de Souza França.

Autorização para fundar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila de Tamanduá - 15-11-1816

Frei Antonio de Pádua Amaral Ozório, Pres.Com.Pré. Theologia, Pregador Régio, e Prior Provincial da Ordem de S. Domingos, neste Reino de Portugal e dos Domínios.

Contando-nos que Fieis Moradores da Villa de S. Bento de Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais, Bispado da Cidade de Mariana, dezeção gozar dos bens Spirituais e das muitas Graças e Indulgências que os Summos Pntifices teem concedido a Confraria do Rosário da Virgem Maria, mais para efeito disso nos rogão, vamos dar licença para levantar uma Confraria d..., atendendo a sua supplica e para afeto e grande

devoção, usando do t... e do nosso officio comitemos aprovar v...e dar ao Pe. José Luiz da Costa, que nomeamos Comisario, a fim de ser a Confraria do Santo Rosário em Capella decente e ornada em que ... a Imagem de NS do Rosário, lhe damos poder para benzer a Imagem e outros objetos, de receber por Confrades a todos as pessoas que queiram t... desta Confraria, escrevendo seus nomes em hum livro para isso de..., e por falecimento ou outro qualquer embaraço d... Pe. José, Comissário, damos o insigne cargo e authorizo aquelle padre houver por bem acolher... Dada esta Patente em S.Domingos... aos 15 de novembro de 1816, como sinal de zello do nosso Officio. As:= Pe. Antonio de Pádua Amaral Ozório. .= Prior Provincial...

Ata De Fundação Da Irmandade De Nossa Senhora Do Rosários Dos Homens Pretos – Vila De São Bento Do Tamanduá – Província Das Minas Gerais. 07-06-1818

DIGNARE ME LAUDARE TE VIRGO SACRATA
NÓS O JUIZ E MAIS OFFICICIAIS E IRMÃONS da Meza da IRMANDADE DE NOSSA SENHÔRA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS ABAIXO ASSINAGDOS, cita na sua Capella da Vila de Sam Bento de Tamanduá da Comarca da villa de Sam João de El Rey , que servimos o presente anno de 1818, por eleição na forma do Estillo, dezejan-do o augmento temporal e Espiritual da mesma e que tenha Estatutos pelos quais se governem, e lhes servirão de guia para que saibão Mezários e mais Irmãos, a sua obrigação e a que se sujeitão logo que assignam termo de Irmaons e não se suceda nem dúvidas, nem controvérsias sobre o bom regimem que devem observar os filhos de tão santa Mãe, determinamos Compromisso na forma em que se discorre pelos Capitulos seguintes. Termo de Assignamento Officiais da Irmandade da Senhora do Rosário acima numeiados em Meza redonda na mesma Capela aos sete dias do mez de junho de 1818, em que se assignam: L Luiz, a rogo de Bonifácio Antônio de Araujo – Antônio Pinto, escrivam de Meza a rogo de Ventura, escravo de Rita Marcelina- Francisco, escravo de Thomé Francisco- Ventura Escravo de Gabriel José- Antônio Ribeiro, fôrro- Joaquim, escravo de Rita Marcelina, Manoel, escravo da mesma – Joaquim, escravo de Marianna Joaquina- João, Escravo de Francisco de Faria- Domingos Rodrigues- Antônio Gomes, João, escravo de Francisco de Souza- Duarte Francisco ... Procurador= José ... da Silva- Thesoureiro= Antônio. O Revmo. Padre Comissário Luiz da Milva Mesencio. Escrivão Termo em que se assignam os Officiais da Meza que por não saberem Ler assignão

a seus rogos o Ajudante Antônio Pinto a rogo de Luiz Duarte , Francisco Alves a rogo dos Irmãos du...Eu Antônio Luiz de Oliveiara, como escrivão da mesma Irmandade, fiz Este termo para constar , Villa de Sam Bento de Tamanduá, 7 de junho de 1818, As. Antônio Luiz de Oliveira.

Estatuto Da Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos - Vila De São Bento Do Tamanduá – Província Das Minas Gerais, 07.06.1818

CAP. I

Como é necessário para o bem temporal que essa Irmandade tenha grande número de Irmãos, a Mesa aceitará todas as pessoas de qualquer estado e condição, assim homens como mulheres, que sendo Católicas Romanas se queirão agregar a esta Santa Corporação os quais pagarão de entrada hum mil oitocentos réis e en cada ano seis centos réis de anual e o que estando em artigo de morte quiser ser Irmão desta Irmandade dará doze mil réis ou o que com ele se ajustar. E o mesmo darão os que forem maiores de cinqüenta anos e os que quiserem ser remidos para não servir os Cargos de Mesa os quais pagarão a dita quantia na razão de não se esperar deles fruto nem utilidades e depois de aceitos, uns e ouros, tendo assinado termo de se sujeitar às Leis deste Compromisso, a Mesa lhes passará uma cédula (...) ou selo assinada pelos Officiais dela declarando na mesma o dia mês e ano do dito acerto e o livro dele: e só não aceitarão pessoas de péssimos costumes que venham s(...) a Irmandade com enredos e inverdades.

CAP. II

A Eleição de Juiz, Juíza e mais Officiais se fará no dia do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo que é a vinte e cinco de dezembro, para o que se ajuntarão nesta Igreja os Officiais que servirem na Mesa, com o maior número de Irmãos que se puderem congregar e assim juntos no Consistório, o Juiz Escrivão, tesoureiro e o Procurador, aí na presença do Reverendo Pároco ou Sacerdote de sua ordem, proporá cada um três Irmãos dos mais idôneos e aptos para os suceder no cargo que deve servir, propondo em uma pausa cada um deles, uma Irmã para Juíza e feita a proposta, chamarão os mais Irmãos (p...) para dar cada um de per si o seu voto que lhe tomará o Escrivão da Irmandade , acabada a pluralidade dos votos se tire com uma cesta os que

excederam em votos para servir no ano seguinte. Havendo empate o Juiz o desempatará e nomearão entre si doze Irmãos e seis irmãs de Mesa para se incorporarem com os Oficiais para assim o fazerem , e sendo assim feita a eleição, o Reverendo Pároco ou sacerdote de sua ordem assinam para (...) no dia seguinte. Ficando os Mesários , Juizes, tesoureiro, dispensados pelos anos seguinte, salvo se algum por seu zelo quiser ficar servindo e for útil à Irmandade, em cujo ano pagarão somente mesadas como se dirá.

CAP. III

Passado o dia da Festa de Nossa Senhora, logo passados oito dias, no próximo domingo, a Mesa dará posse ao Juiz e Juíza novamente eleitos á face do Altar de nossa Senhora, entregando-lhes as varas que largaram, e os oficiais Mesários Maiores se darão posse no dito dia da Festa a um mês, mais ou menos em domingo ou dia Santo, no qual dia se acharão nesta Igreja os mesmos Mesários com os antecedentes, estes para dar posse aqueles, em cujo ato entregará o Escrivão todos os livros a seu sucessor, para este fazer neles inventário de todos os bens, ornamentos, e alfaias de que o Tesoureiro tem a entregar, no fim do qual se assinarão uns e outros Mesários e o dito escrivão que acaba, e as Eleições registradas no livro competente , para nele se lavrar o termo de posse, que deve ser assinado por todos, e será nula a posse que de outra sorte se tomar e o Tesoureiro terá em boa guarda os bens da Irmandade e o que se sumir no ano em que estiver no cargo, será obrigado pelos seus bens e não tornarão mais a servis.

CAP. IV

Logo que forem empossados os novos mesários, cuidará o Juiz na Administração e governo desta Irmandade pois a ele pertence advertir e emendar as faltas de todos os Irmãos, e fazer que cada um cumpra com sua obrigação, mandando por em arrecadação tudo que a ela pertencer , como : ornamentos, Alfaias, sendo obrigado a achar-se em todas as funções, que se fizerem nessa Igreja: terá o primeiro voto com os da Mesa; para os pregadores, consultando à Juíza, a quem se dará parte das festividades que assentarem em Mesa que hão de fazer à nossa Senhora e data o dito Juiz de Mesada doze oitavas de ouro e a Juíza outra tanta quantia e terão por sua morte dezesseis missas.

CAP. V

De grande peso é o cargo de escrivão desta Irmandade, porque dele depende o bom governo dela na fidelidade com que se deve portar, fazendo todos os assentos da receita e despesa, que o Tesoureiro fizer, lançando-os em um livro, que deve haver para esse fim e fará os termos das resoluções das Mesas no Livro competente e todas as mais escritas pertencentes à Irmandade, e tudo com muito asseio e clareza, que em tempo algum se possa negar a sua verdade e capricho: quando o Juiz não possa assistir a função desta Igreja, o Escrivão o substituirá e dará de Mesada sete mil e duzentos e despesas de falecido e lhe mandarão dizer dez Missas por sufrágio.

CAP. VI

No Tesoureiro está a conservação dos bens desta Irmandade, porque há de ter em sua guarda todo o rendimento e fábrica dela; tendo a chave do Consistório, onde estará o Cofre em que se há de lançar todo o dinheiro que ele receber, tendo o mesmo uma chave, outra o Juiz, outra o escrivão, outra o Procurador. Terá as despesas resolvidas em Mesa, que conste por termo dela e pedindo-se o pagamento de alguma dívida contraída pela Mesa antecedente, sejam aqueles mesários chamados para se examinar a tal dívida se é ou não verdadeira e assim é muito conveniente que seja o mesmo Tesoureiro de toda a confiança e abonado, e dará de mesada três mil e seiscentos reis, e terá de sufrágio dez missas depois de seu falecimento.

CAP. VII

A observância destes Estatutos, e o aumento temporal e espiritual desta Irmandade, está na bondade do Procurador, e por esta razão deve ser escolhido reto e zeloso e de consciência porque a ele pertence fazer que se cumpra este compromisso, e procurar o aumento e conservação dos bens dela, assistindo a tudo propondo em mesa o que for útil, vendo que os Irmãos paguem suas Mesadas e anuais, acusando os que forem omissos para serem punidos conforme a possibilidade e estado de cada Irmão, e também será exato em que logo se façam os sufrágios dos Irmãos falecidos repartindo as missas pelos nossos Irmãos Sacerdote, as quais se pagarão à vista; da Certidão do Bispado; ajudará ao trabalho e arrumações da Igreja para os dias festivos, e terá a Lâmpada sempre preparada `custa da Irmandade, e não e não pagará nada do ano em que servir e terá dez missas por sufrágio; declaro pela esmola do Bispado.

CAP. VIII

Serão obrigados os Irmãos de Mesa a assistir a todas as funções que se fizerem nesta Igreja, assim festivas como fúnebres, achando-se nelas todos os Domingos e Dias Santos de Missa do Reverendo Capelão, para com os oficiais cuidarem no Governo econômico desta Irmandade, fazendo Mesa para as decisões dos negócios delas, a qual presidirá o Reverendo Capelão quando for necessário e nunca se fará sem os seus respectivos Oficiais estando algum deles impedido, que não possa assistir à Mesa pretendida, nomeará de entre os Irmãos um para em seu lugar assistir, e resolver como se fora ele próprio, e não poderão fazer cousa alguma sem resolução de Mesa, que constará por termo; e quando queiram fazer alguma obra nessa Igreja, ou alguma Alfaia de importância de mais de sete mil duzentos réis, não farão sem consulta de Mesa redonda para que seja o beneplácito de todos, e assim dará cada Irmão desta Mesa dois mil e quatrocentos, e as Irmãs outra tanta quantia e terão por sufrágio, cada um, depois de falecer, oito Missas.

CAP. IX

Deve haver nesta Irmandade um Andador, o qual será Eleito pela Mesa, para fazer tudo quanto ela lhe ordenar em serviço da Mãe de Deus. Ele procurará saber quando adoecer algum Irmão para dar parte à Mesa esta examinará se a Irmão doente é pobre desvalido, para o socorro com alguma esmola afim de não padecer necessidade, e elegendo ele entre os Irmãos duas desconhecidas caridades para o tratar o tempo que for justo, e falecendo, se não tiver com que se amortilhar, a nossa Mesa lhe mandará dar: o que se fará com aqueles Irmãos que empregarão seu zelo no serviço e culto de Nossa Santíssima Mãe e benefício da Irmandade, e assim não pagará nada ao Andador no ano que servir, mas antes a Mesa lhe dará quatro mil e quatrocentos réis, para seu trabalho, ou aquilo que se ajustar.

CAP. X

Falecendo algum Oficial de Mesa, antes de findar o seu ano, será chamado seu antecessor para suprir o seu lugar e Cargo até o procedimento da nova Eleição para que sempre se conserve a Mesa completa e se algum Oficial for transgressor das determinações deste Compromisso, terá baixa de Irmão, pondo-lhe cota no termo da sua entrada, por não ser como devia, o exemplo

na observância dele, sendo chamado como fica dito seu antecessor para complemento da Mesa, e se algum outro Irmão mancomunar com o transgressor, para o que fica relatado, a Mesa o repreenderá primeira e segunda vez, não se abstendo será expulso; o mesmo se fará com aquele que desatender o Corpo da Irmandade com alguma briga, assim como também com aqueles que depois de aceitos Irmãos forem orgulhosos e enredadores, que serão riscados pela determinação da Mesa.

CAP. XI

A Mesa desta Corporação fará celebrar a Festa de Nossa Senhora na primeira oitava do Natal, fazendo cada ano nesse dia Missa Cantada e Sermão; e de tarde Procissão pelas ruas tudo com o Santíssimo Sacramento exposto, à pública adoração para maior consolação dos fiéis, havendo possibilidade farão com a Presença do Mesmo Senhor Sacramentado, Novenas e Matinas para que pedirão licença ao Ordinário. Na segunda oitava farão a festa de São Benedito, conforme o zelo de seu Juiz e Juíza; nos Domingos depois da Missa que disser o Reverendo Capelão sairá com o terço de nossa Santíssima Mãe pelas ruas, e nos primeiros Domingos de cada mês sairá a mesma Senhora em seu andor, e quando puderem farão Oitavenário da Comemoração dos Fiéis defuntos, um ofício pelas almas de nossos Irmãos. A estas funções assistirão todos os Irmãos paramentados com as suas ópas brancas, para fazerem o Ato maior religioso, e carregarão as insígnias nos terços e procissões, conforme suas pessoas e cargos, bem como assistirão ao mesmo Senhor exposto.

CAP. XII

Terá esta Irmandade um Esquife para conduzir os irmãos falecidos à Sepultura, em Corporação e Cruz alçada, e neste ato irão os Irmãos com toda a modéstia rezando o Padre Nosso, Ave Marias, pela alma do Irmão, pelo qual se mandarão dizer seis Missas (não tendo ele servido aos cargos de Mesa), e porque a maior parte de todos Irmãos desta Irmandade são assistentes pela Lavoura de seus Senhores, distante desta Igreja, meia, uma e mais léguas, fará a Mesa nesta Vila uma casa para nela se depositar em os cadáveres dos Irmãos, isto se deve entender: os que forem muito pobres que não tenha quem se faça enterro, serão depositados na Capelinha da Matriz para ser encomendado pelo Pároco, e daí a Irmandade e seu Capelão se puderem conduzirão para o cemitério da Capela com Cruz Alçada, e aliás por quatro Irmãos; e se

tiver bens que se possa fazer enterro , então na casa acima se depositará, porque irá o Pároco e seu sacristão e Cruz da Fábrica, bem como a Irmandade e seu Capelão, conduzir o cadáver, fazendo o mesmo pároco as exéquias de sua obrigação e bem assim aqueles de quem a Irmandade percebeu utilidade, ainda que despesas venha advir à mesma por cair em pobreza, por quanto aqueles que podendo deixarão de contribuir com as suas espórtulas e não deixarão com que pagar o que estiverem devendo, a estes lhe darão somente sepultura; e (...) terão os filhos reconhecidos dos Irmãos, tanto legítimos como naturais, até a idade de quatorze anos ; conhecidos dos irmãos, sendo legítimos até na idade referida, bem como declaro que o Pároco somente acompanhará (...), tendo o Irmão bens, fazendo o que lhe competir e, o mais Capelão. Ajusta que esta Irmandade tem seu Procurador e Andador como se tem claramente dito farão os serviços competentes da Capela, e seu Cemitério sem intrometer qualquer pessoa estranha.

CAP. XIII

Haverá nesta Irmandade um Capelão Sacerdote aprovado, o qual será justo pela Mesa, para dizer Missas nos Domingos e Dias Santos por intenção nossas, Irmãos vivos e defuntos, das quais passará Certidão no Livro competente, fazendo atos eclesiásticos sem interromper seus atos Paroquiais, bem como poderá a mesma Irmandade ajustar Sacerdotes que lhes parecer para as festividades, cujas serão a horas em os Irmãos possam assistir depois dos serviços de seus Senhores, e quando o mesmo Capelão não cumpra a sua obrigação, a Mesa o poderá despedir pagando-lhe o que tiver vencido, e ajustará outro preferido sempre os que forem Irmãos desta Irmandade, a qual nunca sairá fora sem que ele, Capelão a acompanhe.

CAP.XIV

Terá esta Irmandade os livros precisos como são de entrada de Irmãos, dos Termos das determinações da Mesa para a economia das certidões das Missas por alma dos Irmãos, dos recibos de que se pagar, pertencente à Irmandade, da receita e despesa de seu rendimento, e das contas que hão de dar ao Provedor da Comarca, além dos livros, haverá um livro ou caderno de inventário de todos os bens da mesma Irmandade, bem como um caderno no qual o Escrivão lançara as contas dos Irmãos, abatidos seus recebimentos para o Procurador as cobrar, e fazendo-se as cargas e descargas para que não haja notas.

CAP. XV

Por causa da maior parte desta Corporação serem homens pretos e cativos, e não terem posses para aumento desta Capela, haverá na mesma um Ermitão para tirar esmolas voluntárias pelos fiéis, sem embargo da bacia com que os Mesários hão de tirar todos os Domingos nessa Vila.

CAP. XVI

Enquanto a Eleição de Juiz e Juíza, Procurador e Irmãos de Mesa para festejarem são Bendito , será feita pela Mesa desta Irmandade com a assistência do Juiz que acaba de servir ao dito Santo, e assim mesmo serão as eleições dos mais Santos que nesta Igreja se festejar, cujas pessoas eleitas pagarão tanto quanto como pagarão os novos Mesários, e farão as festas a seu arbítrio e o rendimento que dela sobrar se entregará ao Tesoureiro desta Irmandade para a edificação dos ornamentos e Alfaias ficando as devoções debaixo da inspeção dela em seu econômico governo para que não possam inovar coisa alguma sem consentimento da Mesa, para cujo fim se formalizou estes Estatutos, que o expõem na Real Presença de Vossa Majestade, procurando a graça de Sua Confirmação para validade deles , a qual pedimos ao mesmo Soberano Senhor, nos mande Provisão de confirmação pelo seu Tribunal da Real Mesa da Consciência e Ordens.

Provisão Régia Concedida Por Dom João VI a Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário, 20-7-1819

Dom João, por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, daquém e dalém Mar (...), Senhor da Guiné Domínios e da Conquista, Navegação Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. Como Governador Perpétuo Administrador que sou do Mestrado Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber que os Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, sita na Capela da vila de São Bento do Tamanduá, Comarca de São João Del Rei, capitania de Minas Gerais do Bispado de Mariana, me apresentaram terem feito um compromisso de comum beneplácito em mesa plena que oferecerão à minha Real Presença a quem estavam sujeitos em observância das minhas reais ordens, pedindo-me lhes fizesse a graça de lho confirmar para o ter em seu devido efeito, o que visto e exposto do Procurador Geral das Ordens, hei por

bem fazer Mercê aos suplicantes de lhes confirmar o compromisso escrito neste livro em dezeseis capítulos com as cláusulas, porém que ficam salvos os direitos do Pároco e os da Matriz e inibido o uso de sepulturas dentro da Igreja e para tirarem esmolas públicas neste, deverão obter essa faculdade do desembargo do Paço emitindo comprovação e exatamente o que pelo meu Tribunal da Mesa da Consciência e ordeno lhes for mandado, dando contas ao respectivo Provedor das Capelas a que a mesma Igreja competir ou a quem por especial ordem minha, se lhes ordenam e não a outrem porquanto a Mim pertence tomar as contas das Confrarias sitas nestes Domínios por serem isentas por uma bula Apostólica de toda outra jurisdição de mando dos oficiais que de oras em diante forem da Mesa desta Irmandade não possam declinar da Jurisdição que a referida Ordem compete e dos ministros aqui. Eu sou servido (...) (...) de que farão termo neste mesmo livro assinado por todos e pelo Comissário ou Capelão que darão o juramento de em tudo conferir e aguardarem esta Provisão. E nisso vendo alguma coisa neste compromisso (...), não usará sem primeiro ser aprovado pelo referido Meu Tribunal. Pelo que mando ao respectivo provedor das Capelas e todas as mais pessoas a que o cumprimento desta Provisão competir e cumpram e aguardem como na ela se constam sendo passada pela Chancelaria da Ordem. **El Rey Nosso Senhor.** O mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Conselho e deputados do tribunal da Nessa da Consciência da Ordem. Faustino Maria de Lima (F...) Gutierrez o fez no Rio de Janeiro aos vinte de julho de mil novecentos e dezenove. Desta, mil e seiscentos réis, e das assinaturas, três mil e duzentos réis. Joaquim ... de Magalhães Coutinho ... e mais Oficiais (assinaturas indecifráveis). Despacho do Tribunal da Mesa, Da Consciência e das Ordens 21 de março de 1819. Registro 327, pago em 22 de fevereiro de 1822. Pago à Chancela das Ordens- 27 de fevereiro de 1822.

Compromisso Reforma Do Estatuto Da Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário, 20.7.1819

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos da vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, São João Del Rei, Capitania de Minas Gerais, do Bispado de Mariana: vai numerado e por mim rubricado na conformidade das Reais Ordens e têm as folhas que constam de seu encerramento. Rio de janeiro, 20 de julho de 1819. Ass. Do despacho: ilegível Cumpra-se: São João Del Rei, 25 de agosto de 1823 Assina Provedor interino desta Comarca, José Cezário.

Encaminhamento Do Pedido De Provisão Para Celebração Do Santo Sacrifício Da Missa Na Capela Do Rosário, 14.05.1820

Dizem os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Bento do Tamanduá que estes apresentam que ob(...) V.S. para celebrar o Santo Sacrifício da missa em a mesma Capela com a permissão do Tribunal da Mesa e da Consciência de (...) a realidade que se encontra a referida Capela a que se foi visitada. Da V.S. se digne dispensar Provisão Perpétua para celebrar o Santo Sacrifício em a dita capela (...)

Provisão Concedida Por Dom Frei José Da Santíssima Trindade, Para Celebração Dos Santos Sacrifícios Na Capela Do Rosário, 15.05.1820

Dom Frei José da Santíssima Trindade, pôr mercê da Santa Sé Apostólica, Bispo deste Bispado de Mariana etc.

Dom Frei (...), fazemos saber que atendendo nós a petição dos Irmãos da Irmandade de nossa Senhora do Rosário da Vila de São Bento do Tamanduá, havemos por bem, estendendo Provisão que alcançaram de S.M.F. (Sua Majestade Fidelíssima) conceder licença para se poder celebrar o Santo Ofício da Missa (...), aprovado neste Bispado, na dita Capela, e poderão administrar os mais Sacramentos, exceto (celebração...?) solene sem especial graça nossa, por ter sido a mesma já visitada e tendo arranjos e todos os ornamentos necessários e das cores de uso da Igreja, sem prejuízo dos direitos Paroquiais da Fábrica (...) Matriz .Esta provisão será registrada. Data desta cidade de Mariana (...), Selo das nossas Armas e sinal do nosso Reverendíssimo Padre Doutor Marcos Antônio Monteiro, procurador desse Bispado de Mariana, aos 15 de maio de 1820, eu, padre José Fernandes Vieira a (...) Ass.: Marcos Antônio Monteiro.

REGISTRADO EM 27 DE SETEMBRO DE 1822

Fica atualmente este Compromisso com trinta e nove fichas, que todas vão por mim rubricadas e numeradas em a primeira lauda de cada uma e sem

feito o Termo de encerramento que está lavrado à ficha 26, (verso em que se declara ter vinte e seis folhas. Rio de Janeiro, onze de dezembro de hum mil oitocentos e vinte e quatro. Ass. :- Ministro do Despacho- ilegível.

Termo De Posse E Juramento, 15.08.1823

Aos quinze dias do mês de agosto do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo, do ano de mil oitocentos e vinte e três anos o segundo da Independência Império do Brasil, nesta vila de São Bento de Tamanduá Comarca do Rio das Mortes em consistório da Capela de Nossa senhora do Rosário, sita nesta vila e onde se achavam reunidos os Officiais da Irmandade da dita Senhora, com presidência do reverendo Capelão e comissário da dita Irmandade, Luiz da Silva Mezêncio e sendo ali por ele me dito Presidente, foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos aos sobreditos officiais, Mesários, lhes encarregou-se de bem e verdadeiramente cumprirem e jurando em tudo e por tudo os estatutos contidos nos artigos retro, tudo na forma que determina a Provisão Régia recebido por eles mesários o dito Juramento de baixo do cargo do mesmo assim se obrigam a cumprir, registrando-se a pena conhecida em o compromisso e para de tudo o constar, lavro este termo em que se assina o Reverendo Comissário Presidente, Juiz, Tesoureiro, Procurador, Mesários; Eu Antônio Luiz de Oliveira, escrivão que o escrevo e assino. Assinaturas Padre Luiz da Silva Mezêncio - Comissário capelão.

Autorização De Funcionamento Da Igreja Do Rosário, 05.07.1824

Em nome de El rei, eu, Antonio de Pádua Amaral Ozório, Pres.Com.Pré. Theologia, Pregador Régio, e Prior Provincial da Ordem de S. Domingos, neste Reino de Portugal e dos Domínios. Contando-nos que Fieis Moradores da Villa de S. Bento de Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, Capitania de Minas Gerais, Bispado da Cidade de Mariana, dezeção gozar dos bens Spirituais e das muitas Graças e Indulgências que os Summos Pontífices teem concedido a Confraria do Rosário da Virgem Maria, mais para efeito disso nos rogão, vamos dar licença para levantar uma Confraria d..., atendendo a sua supplica e para afeto e grande devoção, usando do t... e do nosso officio comitemos aprovar v...e dar ao Pe. José Luiz da Costa, que nomeamos Comisario, a fim de ser a Confraria do Santo Rosário em Capella decente e ornada em que ... a Imagem de NS do Rosário, lhe damos poder para benzer a Imagem e

outros objetos, de receber por Confrades a todos as pessoas que queiram t... desta Confraria, escrevendo seus nomes em hum livro para isso de..., e por falecimento ou outro qualquer embaraço d... Pe. José Luiz Comisario, damos o insigne cargo e authorizo aquelle padre houver por bem acolher... . Dada esta Patente em S.Domingos... como sinal de zello do nosso Officio. As:= Pe. Antonio de Pádua Amaral Ozório. Visto em visitação de s. Excia. Revma.= Villa de S. Bento de Tamanduá...1825. A Provisão para erguer a Capela de NS do Rosário, antecedeu em dez anos a autorização de funcionamento. José de Souza França Secretario vitalício do Officio de Provisão da Chancellaria das Tres ordens Militares, por ordem de SMI que Deos Guarde. Certifico que a folha 11 do livro 11º que sérvio de Registro das Provisões que fazem transito Por esta Chancellaria das Ordens, pela repartição da Ordem de Christo se acha registrada a Provisão da erecção da Capella de Nossa Senhora do Rosário da Villa de Tamanduá, cujo theor he o seguinte; Dom João ..., faço saber que atendendo a utilidade que se acha erecta a Capella de Nossa Senhora do Rosário da Villa de São Bento Capitania de Minas Gerais, hey por bem confirmar a Erecção da referida Capella revalidando com esta Minha real aprovação a utilidade com que se acha Erecta e isto se cumprira sendo proferida pela Chancellaria da Ordem. O Príncipe Regente nosso Senhor manda pelos ministros abaixo assignados de seu Conselho, e deputados do Tribunal da Meza da consciencia e Ordens. As.= Faustino Maria de Lima, F... Gutierrez a fez no Rio de janeiro aos vinte dias de fevereiro de hum mil oito centos e quinze. = Desta mil e seis centos reis, de assignaturas três mil e duzentos reis.= Joaquim Jose de Magalhães Csitinho a Sub escreveu. As= Francisco Jose Antonio de Souza da Silveira= Monsenhor Miranda= Por despacho do Tribunal da Meza da consciencia e Ordens de dezoito de março de mil oito centos e quatorze=- Monsenhor Miranda= Pagam quinhentos e quarenta mil reis e aos Officiais mil e oito centos reis= Rio cinco de Abril de mil oito centos e quinze= as. Antonio do Canto Quevedo Castro Mascarenhas= ... Nada se continha mais em o Registro da mesma Provisão de onde extrahi a presente que vai por mim assignada. Rio de janeiro, cinco de julho de Mil oito centos e vinte e quatro= Jose de Souza França.

Reforma Do Estatuto Da Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos- São Bento Do Tamanduá, Certidão Em 20.07.1824

Antônio Luiz de Oliveira, escrivão da Irmandade de nossa Senhora do

Rosário dos Pretos, ereta nesta Vila de São Bento de Tamanduá, por eleição canonicamente feita em mesa (...), certifico e ponho fé aos (... cidadãos?), que a presente minha certidão virem, que revendo o livro primeiro que atualmente serve de se lançar os termos abordados da Mesa desta dita Irmandade, dele faz o termo de Reforma seguinte:- Termo que faz a Mesa de Nossa Senhora do Rosário, nessa Capela e Freguesia da Vila de São Bento do Tamanduá, comarca de São João Del Rei: Aos vinte dias do mês de julho de do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte quatro, nesta Vila de São Bento do Tamanduá Comarca de São João Del Rei , Província de Minas Gerais, Bispado de Mariana, em consistório da Capela de nossa Senhora do Rosário, donde se estavam o Juiz da mesma Irmandade, Mateus Marques, comigo escrivão Antônio Luiz de Oliveira, o Procurador Bento Joaquim Pereira, o tesoureiro Antônio José da Costa, mais Irmãos mesários, outros Irmãos da mesma Irmandade que para isso foram convocados e avisados para esta Mesa, presidindo nela o Reverendo Capelão Comissário da Mesma, Padre Luis da Silva Mezêncio, e depois de saudar a todos juntos, foi proposto á toda Mesa pelo procurador dela, Bento Joaquim pereira que tendo feito o Compromisso porque se rege esta Irmandade já há bastante anos, e terem se mudado tudo, com as impossibilidades dos Irmãos, por se achar tudo com decência e a fim de que se possa continuar a Irmandade com prosperidade dos Irmãos, não lhe seja penoso, esperando contribuir com os anuais, mesadas, mais embargos da Irmandade e lhe seja mais fácil o entrarem mais Irmãos para esta congregação tão Pia e útil ao serviço de Deus, não possam repugnar a prover o que lhes pertence afim de que se deve reformar alguns Capítulos do Compromisso na forma que se vai declarar; Mudando o Capítulo primeiro do Compromisso na forma que se vai declarar:

Capítulo Primeiro: Pagas de entrada da cada Irmão a quantia de mil oitocentos réis, quantia muito exclusiva para os Irmãos que são muita parte deles cativos. Era de parecer que daqui em diante, qualquer entrada de cada um dos Irmãos que busquem entrar na Irmandade, mil e duzentos réis e os anuais trezentos réis, que muito contribuirá para o aumento da Corporação.

Capítulo Segundo: que no segundo Capítulo declara que o reverendíssimo Vigário da Freguesia Presidirá a Mesa das Eleições, sendo esta feita em Capela Sagrada da Matriz, quando esta Mesa tem seu Capelão e Comissário que executa os mais atos e funções da Irmandade, e ao mesmo Capelão deve competir a mesma Presidência da Mesa, das eleições, estas e as mais funções que fizerem sem que seja necessário assistir o Pároco, por essa Corporação

segurada.

Capítulo Quinto: determinando os Capítulos quinto e sexto do Compromisso que o Escrivão da Irmandade pague no ano que gerou sua mesa, a quantia de sete mil e duzentos réis, que, e ao tesoureiro a quantia de três mil e setecentos réis, que atendendo ao trabalho de ambos tem, o Escrivão com a escrita e o tesoureiro no balanço do dinheiro e no pagamento das despesas, geradas das Alfaias da Igreja, prestação de contas (e acertos...) de ambos; não pagar coisa alguma a fim de que; qualquer pessoa ou entidade não repugne a aceitar com mais facilidades aqueles empregos que são de muito trabalho.

Capítulo Oitavo: Que está determinado no Capítulo Oitavo que cada Irmão de Mesa pagará de sua Mesada no Ano que servir, a quantia de dois mil e quatrocentos réis, entendendo a que muita parte dos irmãos são escravos ou agregados no exercício da Lavoura e não haver país (local) de mineração com o qual mais facilmente poderiam aprontar suas moradas, devia ficar a Mesada na quantia de mil e duzentos réis, tendo depois de falidos quatro meses, cada um por sua mesa, enquanto se erigiu esta Capela, não havia cemitério, e agora que se acha feito às custa desta Irmandade a qual se acha muito pobre e dela diante, é de seu parecer que sejam no mesmo cemitério sepultados os Irmãos e seus filhos legítimos até a idade de quatro anos, sem que para isso se pague estipêndio algum à Fábrica Matriz, e só sim, o que por direito pertence ao Reverendo Pároco, de seus emolumentos.

Capítulo Quinze: Que no Capítulo Quinze do Compromisso, assenta de se pedir esmolas pelos fiéis com caixinha de nossa senhora do Rosário, para benefício da mesma Capela e porque **Sua Majestade Fidelíssima**, que Deus guarde, na sua provisão Régia de Confirmação, diz que: obteram licença do Desembargo do Passo, é de já necessário que **Sua Majestade Imperial**, que Deus guarde, que conceda essa graça à nossa Capela e Confraria do Rosário, ter a dita licença perpétua = É tudo que tem proposto. Assina: Cardoso, + ; Joaquim= + = escravo de Francisco Faria Moreira ;Lourenço Ferreira de Figueiredo=+=; nada mais se continha esse dito termo (...), aqui escrito e declarado que eu, escrivão abaixo assinado, bem fielmente fiz traslado da própria original e que me reporto além os ditos nesta e conferidos escravos, e assino junto com os mesários que presentemente fizeram, nesta Vila de São Bento do Tamanduá, em consistório da Capela de Nossa Senhora do Rosário, passada na Mesa de vinte e sete de julho de mil oitocentos e vinte e quatro anos, eu, Antônio Luiz de Oliveira, escrivão da Dita Irmandade que escrevi

e Assino= Assinatura de Antônio Luiz de Oliveira, escrivão; padre Luiz da Silva Mezêncio, Pároco; Antônio José da Costa, Tesoureiro. **Seguem as assinaturas dos escravos analfabetos através do sinal (+), cruz, adiante do nome:** Manuel +, escravo de Rodrigues da Mata; José +, escravo de Rodrigues Alves; Manuel +, escravo de Bernarda Maria; Ventura +, escravo de Rita Marcelina ; João +, escravo de Araújo; Francisco +, escravo de Francisco de Fria Moreira Diogo +, escravo de Domingos Rodrigues Chaves; Eleutério +, escravo de Ana Custódia; Manuel +, escravo de Capitão Manuel; Joaquim +, escravo de Francisco de Faria Moreira;

Revisão Do Termo De Compromisso (Estatuto Reformado Em Apresentado Ao Imperador Para Aprovação, 11.12.1824

Fica atualmente este Compromisso com trinta e nove fichas, que todas vão por mim rubricadas e numeradas em a primeira lauda de cada uma e sem efeito o Termo de encerramento que está lavrado à ficha 26, (verso em que se declara ter vinte e seis folhas. rio de Janeiro, onze de dezembro de hum mil oitocentos e vinte e quatro. Ass. :- Ministro do Despacho- ilegível.

Aprovação Do Imperador À Reforma Do Estatuto Da Irmandade De Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos De São Bento De Tamanduá, 02.12.1824

Dom Pedro, pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos. Imperador Constitucional e defensor Perpétuo do Império do Brasil, faço saber que os Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Capela da Freguesia de São Bento do Tamanduá da Província de Minas Gerais, do Bispado de Mariana. Me apresentam manifesto em razão da decadência dos tempos e falta de interesses na reforma de alguns capítulos do presente Compromisso confirmado pela provisão no mesmo exarada a folhas vinte e três de cujos capítulos reformados Me pediam a minha Imperial aprovação para poderem gozar o seu devido efeito na forma das minhas Imperiais ordens. Entre os mencionados Capítulos reformados e novamente juntos neste compromisso no seguimento de folhas vinte e seis assim como a resposta do Procurador Geral das ordens. Hei por bem aprovar os Capítulos tendentes a reforma das contribuições dos Irmãos, por entradas, mesadas e Jóias para que em diante se observe o resolvido em mesa plena pela Irmandade no dia

vinte e sete de junho deste ano. Ficando escusada a pretensão da Mesma Irmandade sobre o disposto no capítulo segundo reformado assim como a de se (...) de pagar á Fábrica da Igreja Matriz os direitos de que esta se mantêm e por último a perpetuidade da licença pelo Desembargo do Paço para adquirir esmolas a benefício da Capela e Confraria/ o que só o mesmo Desembargo pertence de fazer/ Em tudo mais se observará o determinado na provisão de Confirmação deste Compromisso aos vinte de julho de mil oitocentos e dezenove, lavrando-se novo termo neste livro assinado por todos e o Comissário capelão lhe tomará outro juramento pelo que mando ao Provedor das Capelas respectivo e a todas mais pessoas a quem o cumprimento desta provisão competir a cumpram e aguardem como nesta ordem o seu efeito durará por mais de um ano sem embargo da ordenação em contrário. Tudo passará pela Chancelaria das Ordens. O Imperador o mandou pelos Ministros abaixo assinados de seu Conselho e deputados da Mesa da Consciência e Ordens. Joaquim Valério Tavares o fez. Rio de janeiro, onze de dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independência e do Império. desta, mil e seiscentos réis, das assinaturas, três mil e duzentos réis. João Pedro Carvalho de Moraes o fez e escreveu. Assinam: José Joaquim Nabuco de Araújo Antônio José Miranda. Quitação das taxas Pagou mil e seiscentos réis do selo Rio de janeiro, 18 de dezembro de 1824. Pagou quinhentos e quarenta réis e aos oficiais mil oitocentos e vinte. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1824. Pagou quinhentos e quarenta réis aos oficiais. Rio de Janeiro de 1824. Firma: José de Souza França.

Termo De Posse E Juramento, 29.6.1825

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e cinco, o quarto da Independência e do Império, nesta Vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, no Consistório da Capela de Nossa Senhora do Rosário, ereta nesta dita vila e onde se estavam reunidos os Oficiais da Dita Irmandade da Mesma Senhora, com a Presidência do Reverendo Capelão e Comissário desta Irmandade, Padre Luiz da Silva Mezêncio e sendo ali por ordem deste Presidente deferido o Juramento dos Santos Evangelhos, dos sobre ditos Oficiais e Mesários, lhes encarregou, de bem com este juramento, cumprirem e guardarem em tudo e por tudo, os estatutos contendo nos artigos retros, tudo na forma que determina a Provisão Imperial e mantido por eles, Oficiais e mesários o dito Juramento, debaixo do encargo do mesmo, assim se

obrigação, sujeitando-se a jurar concedendo esse compromisso de sua reforma e para tudo constar, lavro esse termo em que se assina o reverendíssimo Comissário Presidente, Juiz, Tesoureiro, Procurador e Mesários: Eu Antônio Luiz de Oliveira, escrivão que escrevi, assino: Antônio Luiz de Oliveira= Assinam; Padre Luiz da Silva Mezêncio, Capelão Comissário,= Antônio José da Costa: Tesoureiro= Bento Joaquim Pereira; Procurador= Seguem-se : Sinal de Eleutério +, escravo de Ana Custódia de Jesus. Sinal do mesário Manuel +, escravo Gonçalves de Siqueira. Sinal de Joaquim +, escravo do Capitão Manuel da Silva Cardoso. Sinal de Mateus +, escravo de Tomas Moreira Vicente. Sinal de Domingos +, escravo de Francisco José Pereira. Sinal de Alexandre +, escravo de Maria Lopes do Carmo. Sinal de Lourenço +, escravo de Manuel Nunes da Costa. Sinal de Francisco +, escravo de Francisco José Soares. Sinal de José +, escravo de Maria Mendes Ribeiro. Pedro Ferreira de Matos (livre assinado) Sinal de Gonçalo +, escravo de Ferreira de Matos. Sinal de José +, escravo de do Capitão Manuel da Silva.

Termo De Ajuntada Da Certidão Da Provisão Régia Da Chancelaria Da Mesa Das Consciências E Das Ordens, 29.07.1825

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e cinco, ano quarto da Independência e do Império do Brasil, nesta Vila de São Bento do Tamanduá, Comarca do Rio das Mortes, em Consistório da Capela de Nossa Senhora do Rosário, dessa Vila, se achavam presentes em mesa os Oficiais da mesma Irmandade com o Capelão Comissário da mesma Irmandade, o Padre Luiz da Silva Mezêncio e sendo aí por eles todos uniformemente, disseram, assentaram que se ajuntasse a este Livro; Compromisso, as Provisões, e certidão pertencentes a esta livro da mesma Irmandade, como Títulos da mesma a saber; a certidão da Provisão Régia que passou utilidade da dita Capela, e como esta se sumiu, mandou-se tirar esta Certidão da Chancelaria da Mesa da Consciência e das Ordens pelo seu registro= A certidão das casas e do Patrimônio da mesma Capela, tirada em Mariana no Cartório do Sr. Bispo, onde está registrada.= A Provisão Perpétua para missas e mais festas (...), tirada também em Mariana = A Provisão e licença tirada (...) no convento de São Domingos, todas as quatro. As, assunto neste Compromisso por mandado da mesma Mesa e para constar lavro este Termo de Ajuntada em que o reverendo Capelão Comissário e oficiais da Mesa assinarão= Eu Antônio Luiz de Oliveira Escrivão que,

escreveu e assinou= (assinatura e firma de Antônio Luiz de Oliveira).

Assinam= Padre Luiz da Silva Mezêncio Capelão Comissário = Antônio José Costa =Procurador Bento Joaquim Pereira= Sinal + de Eleutério, escravo de Ana Custódia de Jesus = Sinal do mesário Manuel + escravo de Gonçalves de Siqueira = Sinal de Joaquim + escravo do Capitão Manuel da Silva Cardoso= sinal de Mateus + escravo de escravo de Tomaz M...a Vicente – sinal de Domingos + escravo de Francisco José Pereira = sinal de Alexandre + escravo de D. Maria Lopes do Carmo= Sinal de Lourenço + escravo de Manuel da Silva Cardoso = Sinal de Antônio + escravo de Manuel Nunes da Costa = sinal de Domingos + escravo de Francisco José Soares = sinal de José + escravo de Maria Mendes Ribeiro= sinal de Pedro Ferreira de Matos+ = Sinal e Gonçalo Ferreira de Matos + = Sinal de José da Silva + ==.

Do Termo De Juntada Do Bispado, 21. 04. 1830

Aos vinte e hum dias do mês de abril do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta, snos décimo, digo ano nono da Independência e do Império do Brasil, nesta Vila de São Bento do Tamanduá, Minas, e Comarca do Rio das Mortes, Capitania das minas Gerais e Bispado de Mariana. Em consistório da Capela de Nossa Senhora do Rosário, desta Villa, e estando presentes em Mesa da dita Capela, os oficiais da dita Irmandade com o Capelão e comissário o reverendíssimo Vigário Padre Francisco Ferreira Lemos e sendo ali, na dita mesa, foi dito por eles todos, uniformemente ajustaram que foram despachados por Sua Excelência Reverendíssima, o Sr. Bispo Dom Frei da Santíssima Trindade, em sua santa visitação, a saber: Hum despacho para orarem os terços de Nossa Senhora como determina O Capítulo confirmado. E outro despacho sobre a fábrica e encomendação do Reverendo Pároco aos Irmãos falecidos e sepultados no cemitério, aprovados na dita Mesa. Eu escrivão adiante nominado, os ajunto a este Compromisso e para constar, lavrei este termo de Ajuntada para que o Reverendíssimo Capelão comissário e os oficiais assinarão e, os mesários por não saberem ler nem escrever pediram a mim, escrivão, para assinar por todos, e depois deste termo de mesa estiver tido por mim Antônio Luiz de Oliveira, Escrivão da Irmandade do Rosário que escrevi e assinei. Assinatura Antônio Luiz de Oliveira). Irmãos de Mesa que assinou a rogo deles: Manoel Mata = João= escravos de Francisco soares.= Paulo= escravo de Gabriel Gonçalves Montijo- Ventura= escravo Antônio Joaquim das F...- Nicolau= escravo do capitão Antônio Afonso lamounier-Antônio = escravo de Ana Rodrigues Gondim-

Antônio = escravo do Capitão Antônio Ferreira da Silva- Lázaro = escravo de Toste oliveira Joaquim Pinto Camargos – Antônio = escravo de Antônio José da Cotas M – Manoel = escravo de Manoel Joaquim da Rocha – Estes os Irmãos de Mesa deste presente ano de 1830, os quais eu, escrivão assinei a rogo dos irmãos – Assinatura, Antônio Luiz de Oliveira.

**Este livro foi impresso sobre papel offset 90g/m2.
Para a capa foi utilizado cartão 250g/m2.**